

# Relatório de Atividades 2014

Secretaria Municipal do  
Verde, Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



PREFEITURA DE  
**CAMPINAS**

Um novo tempo  
para nossa cidade



# Apresentação

Acreditamos que prestar contas das ações governamentais não é somente cumprimento das premissas de transparência pública, mas consiste precipuamente na disponibilidade de informações à sociedade, que se projetam na estruturação ambiental da cidade, bem como no cotidiano de cada campineiro.

A partir de 2014, os relatórios de prestação de contas da SVDS contam com publicação semestral<sup>1</sup>. Tal medida permite aprimorar a relação entre os agentes públicos e a sociedade, além de fomentar a participação ativa e cidadã nas diversas questões ambientais cidadinas.

Durante dois anos, implementamos ações estruturantes, decorrentes de investimentos na Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup>, criação de estrutura condizente com as demandas, contratação e capacitação de recursos humanos, e reestruturação de fontes de financiamento (Fundos Municipais - PROAMB<sup>3</sup> e FUNDIF<sup>4</sup>) de programas, projetos e ações que visam o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida dos campineiros.

Nos dois últimos anos Campinas manteve-se em torno dos 90 pontos<sup>5</sup> no Programa Município Verde Azul, muito diferente dos 61 pontos de 2012. Ressalte-se que é a única cidade com mais de 1 milhão de habitantes certificada neste ano<sup>6</sup>. Concorrendo, também, na categoria "Metrópole", com mais dez capitais brasileiras, Campinas ficou em 3º lugar, depois de Goiânia (GO) e Belém (PA) na premiação do Programa Cidades Sustentáveis<sup>7</sup>, que se realizou em dezembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília<sup>8</sup>.

Fomentamos o controle ambiental (licenciamento e fiscalização)<sup>9</sup>, com ampliação das tipologias a serem licenciadas em nível local<sup>10</sup>, reformulação da legislação<sup>11</sup>, processo de

<sup>1</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24074>.

<sup>2</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21849>.

<sup>3</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22645> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25612>.

<sup>4</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24022>.

<sup>5</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22666>.

<sup>6</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25538>.

<sup>7</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=17267>.

<sup>8</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25602>.

<sup>9</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21993>.

<sup>10</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23599>.

informatização, com a implantação e publicidade do licenciamento ambiental 100% digital<sup>12</sup>, primando por incluir normas de fomento à sustentabilidade (e não apenas de comando e controle)<sup>13</sup>, incorporando o licenciamento ambiental de regularização fundiária de núcleos habitacionais de interesse social<sup>14</sup>, bem como com a aquisição de equipamentos e treinamento de equipes.

Na área de planejamento ambiental, finalizamos, com sucesso, o Plano de Saneamento Básico, que trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água e drenagem. Nesse item, fomos avaliados pelo Instituto Trata Brasil, que concluiu que apenas 12 cidades brasileiras, incluindo Campinas, atendem integralmente o marco regulatório do saneamento básico (Lei Federal nº 11.445/2007)<sup>15</sup>. Demos, também, outros passos decisivos, com o delineamento de três Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente: de Recursos Hídricos, do Verde e Educação Ambiental. Além de trazer bases estruturantes para o meio ambiente, as políticas municipais se projetarão na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor do Município.

Na educação ambiental, ampliamos as ações por meio da SEMEIA – 2014<sup>16</sup>, com eventos espalhados por toda a cidade, bem como através dos programas específicos da Estação Ambiental de Joaquim Egídio, escolas e espaços de convivência e lazer.

Conseguimos, com o apoio do COMDEMA e da Câmara Municipal, aprovar legislações ambientais importantes: a recente publicação da Lei nº 14.949, de 18 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de madeira legal nas obras de construção civil, reforma ou modificação. E outras normas estruturantes foram encaminhadas ao Poder Legislativo para apreciação, como os Projetos de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental, do Pagamento por Serviços Ambientais<sup>17</sup> e da Fumaça Preta.

---

<sup>12</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22059>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22322>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23198> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>.

<sup>13</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22081>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24195> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24347>.

<sup>14</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>.

<sup>15</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22546>.

<sup>16</sup> Ver matérias: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-05-05/ apenas-12-cidades-cumprem-integralmente-planos-de-saneamento-basico-no-brasil.html>, e <http://pezco.com.br/instituto-trata-brasil-estudo-sobre-planos-municipais-de-saneamento-basico-nas-100-maiores-cidades/>.

<sup>17</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23360>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23480>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23445>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23440>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23417> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23395>.

<sup>18</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24201> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24619>.

Criamos, também, a estrutura do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal que, em 2014, se separou da estrutura da Secretaria de Saúde (por meio do Centro de Controle de Zoonoses) para adquirir melhores condições de atuação na fauna doméstica, com o Portal Animal<sup>18</sup>, início da castração e chipagem, além de melhorias físicas do espaço que acolhem os animais abandonados para futuros processos de adoção.

Definimos regras para os plantios compensatórios<sup>19</sup> e contribuímos, por meio de compensações ambientais, para o aumento e qualificação de áreas verdes e de lazer na cidade. São alguns exemplos: a reurbanização da Praça Jardim Conceição, na APA Campinas<sup>20</sup>, o plantio de 97 mudas de árvores nativas identificadas digitalmente com *QR Code*<sup>21</sup> na calçada e na praça próxima ao Fórum da Vila Mimosa<sup>22</sup>, além da retirada de 11 torres de alta tensão na Avenida Baden Powell, no Jardim Nova Europa, para futura implantação de ciclovias<sup>23</sup>.

Continuamos a fomentar a gestão participativa, fortalecendo os Conselhos Municipais, com as novas gestões do Conselho Gestor da APA Campinas – CONGEAPA<sup>24</sup> e do Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Campinas – ARES-PCJ, bem como proporcionando treinamento em licenciamento ambiental informatizado a todos os conselheiros do COMDEMA<sup>25</sup>.

Na crise hídrica de 2014, em todo o Estado de São Paulo, trabalhamos ativamente representando o Prefeito em atividades do Consórcio e Comitês PCJ e junto com a SANASA<sup>26</sup> no enfrentamento e busca de soluções a curto, médio e longo prazo, com destaque as ações sob a Coordenação da SVDS: elaboração do Plano Municipal dos Recursos Hídricos (em curso); implementação do Programa de recuperação de nascentes e áreas ciliares (em curso); estabelecimento de Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (em 2ª votação na Câmara Municipal); regulamentação pioneira no âmbito municipal para utilização de água de reúso<sup>27</sup> (finalizada); convênio de cooperação

---

<sup>18</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24017>.

<sup>19</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24491> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24304>.

<sup>20</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24396>.

<sup>21</sup> O Código *Quick Response* consiste em barras bidimensionais, que permite ao usuário, por meio da maioria dos telefones celulares equipados com câmera, converter seu conteúdo em texto. No caso, os códigos apresentam ao usuário informação sobre a espécie arbórea observada.

<sup>22</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22203> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23396>.

<sup>23</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21918> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25333>.

<sup>24</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21841>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22021>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22129> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24313>.

<sup>25</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24435>.

<sup>26</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22157>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23411>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24270> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25070>.

<sup>27</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24042> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23643>.

interinstitucional entre a SANASA e a SVDS na implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas públicas municipais de recursos hídricos; licenciamento e controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente (implementado).

Quanto às áreas contaminadas, problema histórico de Campinas, promovemos a interface com a comunidade, órgãos e técnicos especializados, monitorando e implantando ações efetivas, a exemplo do caso Mansões Santo Antônio<sup>28</sup>, em que foi iniciado processo de extração de gases, estudos de revisão das áreas de influência e de equacionamento ambiental, com medidas orientadas tanto por Grupo de Trabalho Específico<sup>29</sup>, quanto pela Agência Ambiental Estadual – CETESB<sup>30</sup>.

Finalmente, em parceria com a Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente – ANAMMA Estadual, assumimos a vice-presidência<sup>31</sup> e, posteriormente, a presidência<sup>32</sup>, o que projetou Campinas na liderança das discussões ambientais locais e regionais, facilitando diálogos com a ANAMNA Nacional e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA).

O constante incentivo e a vontade política do nosso Prefeito Jonas Donizette em respeitar a variável ambiental incluída nas mais diversas decisões e ações de governo, o capital humano especializado que a SVDS pôde angariar nestes anos, fortalecido na atual gestão, a contribuição de outros órgãos municipais (com destaque a Educação, Serviços Públicos, Jurídico, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, SANASA, IMA, Saúde, Relações Institucionais, Comunicação, Fundação José Pedro de Oliveira, Secretaria de Urbanismo e Orçamento Participativo<sup>33</sup>), universidades (principalmente PUCC e UNICAMP), entidades do terceiro setor, bem como o acompanhamento dos Conselhos Municipais e apoio da sociedade, puderam elevar o trabalho técnico em um ambiente transversal e intersetorial e coletivo, de modo a potencializar o caminho árduo e contínuo para uma Campinas mais sustentável, talvez o principal desafio das próximas gerações, que terá como legado as “sementes” de políticas públicas que têm sido “plantadas” e “regadas” nesta gestão como bem demonstram de forma inequívoca as curvas de indicadores da evolução da gestão

---

<sup>28</sup> Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22802> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23466>.

<sup>29</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22229>.

<sup>30</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23949>.

<sup>31</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23284>.

<sup>32</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25223>.

<sup>33</sup> Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>.

ambiental no período 2012-2014 apresentadas neste relatório. Contamos e agradecemos o apoio de todos, servidores, entidades, conselheiros pelas contribuições diariamente recebidas.

*Rogério Menezes*

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável

# Quadro Resumo

	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014
<b>da SMMA à SVDS</b>	Secretaria criada por Decreto, apenas o Departamento único da antiga SEPLAMA com organização informal em 4 departamentos virtuais.	Projeto de Lei de reestruturação da SVDS em 3 Departamentos, com a criação das áreas do Verde, Proteção e Bem-Estar Animal finalizado.  Estrutura discutida com CMPDA e COMDEMA  Envio à Câmara em 02/12/2013  Audiência Pública realizada em 10/12/13  PL aprovado em dezembro/2013	Publicação da Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com 3 Departamentos, 13 Coordenadorias e 8 Setores
<b>Meio Ambiente como tema transversal</b>	SMMA: Meio Ambiente como política setorial, com pouca participação no planejamento da PMC.	Prefeito Jonas Donizette criou o Grupo Gestor do Programa Cidades Sustentáveis por Decreto sob a coordenação da SVDS.  75 indicadores divulgados e 68 desses com metas assumidas até 2016.  Sistema desenvolvido pela IMA permite monitoramento dos indicadores  12 Eixos de sustentabilidade incorporados na elaboração do PPA 2014/2017	Em elaboração sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito o Observatório do Programa Cidades Sustentáveis, ferramenta que garantirá transparência aos indicadores de sustentabilidade.  Secretário do Verde escolhido como Vice-Presidente e assume como Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais – ANAMMA-SP (seccional Estado de São Paulo)
<b>Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais</b>	SMMA sem apoio para fortalecimento institucional e financiamento da gestão ambiental municipal.	SVDS com nova estrutura aprovada e previsão de fortalecimento.  Destramento do PROAMB pela Secretaria Municipal de Finanças com retomada dos repasses.  Lei nº 14.748, de 20 de dezembro de 2013, que institui a TCFA, proporcionará a retenção no Município a partir de 2014 de cerca de 600 mil reais de receita adicional para o PROAMB	Incremento da equipe com setor financeiro e de compras, com 01 contador, 02 advogados, 01 economista e 02 administrativos.  Ordem de Serviço nº 01/2014 nomeia técnicos especializados para a elaboração de Termos Referências, necessários às contratações.

<p><b>PROAMB nasce após 15 anos</b></p>	<p>Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) criado há 15 anos, sem funcionamento por falta de regulamentação, de estrutura administrativa e de vontade política</p>	<p>Legislação destravou o fundo</p> <p>Conselho Diretor já realizou 5 reuniões em 2013 e aprovou plano de investimentos de R\$7,8mi</p> <p>Recursos disponíveis da ordem de R\$9,8mi em 2013</p> <p>PROAMB conta agora com contador, setor administrativo e de compras, com funcionários de carreira.</p> <p>Publicada OS 04/2013 que designa funcionários para a execução dos Planos de Trabalho, das ações previamente aprovadas pelo Conselho Diretor</p>	<p>Novo Plano de Trabalho (2014) aprovou mais R\$ 6,3 mil em 16 ações.</p> <p>As primeiras ações começaram a ser licitadas, com 43% das ações já na Secretaria de Administração, em execução ou concluídas.</p> <p>SEMEIA deste ano e primeiros cursos de capacitação dos funcionários da SVDS realizados com recursos do PROAMB</p>
<p><b>Informatização da SVDS</b></p>	<p>Técnicos sem computadores, utilizando equipamentos pessoais (laptops) trazidos de suas casas.</p>	<p>Todos os técnicos do setor de licenciamento com computadores novos</p> <p>Estação gráfica adquirida</p> <p>Doações de computadores em parcerias público-privadas</p> <p>26 computadores em processo de aquisição com recursos SVDS</p>	<p>Todos os técnicos da SVDS com computadores</p> <p>Entregues mais 20 computadores e 2 notebooks</p>
<p><b>Um novo tempo no Licenciamento Ambiental</b></p>	<p>Licenciamento ambiental com apenas 8 técnicos no setor</p> <p>Gargalo por falta de pessoal e de equipamentos, prejudicando a análise dos empreendimentos</p> <p>De 11 a 17 PTAs por mês enviados ao COMDEMA</p> <p>Ausência de descrição clara sobre o conteúdo dos documentos técnicos</p>	<p>Licenciamento fortalecido pela contratação de técnicos de carreira, hoje com 17 técnicos e 05 estagiários, e novas contratações em andamento</p> <p>Licenciamento Online implantado (primeiro documento emitido em 04/Set)</p> <p>Técnicos com computadores novos</p> <p>Publicadas resoluções contendo os termos de referência dos documentos exigidos no Licenciamento Ambiental</p>	<p>Novo Decreto de Licenciamento Ambiental aprovado (Decreto nº 18.306, de 25 de março de 2014), registrando vários avanços na gestão ambiental, eis que traz procedimentos objetivos de controle ambiental (licenciamento e fiscalização), bem como internaliza critérios de sustentabilidade de forma a incentivar empreendimentos mais sustentáveis.</p>
<p><b>Água para o desenvolvimento</b></p>	<p>Campinas ausente nas atividades do PCJ, apesar do cenário de escassez de água na Bacia Hidrográfica</p>	<p>Campinas com protagonismo nas articulações e discussões sobre ampliação da reserva hídrica (novas barragens) e renovação da outorga do sistema Cantareira.</p> <p>Representação ativa com participação direta do Prefeito Jonas Donizette, vice-prefeito Henrique Magalhães Teixeira e Arly de Lara Romeo e Rogério Menezes.</p> <p>SVDS preside Conselho de Controle Social da ARES-PCJ</p>	<p>Além da continuidade das ações anteriores destacamos a participação junto com a SANASA no Pacote da Crise Hídrica, com 12 ações que localmente se integram as políticas regionais e nacionais de enfrentamento dessa crise.</p> <p>Neste pacote, destaca-se a elaboração da Resolução da SVDS nº 06/2014, que estabelece diretrizes para a utilização da água de reúso.</p> <p>Dado início a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, com realização de Oficinas em cada bacia hidrográfica para a constituição de um diagnóstico técnico e social.</p>



<p><b>Plano de Saneamento garante investimentos</b></p>	<p>Plano Municipal de Saneamento Básico paralisado, indefinição sobre contratação ou elaboração pelos técnicos da PMC.</p>	<p>Fases de diagnóstico e prognóstico concluídas, já com realização de audiências públicas.</p> <p>Conclusão do plano em Dez/2013</p> <p>Publicação do Decreto nº 18.199 de 19 de dezembro de 2013, validando o plano</p>	<p>Nomeação do Grupo de Acompanhamento Permanente do Plano publicada.</p> <p>Plano de Trabalho do Grupo em elaboração.</p>
<p><b>A APA sob nova direção</b></p>	<p>Conselho Gestor da APA vinculado à SEPLAN em crise institucional após renúncia do ex-presidente e denúncias.</p> <p>Plano de Manejo da APA com contratação paralisada pela Petrobrás</p> <p>Análise de protocolados paralisada</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette decretou alteração da vinculação da SEPLAN para a SVDS</p> <p>Conselho em pleno funcionamento sob a presidência do representante da SANASA</p> <p>Unidade de procedimentos CONGEAPA/COMDEMA nas análises de processos</p> <p>Análise de protocolados em dia</p> <p>Regimento interno sob revisão</p> <p>Retomada a contratação do Plano de Manejo</p>	<p>Renovação do conselho concluída em 29/07/2014, com a posse dos novos conselheiros das entidades eleitas em 15/07/14</p> <p>Termo de Referência do Plano de Manejo elaborado e encaminhado para a Coordenadoria Financeira da SVDS para prosseguimento. Edital da Licitação em fase final para publicação. Será contratada a sua elaboração com recursos do PROAMB/2014</p>
<p><b>Mansões Santo Antônio Solução a caminho</b></p>	<p>Impasse no caso Mansões Santo Antônio</p> <p>Estudos técnicos da Consultoria AECOM interrompidos sem previsão por falta de pagamento por parte da construtora CONCIMA</p> <p>Prejuízos à cidade após congelamento das áreas do entorno por Decreto desde 2002</p>	<p>Através de TAC, Prefeitura viabiliza R\$370 mil para retomada dos estudos técnicos da pluma de contaminação</p> <p>Divulgação do Estudo Técnico - Relatório Síntese</p> <p>Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013, que cria o FUNDIF (Fundo Municipal de Interesses Difusos)</p> <p>Através de outro TAC, a Prefeitura viabiliza mais R\$ 813 mil para instalação do sistema de extração de vapores logo abaixo do Bloco A, prédio habitado no Residencial Parque Primavera e destinação correta dos resíduos</p> <p>03 novas ações aprovadas no Plano de Trabalho do PROAMB</p> <p>Criação do Grupo de Trabalho Técnico de análise das situações de risco nas áreas contaminadas no município de Campinas pelo Decreto nº 18161/13 e o Decreto nº 18.356/14.</p>	<p>Implantação do sistema de extração de vapores (SVE – Soil Vapor Extraction) de compostos orgânicos voláteis – VOC.</p> <p>Sistema de extração de vapores no contrapiso do Bloco A em operação 24 horas por dia. Esse sistema refere-se à medida mitigadora visando a diminuição do risco a saúde dos moradores (45 famílias diretamente beneficiadas) e baseia-se em uma unidade de tratamento dos vapores extraídos, via drenos horizontais e torres verticais com filtros de carvão ativado.</p>

<p><b>Educação para a sustentabilidade</b></p>	<p>Educação Ambiental com ações isoladas e eventuais</p> <p>SEMEIA com formato centralizado</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette criou por Decreto GT específico para propor Política e Plano Municipal de Educação Ambiental.</p> <p>Proposta de Política até Março/2014.</p> <p>Plano até 2º semestre de 2014.</p> <p>SEMEIA com descentralização das atividades e forte envolvimento dos mais diversos setores da PMC (5 mil participantes em mais de 60 atividades).</p>	<p>Projeto de Lei de Educação Ambiental concluído, Audiência Pública realizada e votado pela Câmara Municipal. Prefeito promulgou Lei Municipal da Política de Educação Ambiental.</p> <p>Plano Municipal de Educação Ambiental em elaboração</p>
<p><b>O desafio de ampliar as áreas verdes</b></p>	<p>Banco de Áreas Verdes (BAV) com apenas 01 técnico em cargo comissionado</p>	<p>BAV com 03 novos funcionários de carreira</p> <p>Novos TCAs e TACs assinados com projetos inovadores</p> <p>Arborização Piloto na Cidade Judiciária: árvores com códigos de barras</p> <p>Termo de cooperação assinado com EMBRAPA</p> <p>Ordem de serviço conjunta SMSP/SVDS</p>	<p>Incremento da equipe do BAV, com uma Coordenação específica e aquisição de mais dois servidores de carreira.</p> <p>Mais de 65 mil árvores plantadas.</p> <p>Áreas degradadas recuperadas, praças construídas ou equipadas com compensações (com destaque ao Jardim Conceição). Aditamento do Termo de cooperação firmando com EMBRAPA</p> <p>Dado início a elaboração do Plano Municipal do Verde</p>
<p><b>GT estuda áreas verdes de Barão Geraldo</b></p>	<p>Manifestações no Orçamento Participativo solicitam plano para a preservação de áreas verdes de Barão Geraldo Movimento reivindica criação do Parque de Barão na Fazenda Rio das Pedras</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria por Decreto GT específico para estudar áreas de preservação permanente no distrito e propor estratégias para sua preservação.</p> <p>Os trabalhos do grupo estão em fase final</p> <p>Apresentação do Plano de Trabalho em Jan/14</p>	<p>Plano de Trabalho concluído no início do ano com entrega para a Câmara de Compensação Ambiental do Estado, para a busca de financiamento dos próximos passos e envio ao ICMBIO solicitando apoio.</p>
<p><b>Plano Municipal da Mata Atlântica</b></p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica inexistente e previsto apenas como meta.</p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica em contratação</p> <p>Será elaborado com metodologia de participação on-line em parceria com a SOS Mata Atlântica (uma das mais importantes ONGs do Brasil)</p> <p>Abre possibilidades de novos recursos federais, conforme prevê a Lei da Mata Atlântica</p>	<p>Em análise jurídica Termo de Cooperação Técnica para parceria SVDS-SOS Mata Atlântica.</p>

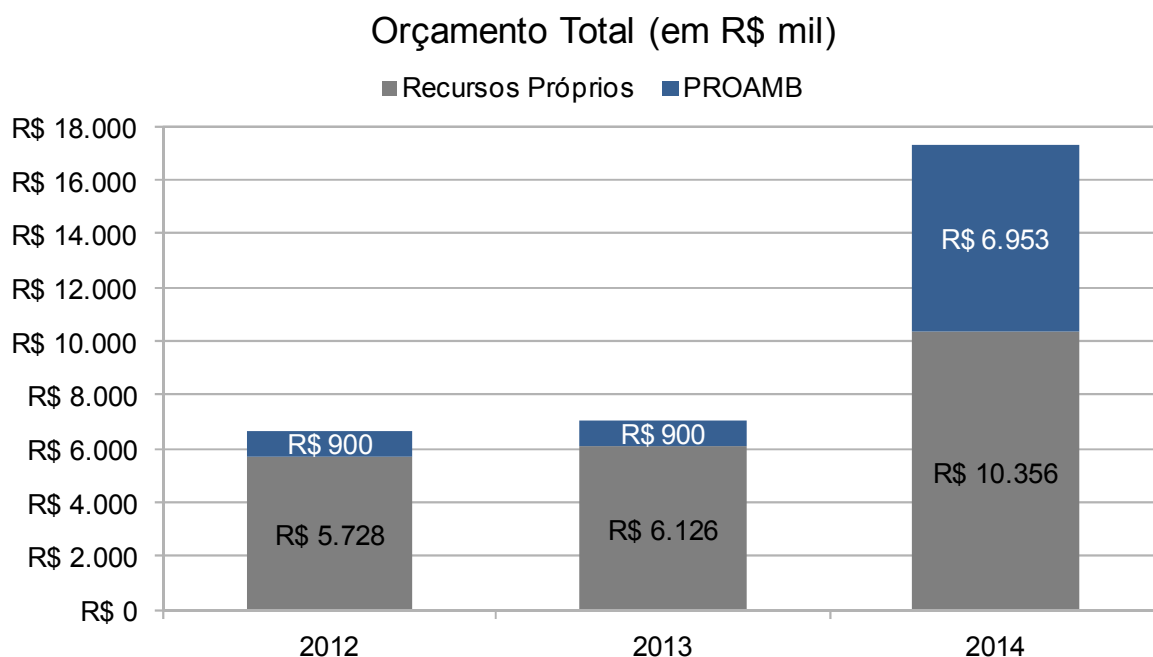
<p><b>Fazendo a lição de casa</b></p>	<p>Campinas sem realizar Conferência de Meio Ambiente desde 2003, na oportunidade, coordenada pela SANASA.</p>	<p>Realizada a 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Campinas em conjunto com COMDEMA, com significativa participação, em importante momento de definição sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p> <p>Participação dos delegados representantes de Campinas nas Conferências Estadual (2ª quinzena/Set) e Nacional (2ª quinzena/Out) de Meio Ambiente</p>	<p>Considerando que as conferências são bianuais, a próxima será realizada em 2015.</p>
<p><b>Tecnologia aplicada à fiscalização</b></p>	<p>Setor de Fiscalização sem espaço físico próprio</p> <p>Fiscais "presos" nos plantões de Atendimento ao Cidadão</p> <p>Nenhuma multa aplicada</p> <p>Fiscalização sem uso de modernas tecnologias</p>	<p>Setor instalado no 19º andar em espaço próprio</p> <p>Fiscais livres para fiscalização preventiva e corretiva</p> <p>Operações periódicas em articulação com a Guarda Municipal</p> <p>R\$890mil em multas aplicadas até 03/Dez/2013</p> <p>Planejada aquisição de modernos equipamentos para Setor de Fiscalização</p>	<p>Setor transformado em Coordenadoria, resultando em melhor organização do trabalho.</p> <p>Continuidade das operações periódicas com a Guarda Municipal.</p> <p>O valor de R\$1.393.302,37 em multas aplicadas até dezembro de 2014</p> <p>Aquisição de novos computadores.</p> <p>Aquisição de <i>pickup</i> adesivada exclusiva para a área de fiscalização ambiental com recursos do PROAMB.</p>
<p><b>Conselhos com autonomia</b></p>	<p>COMDEMA sem verba para funcionamento conforme prevê legislação</p>	<p>Destinado ao COMDEMA R\$ 100 mil PROAMB/ 2013, mediante apresentação de plano de trabalho</p> <p>CONGEAPA com R\$ 60 mil para definir aplicação</p>	<p>Plano do PROAMB 2014 destina ao COMDEMA mais R\$ 150 mil e ao CONGEAPA mais R\$30 mil.</p>
<p><b>Censo da Economia Verde</b></p>	<p>Lei municipal que criou o censo da economia verde sem regulamentação</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette publicou Decreto regulamentador nº 17.85, de 23 de janeiro de 2013, realizado Seminário e o Portal do Censo da Economia Verde está no ar</p>	<p>Aprovada ação no Plano de Trabalho do PROAMB/2014, que prevê R\$500 mil para a contratação da busca ativa para o Censo.</p>
<p><b>PMC Solar</b></p>	<p>Prédio da Prefeitura com gasto anual de R\$ 550 mil em energia elétrica, sem ideia de aproveitar lajes e fachadas para captação de energia</p>	<p>Estudo de viabilidade e projetos básicos para instalação dos painéis solares nas lajes do 3º e 19º em contratação</p>	<p>Licitação deserta.</p> <p>Contratação não realizada.</p> <p>O projeto básico está em elaboração em parceria com SEINFRA/SMDEST/através da UNICAMP.</p>

<p><b>Município VerdeAzul</b></p>	<p>Campinas em 220º lugar no ranking, com 61,17 pontos</p> <p>Informações não apresentadas e ações não executadas por falta de coordenação e metodologia</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria GT específico para o Programa Município VerdeAzul, sob coordenação da SVDS</p> <p>Cerca de 18 órgãos da administração trabalham em conjunto na elaboração do Plano de Ação</p> <p>Plano de Ação de Campinas entregue em final de Set/2013</p> <p>Campinas em 14º lugar, com 89,5 pontos</p>	<p>Campinas contemplada com um triturador de galhos, como premiação, no valor de R\$ 200 mil, destinado à Secretaria de Serviços Públicos</p> <p>Realizadas 5 reuniões setoriais e uma geral para apresentação do Ciclo 2014 do Programa. Campinas em 46º lugar com 88,4 pontos.</p> <p>Novas ações e projetos de lei em estudo para atendimento das diretivas ainda não foram considerados e só irão pontuar no ciclo 2015.</p>
<p><b>Cuidando e protegendo os animais</b></p>	<p>Ação vinculada à Secretaria de Saúde.</p>	<p>Inícios das tratativas para essa ação integrar uma das funções da SVDS.</p>	<p>Com a Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria, o Departamento de Proteção e Bem-Estar animal pôde iniciar suas atividades no antigo prédio do CCZ, de forma a garantir um novo olhar no atendimento das demandas envolvendo os animais domésticos e selvagens do município.</p> <p>Inauguração do Portal Animal, com ferramentas destinadas a prestarem vários serviços aos munícipes.</p> <p>Elaboração de um sistema informatizado municipal de cadastramento animal. Aquisições de microchipagem concluídas e contratação para castrações em fase final.</p>
<p><b>Apostando do planejamento da Cidade</b></p>	<p>Planos ambientais inexistentes.</p>	<p>Plano de Saneamento concluído sob a Coordenação da SVDS.</p>	<p>Planos de Recursos Hídricos, Plano do Verde e de Educação Ambiental em andamento.</p> <p>Demos início às ações de interface na revisão de Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, sob a Coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.</p>

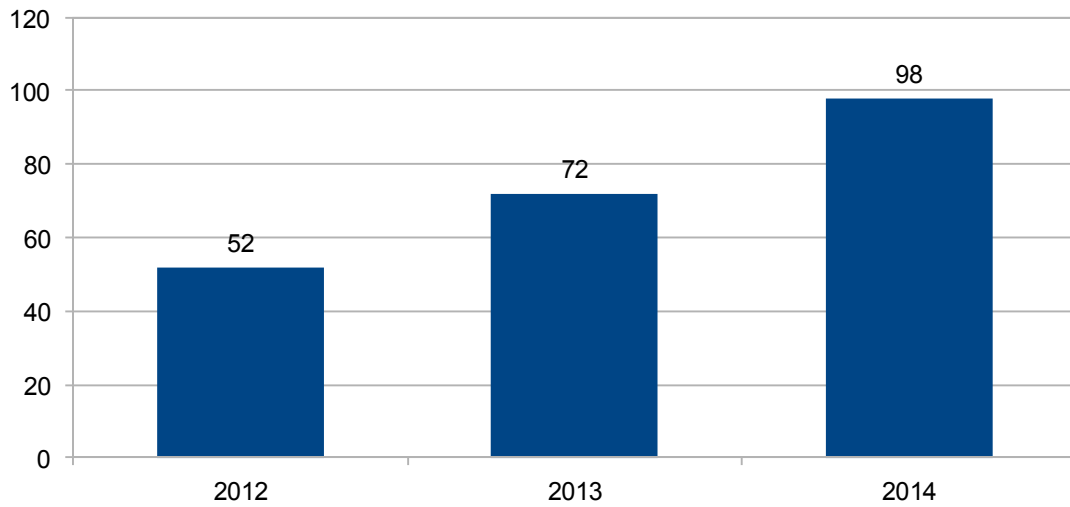
# Evolução da Gestão Ambiental

Neste relatório inauguramos uma seção de macroindicadores, que buscam demonstrar a evolução e o fortalecimento da gestão ambiental no município de Campinas no período recente.

Os dois primeiros desses indicadores estão relacionados à estrutura da atual Secretaria, reforçada na nova gestão municipal com a instituição da Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, que efetivamente criou a Secretaria como ela é hoje. O orçamento da Secretaria foi também favorecido pelo destravamento do PROAMB, que passou a ser a principal fonte de recursos para os projetos e as ações da SVDS. A evolução do quadro de funcionários também é notória, tendo havido um aumento de quase de 90% em 2 anos:

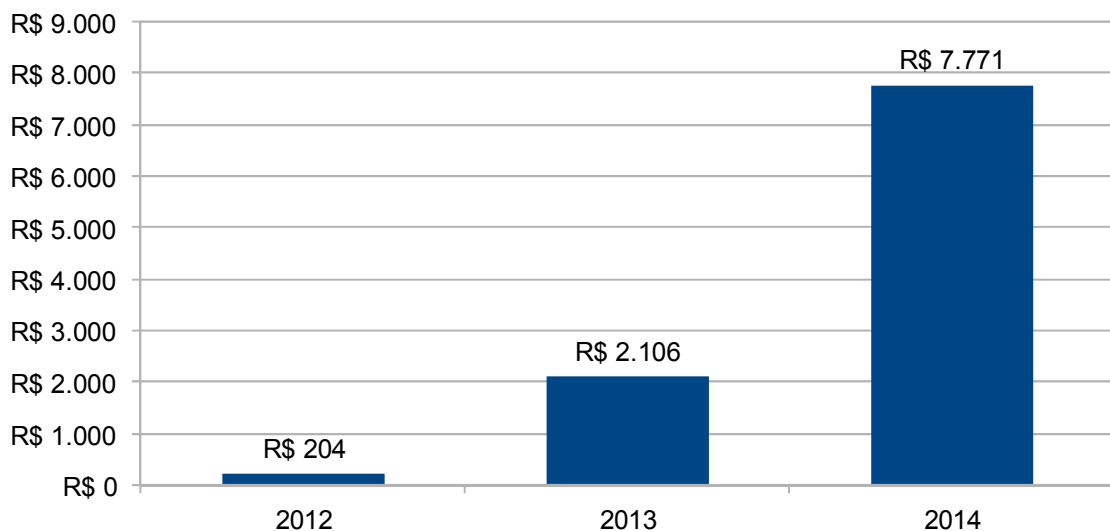


### Número de servidores da Secretaria

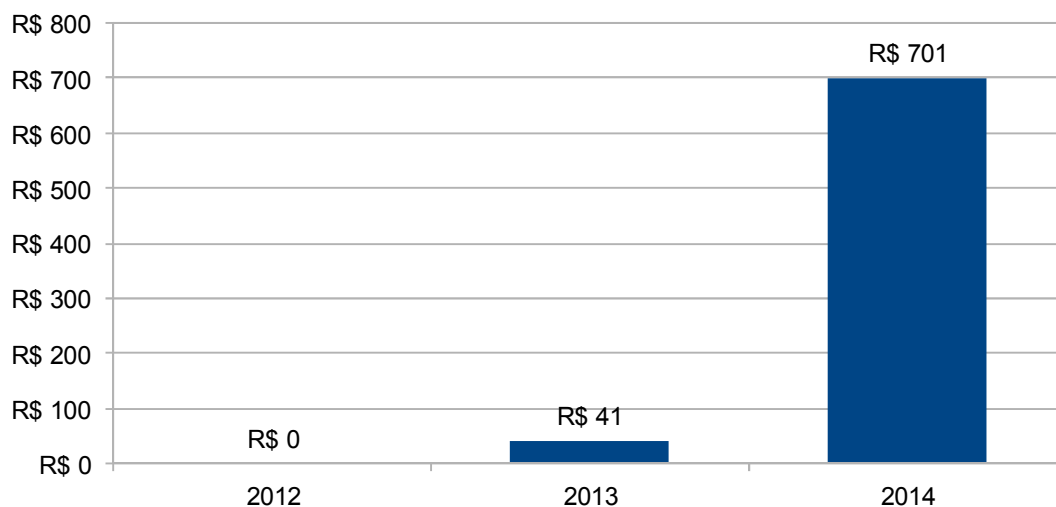


O terceiro e quarto macroindicadores visam demonstrar a evolução do saldo em conta do PROAMB bem como da aplicação de recursos do Fundo: a evolução do saldo em conta demonstra a disponibilidade e a liquidez do Fundo e a evolução dos recursos aplicados marca o ano de 2014 como o início efetivo da utilização dos recursos na execução de projetos e ações na área ambiental:

### Saldo em c/c do PROAMB (em R\$ mil)

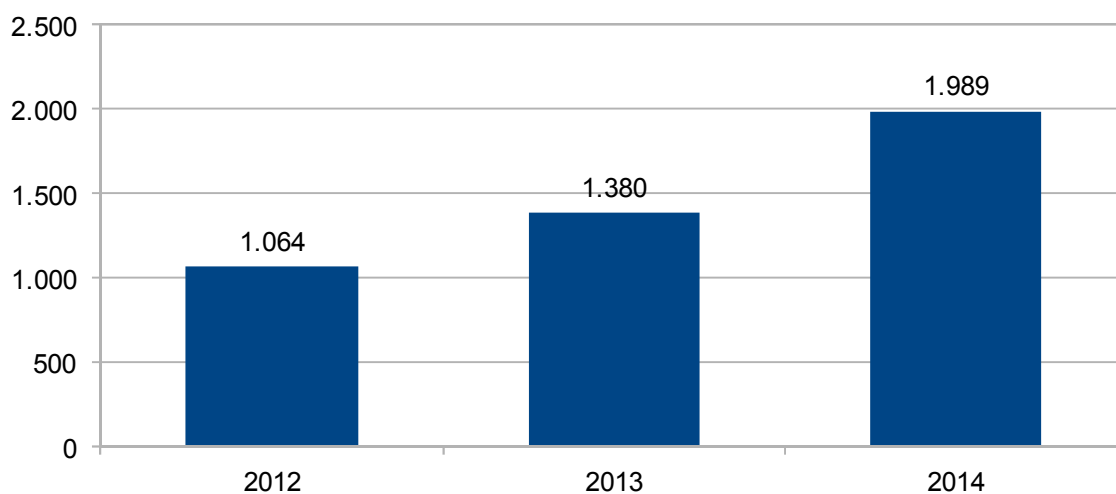


### Recursos Aplicados pelo PROAMB (em R\$ mil)



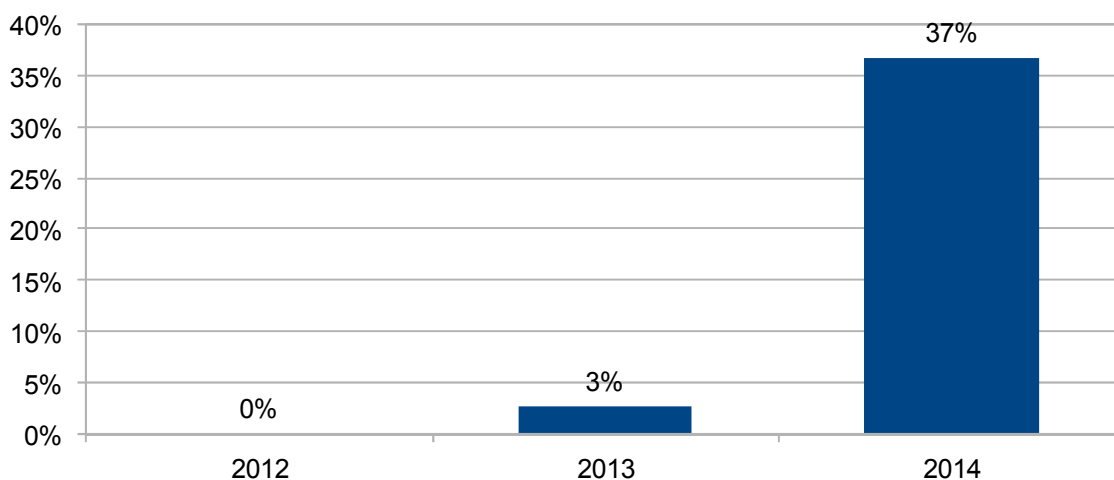
Os dois próximos macroindicadores demonstram a evolução no número de documentos emitidos pelo Departamento de Licenciamento Ambiental (a partir da redução do estoque de processos) e o aumento expressivo da participação do Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO) em relação às entradas de processos físicos. Desde setembro de 2014 todas as novas solicitações de licenciamento passaram a ter como única entrada o LAO, significando maior agilidade e transparência nos processos de licenciamento ambiental:

### Número de documentos emitidos pelo Licenciamento Ambiental



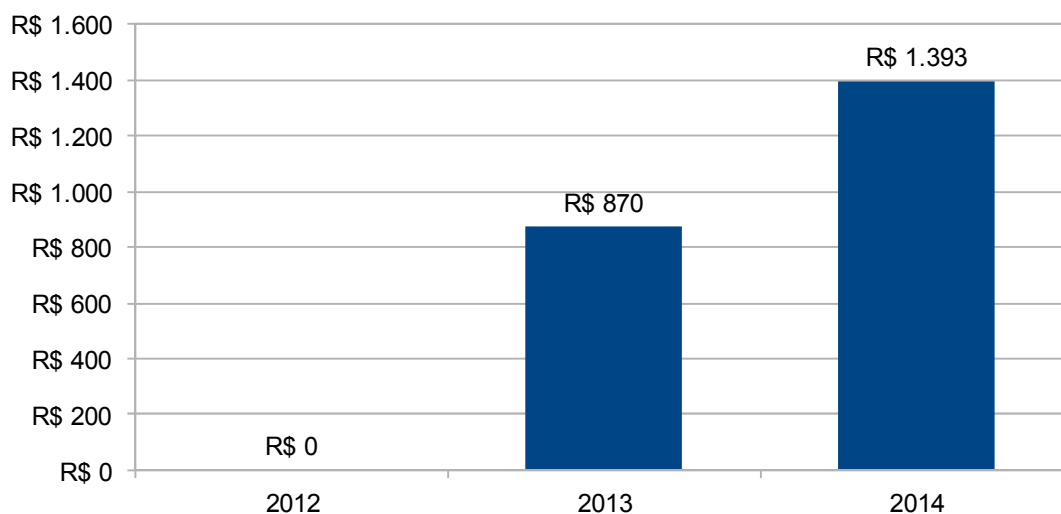
## Evolução do Licenciamento On-Line

(entradas pelo LAO em relação à entradas totais do Licenciamento Ambiental)



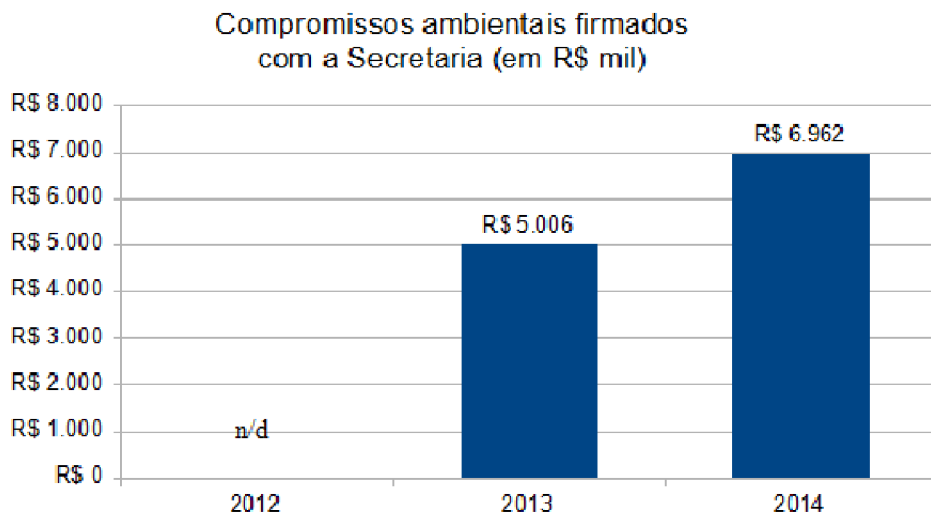
O macroindicador a seguir demonstra a evolução das multas aplicadas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental em decorrência de denúncias de irregularidades na área ambiental, indicando a preocupação da atual Secretaria também com os antigos instrumentos de comando e controle:

## Multas Aplicadas pela Fiscalização (em R\$ mil)

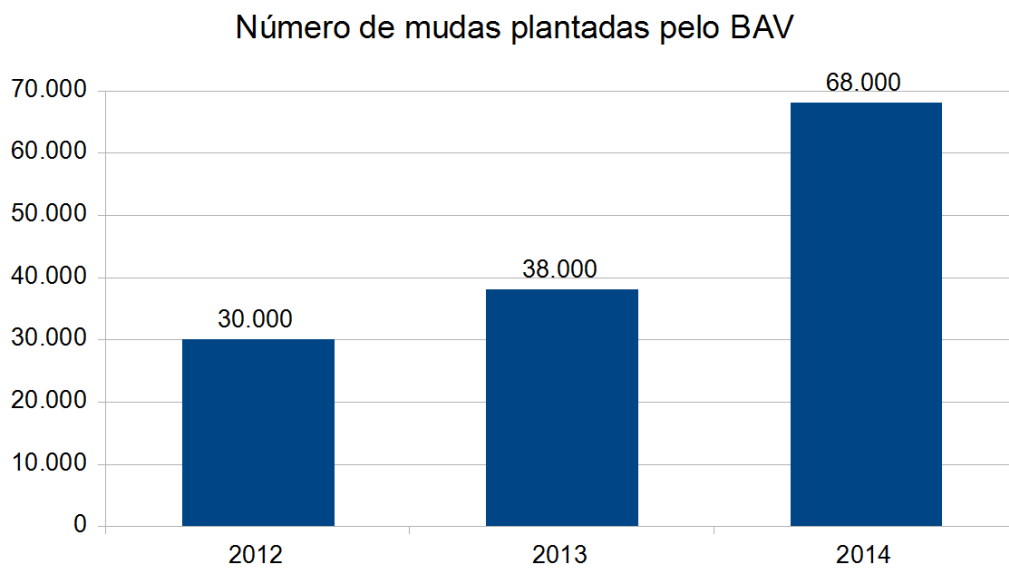




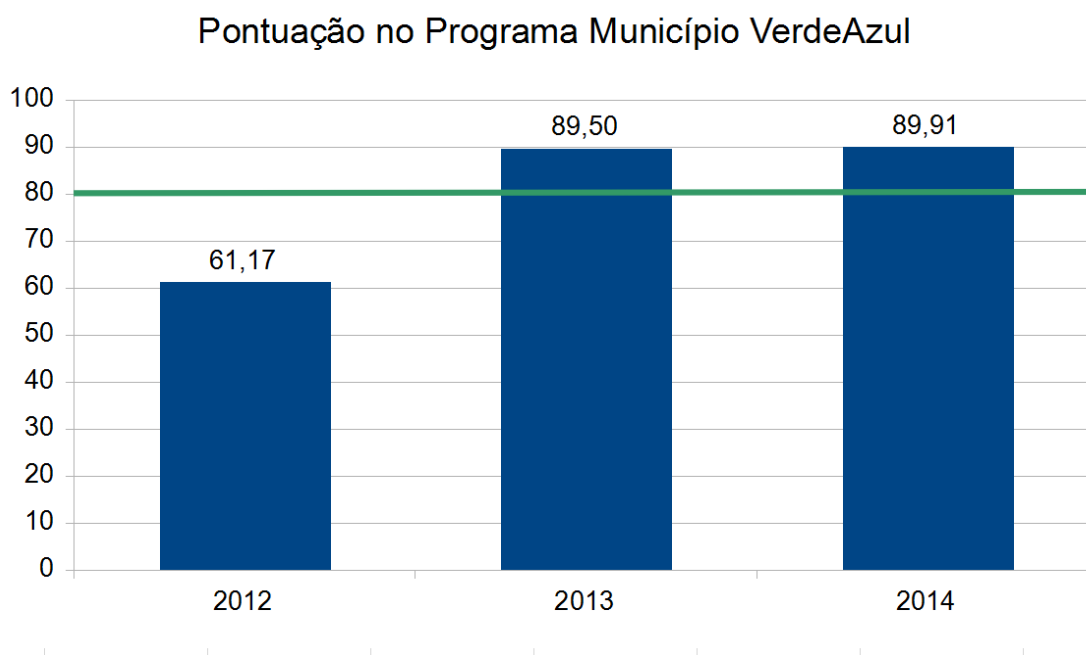
Os dois macroindicadores a seguir demonstram a evolução dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com a Secretaria, bem como a evolução dos plantios advindos de compensações do processo de licenciamento ambiental.



Em 2013, os procedimentos do BAV ainda não estavam afinados, não havia uma forma definida para gestão dos protocolos, e havia somente um funcionário. Em 2014, com a organização do BAV, dois funcionários, duas estagiárias e uma coordenadora aumentaram em mais de 50% o número de anuências e de vistorias, sendo esta uma das razões para o aumento dos plantios.



Por último, mas não menos importante, está a evolução no Programa Município VerdeAzul. Como este índice é uma síntese de diversos indicadores ambientais, acreditamos que ele é bem representativo dos esforços que vêm sendo feitos nessa área no município. A nota 80 seria como uma "nota de corte", acima da qual o município se certifica no Programa.



Após os recursos, a pontuação de Campinas no Programa Município VerdeAzul 2014 aumentou de 88,41 pontos para 89,91 pontos, saindo da 46º para a 41º posição no ranking do PMVA. Campinas supera assim a pontuação obtida no ano de 2013 (89,5 pontos) e continua sua trajetória ascendente no fortalecimento da gestão ambiental local.

# Equipe

*Jonas Donizette*

Prefeito

*Henrique Magalhães Teixeira*

Vice-Prefeito

## GABINETE DO SECRETÁRIO

*Rogério Menezes*

Secretário

Oceanógrafo, MSc.

*Andréa Cristina de O. Struchel*

Supervisora Departamental

Advogada, MSc.

*Véra Regina Custodio Rebusti*

Assistente do Secretário

Magistério

## Assessoria de Gabinete - AG

*Ângela Cruz Guirao*

Bióloga, MSc.

*Cezar Augusto Machado Capacle*

Arquiteto

*Jana Rafaela Dal Colletto Franco*

Pedagoga

*Nilce Rosinalva da Silva*

Advogada

*Ricardo Moreira Casetta*

Economista

*Sylvia Regina Domingues Teixeira*

Engenheira Química, MSc.

*Vagner dos Santos*

Gestor Público (cursando)

### **Aprendiz**

*Mikaely Cristiny da Cruz Ribeiro*

### **Estagiárias**

*Aline Pianca Batista*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

*Fernanda Santos Oliveira*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

*Gislaine Martins Molina*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

## **Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM**

*Daigildo de Jesus Rodrigues* (Coordenador)

Administrador de Empresas e Contador

*Ronaldo Luiz Sartório*

Advogado

#### Coordenadoria Financeira - CF

*Antonio José Rocha* (Coordenador)

*Paulo Roberto Fernandes Estopa*

Advogado

*Raquel Gimenez Rodrigues*

Apoio Administrativo

#### Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE

*Veronilda Ribeiro da Silva* (Coordenadora)

*Antonio Roberto Pagliatto* (Expediente)

#### **Motoristas**

*Antonio Marcos de Souza*

*Paulo Roberto Andrade*

*Edson Roberto Gonzaga da Silva*

#### DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA

*Leandro A. S. Arruda Melo* (Diretor)

Engenheiro Civil

#### Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

*Ana Luiza Ahern Beraldo* (Coordenadora)

Bióloga, Dra.

## Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

*Rebeca Veiga Barbosa (Coordenadora)*

Bióloga. MSc.

## Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG)

*Rafaela Bonfante Lançone (Coordenadora)*

Geóloga

*José Carlos Borges*

Geólogo

## Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

*Patrícia Neves (Coordenadora)*

Engenheira Ambiental

## Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

*Lindenberg Casimiro Damasceno (Líder)*

Engenheiro Ambiental

*Alexandre Costa*

Engenheiro Civil

*Daniel Prenda de O. Aguiar*

Engenheiro Civil. MSc.

*Ariane Furlanes da Silva*

Engenheira Ambiental

## Anexo II - Infraestrutura

*Gustavo Fabrício D'Estefano (Líder)*

Engenheiro Civil

*Fernando G. de Martino*

Engenheiro Ambiental

*Heloíse Mara Geraldino Maia*

Engenheira Ambiental

*Glauco David Froio Cabral*

Engenheiro Civil

### **Anexo III – Áreas Verdes**

*Maria Carolina Brunini Siviero (líder)*

Bióloga. MSc.

*Carlos Eduardo de S. Martins*

Engenheiro Agrônomo

*Everaldo de Carvalho Conceição Telles*

Engenheiro Agrônomo. Dr.

### **Anexo IV – Atividades Poluidoras**

*Carla de Souza Camarneiro (Líder)*

Engenheira Ambiental

*Mário Jorge Bonfante Lançone*

Engenheiro Ambiental

### **Apoio Administrativo**

*Irani Candida dos Santos*

Rosana Reiko Ito

### **Estagiários**

*Caio Henrique Silva*

Estagiário em Engenharia Ambiental

*Flavia Cristina Souza*

Estagiária em Biologia

*Maria Eduarda Losi Gonçalves*  
Estagiária em Engenharia Ambiental

*Nathalie Amorim Borges*  
Estagiária em Engenharia Ambiental

## DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS

*Marcos Roberto Boni* (Diretor)  
Advogado

## Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental -CPEA

*Roberto Santos Alberto* (Coordenador)  
Artista Plástico

*Maria Eugênia Mobrice*  
Assistente Social

*Márcio Cristian Ferreira*  
Técnico em Meio Ambiente

*Maria Amélia Fernandes de Castro*  
Pedagoga e Administradora de Empresas

*Cláudia Esmeriz Gusmão*  
Engenheira Agrônoma

*Sueli Aparecida Thomaziello*  
Geógrafa, Dra.

## Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTelA

*Guilherme T. N. P. de Lima* (Coordenador)  
Oceanógrafo, Dr.

*Paulo Ricardo E. de C. Neto*  
Engenheiro Agrônomo



*Ricardo Simão Amon*

Engenheiro Agrônomo, MSc.

*Vitor Morais Ribeiro*

Geógrafo

## Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

*Isadora Rebelo Salviano* (Coordenadora)

Bióloga, MSc.

*Phillip de Souza Cardoso*

Engenheiro Ambiental

*Geraldo Ribeiro de Andrade Neto*

Engenheiro Ambiental

*Ivie Emi Sakuma Kawatoko*

Engenheira Ambiental, MSc.

*Cláudio Pacheco de Oliveira*

Geógrafo, Dr.

*Celso Ribeiro de Freitas Jr*

Engenheiro Sanitarista

*Maria Stela Belluzzo Prado*

Engenheiro Sanitarista

*Juliano Braga*

Ecólogo

## Coordenadoria Setorial do Verde - CV

*Mariana Ferreira Cisotto* (Coordenadora)

Geógrafa, Dra.

*Alethea Borsari Peraro*

Ecóloga

*Danilo José Alves Peixoto*

Engenheiro Agrônomo

*Vinicius Leite de Campos Menegale*

Engenheiro Agrônomo, MSc.

## Apoio Administrativo

*Adriano José Gomes*

### Estagiários

*Ana Carla D'Arc dos Santos*

Estagiária em Engenharia Ambiental

*Bruno Nicolau Ignácio Alves*

Estagiário em Engenharia Ambiental

*Ana Jéssica dos Santos*

Estagiária em Biologia

*Adriana Felipe de Araújo*

Estagiária em Biologia

## DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

*Paulo Anselmo Nunes Felipe* (Diretor)

Veterinário, Dr.

## Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais - CGA

*Lara Sofia Frigeri* (Coordenadora)

Pedagoga

*Ana Karina Marangoni Cosive Paula* (Chefe de Setor)

Bióloga

*Eliana Santos Ferraz*

Bióloga

*Maria Eunice Rodrigues*

Jornalista

*Paulo José Manc*

Médico Veterinário

*Helio Yassutaka Shimizu*

Engenheiro Ambiental

*José Carlos de Lima Frassani*

Auxiliar Téc. Enfermagem

*Adriana Filomena Molina Cardelli*

Fundamental

*Adeilton José Soares*

Fundamental

*Adelicio Teresiano Silva*

Fundamental

*Carlos Roberto dos Santos*

Fundamental

*Cláudio Roberto Pires*

Fundamental

*Domingos Jacinto Lopes*

Fundamental

*Floriza Pinto dos Reis*

Fundamental

*José Manja*

Fundamental

*Márcia Aparecida Felizardo*

Fundamental

*Maria de Lourdes Góis*

Fundamental

*Paulo Martins da Silva*

Fundamental

*Pedro Luiz Russo*

Fundamental

*Telma Lima Leal Semeão*

Fundamental

### **Estagiários**

*Caroline Garcia de Oliveira Bregon*

Estagiária em Veterinária

*Daniel Medina Vieira*

Estagiária em Veterinária

## COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA

*Heloísa Fava Fagundes* (Coordenadora)

Tecnóloga em Controle Ambiental, Bióloga (cursando)

*Adilson Cláudio de Barros*

Fundamental

*Guilherme Demori Estevam*

Engenheiro Ambiental

*Janete do Prado Alves Navarro*

Tecnóloga em Controle Ambiental

*Luiz Omena Ferro*

Técnico em Trânsito e Transporte

*Maria Carolina Neves Quadros*

Administradora, Bióloga (cursando)

*Rodrigo dos Santos Santana*

Engenheiro Civil (cursando)

# Sumário

Apresentação.....	2
Quadro Resumo.....	7
Evolução da Gestão Ambiental.....	13
Equipe.....	19
Sumário.....	30
<b>1. GABINETE DO SECRETÁRIO.....</b>	<b>35</b>
<b>1.1. Supervisão Departamental – SD.....</b>	<b>35</b>
1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS.....	36
1.1.1.1. Planejamento 2014.....	36
1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo – IMG.....	38
1.1.2. Juntas Administrativas.....	40
1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR.....	40
1.1.2.1.1. Processos Analisados.....	41
1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JTA.....	41
1.1.2.2.1. Processos Analisados.....	41
<b>1.2. Assessoria de Gabinete - AG.....</b>	<b>41</b>
1.2.1. Parcerias.....	42
1.2.1.1. Gestão do Parque Ecológico.....	42
1.2.1.2. Ações Conjuntas com as Universidades.....	43
1.2.1.3. Inventário de Áreas Verdes.....	45
1.2.1.4. Arborização Urbana.....	45
1.2.2. Investindo em Ciclovias.....	45
1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente.....	47
1.2.4. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público.....	52
1.2.4.1. Atualização do site e identidade visual da SVDS.....	52
1.2.4.2. Divulgação de eventos e ações da SVDS.....	53
1.2.4.3. Elaboração de hotspots.....	53
1.2.4.4. Atendimento ao público.....	54
1.2.4.5. Lei de Acesso à Informação (LAI).....	54
1.2.5. Atividades Ordinárias do Gabinete.....	54
1.2.5.1. Protocolos.....	54

1.2.5.2. Emissão e Recepção de Documentos .....	54
1.2.6. Representações .....	55
1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas .....	59
1.2.7.1. <i>Mansões Santo Antonio</i> .....	60
1.2.8. Pacote da Crise Hídrica .....	62
1.2.8.1 <i>Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis</i> .....	63
1.2.9. <i>Estudo de Viabilidade para Passagens de Fauna e Formação de Corredores Ecológicos</i> .....	64
<b>1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM</b> .....	<b>66</b>
1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas – COMDEMA.....	67
1.3.1.1. <i>Composição</i> .....	67
1.3.1.2. <i>Reuniões</i> .....	67
1.3.1.3. <i>Eventos</i> .....	68
1.3.1.4. <i>Comissões</i> .....	71
1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – CONGEAPA.....	72
1.3.2.1. <i>Composição</i> .....	72
1.3.2.2. <i>Reuniões</i> .....	72
1.3.2.3. <i>Câmaras Técnicas e Comissões</i> .....	73
1.3.2.4. <i>Atos do Pleno</i> .....	76
1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas ..	76
1.3.3.1. <i>Trabalhos Realizados</i> .....	79
1.3.3.2. <i>Reuniões</i> .....	81
1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente – PROAMB .	81
1.3.4.1. <i>Conselho Diretor e ações financiadas</i> .....	82
1.3.4.2. <i>Contratação e Acompanhamento</i> .....	83
1.3.4.2.1. <i>Licitações</i> .....	84
1.3.4.2.2. <i>Contratações Diretas</i> .....	85
1.3.4.2.3. <i>Caronas em Contratos Existentes</i> .....	85
1.3.4.2.4. <i>Convênios</i> .....	85
1.3.4.3. <i>Pagamento e Contabilização</i> .....	86
1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos – FUNDIF87	
<b>1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA – CF</b> .....	<b>88</b>
1.4.1. Orçamento.....	88
<b>1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE</b> .....	<b>89</b>
1.5.1. Expediente .....	89

1.5.2. Recursos Humanos.....	89
<b>1.6. Normativas.....</b>	<b>90</b>
<b>1.7 Eventos .....</b>	<b>92</b>
1.7.1. Fórum Brasil-Portugal.....	92
1.7.2. Workshop: “Mudanças Climáticas: qual o papel das cidades paulistas?”.....	93
1.7.3. Palestra sobre o Manejo de Plantas Exóticas Invasoras - Impactos Ambientais, Sociais e Econômicos.....	94
1.7.4. Workshop sobre o Licenciamento Ambiental Municipal.....	95
1.7.5. Fórum Permanente em Meio Ambiente e Câncer da Criança e do Adolescente.....	98
<b>2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA.....</b>	<b>101</b>
<b>2.1. Licenciamento Ambiental <i>Online</i> – L.A.O.....</b>	<b>103</b>
<b>2.2. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental.....</b>	<b>106</b>
2.2.1. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA.....	106
2.2.1.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários .....	106
2.2.1.2. Anexo II – Infraestrutura.....	108
2.2.1.3. Anexo III – Áreas Verdes .....	109
2.2.1.4. Anexo III-SG – Suporte Geológico .....	110
2.2.1.5. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras.....	111
2.2.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais – CT-ALPS.....	112
2.2.3. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG .....	114
2.2.4. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA.....	114
2.2.4.1 COMDEMA .....	115
2.2.4.2 CONGEAPA.....	117
<b>2.3. Produtividade Geral do Departamento .....</b>	<b>117</b>
<b>2.4. Destaques no Licenciamento Ambiental do Ano de 2014.....</b>	<b>122</b>
<b>2.5. Elaboração dos Termos de Referência de Sustentabilidade.....</b>	<b>125</b>
<b>3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS .....</b>	<b>127</b>
<b>3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental .....</b>	<b>128</b>
3.1.1. Elaboração de Planos e Políticas Públicas.....	128
3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).....	128
3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH).....	129
3.1.1.3. Plano Diretor (PD) e Lei de Uso e Ocupação (LUOS).....	131



3.1.1.4. <i>Regulamentação no Âmbito Municipal para a Utilização de Água de Reúso</i> .....	132
3.1.1.5. <i>Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais</i> .....	133
3.1.2. Implementação de Políticas Públicas (Diretrizes, Análises Prévias e GAPE) .....	134
3.1.2.1. <i>Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais</i> .....	135
3.1.3. Desempenho Ambiental.....	136
3.1.3.1. <i>Programa Município VerdeAzul - PMVA</i> .....	136
3.1.3.2. <i>Programa Cidades Sustentáveis – PCS</i> .....	137
3.1.3.3. <i>CDP Cities</i> .....	138
3.1.3.4. <i>Índice de Desempenho Ambiental – IDA</i> .....	139
3.1.4. Interfaces .....	140
<b>3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais -.....</b>	<b>140</b>
<b>C-TeIA .....</b>	<b>140</b>
<b>3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA .....</b>	<b>148</b>
3.3.1. Política Municipal de Educação Ambiental .....	148
3.3.2. Plano Municipal de Educação Ambiental.....	149
3.3.3. Educação Ambiental com Escolas e Centros de Saúde .....	151
3.3.4. Hortas nas Escolas.....	152
3.3.5. Educação Ambiental com plantio de árvores.....	153
3.3.6. “A Mata Atlântica é Aqui” .....	153
3.3.7. SEMEIA 2014 .....	157
3.3.8. Estação Ambiental de Joaquim Egídio.....	161
<b>3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV.....</b>	<b>163</b>
3.4.1. Banco de Áreas Verdes - BAV .....	163
3.4.2. Solicitação de Áreas.....	167
3.4.3. Banco de Dados .....	167
3.4.4. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID) .....	168
3.4.5. Termos de Ajustamento de Conduta - TAC .....	168
3.4.6. Unidades de Conservação - UCs.....	169
3.4.6.1. <i>Área de Proteção Ambiental de Campinas</i> .....	169
3.4.6.2. <i>Área de Proteção Ambiental do Campo Grande</i> .....	169
3.4.6.3. <i>Parque Natural Municipal dos Jatobás e Parque Natural Municipal do Campo Grande</i> .....	169
3.4.6.4. <i>Grupo de Trabalho Técnico para Realizar Estudo Visando Avaliar as Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental no Distrito de Barão Geraldo – GT-Barão</i> .....	170
3.4.6.5. <i>Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares</i> .....	171

3.4.7. Plano Municipal do Verde - PMV .....	172
<b>4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL – DPBEA.....</b>	<b>173</b>
4.1. Área Meio e Planejamento.....	174
4.2. Resultados previstos no Fundo Ambiental PROAMB 2013 e 2014, para o DPBEA ....	174
4.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS. ....	177
4.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública. ....	177
4.4. Participação do DPBEA em projetos conjuntos externos a Prefeitura Municipal de Campinas. ....	178
4.5. Área fim – atividades do DPBEA.....	179
<b>5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA.....</b>	<b>183</b>
<b>5.1. Fiscalização Corretiva.....</b>	<b>184</b>
5.1.1. Vistorias .....	184
5.1.2. Autos de Infração .....	187
5.1.3. Infraestruturas Básicas para Telecomunicações .....	188
<b>5.2. Fiscalização Preventiva .....</b>	<b>188</b>
5.2.1. Operação Verão .....	189
5.2.2. Operação Estiagem.....	190
5.2.3. Operação Perigo Aviário .....	191
5.2.4. Áreas Contaminadas.....	191
5.2.5. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas.....	192
<b>5.3. Outras participações .....</b>	<b>193</b>
Conclusão .....	194

## 1. GABINETE DO SECRETÁRIO



### 1.1. Supervisão Departamental – SD

Compete à Supervisão Departamental do Gabinete da SVDS coordenar e acompanhar as atribuições relativas aos Departamentos, Assessorias, Coordenadorias e Setores da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como auxiliar o Secretário no acompanhamento e coordenação de todas as ações, estabelecendo-se parâmetros de qualidade na boa gestão, sistematizando e atualizando os relatórios gerenciais semestrais, bem como conferindo a devida publicidade.

Com o acompanhamento dos relatórios gerenciais, esta área auxilia o Secretário na execução dos projetos estratégicos na área ambiental no âmbito da SVDS, bem como na construção de parcerias internas e externas. Dessa forma, afere o andamento dos Programas estabelecidos no Planejamento Estratégico de Atividades da SVDS de 2014, elaborado em 16 de dezembro de 2013, com a participação de todos os servidores.

Também faz parte das atribuições da função representar e responder pelo Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em eventuais ausências, bem como proceder outras medidas tendentes ao bom andamento dos trabalhos.

Uma das atuais responsabilidades da Supervisão Departamental é presidir a Junta Administrativa de Recursos (JAR) e Junta Técnico-Administrativa (JTA), por força da nova regulamentação a respeito do licenciamento e fiscalização ambiental.

Com o intuito de melhorar a gestão ambiental municipal, a área recebe sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil, especialmente ligadas ao meio ambiente e mantém arquivo atualizado de todos os

documentos encaminhados à Ouvidoria Geral, por escrito ou por outros meios de comunicação.

### 1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS

A SVDS se utiliza de diversas ferramentas de gestão para acompanhar as atividades planejadas e os compromissos assumidos. Além das duas listadas a seguir, existe também o acompanhamento das ações do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB, que está mencionado em capítulo próprio do Fundo.

#### 1.1.1.1. Planejamento 2014

Em 12 de dezembro de 2014, foi realizada reunião geral da SVDS, no Centro de Conhecimento das Águas, com a participação de todos os servidores da Secretaria, oportunidade em que foi dado o “ponta pé inicial” do processo de planejamento 2015-2016, processo este finalizado em 2 de fevereiro de 2015 com seminário realizado no mesmo local.

O processo de planejamento mencionado acima envolve:

- 1) Balanço do ano anterior, nivelamento das atribuições das áreas e identificação das competências dos funcionários - ocorrido em 12/dez/2014;
- 2) Alinhamento conceitual básico em termos dos instrumentos de planejamento e gestão - ocorrido em 19/dez/2014;
- 3) Elaboração dos cronogramas dos projetos e definição das metas e dos indicadores de acompanhamento para os processos críticos - entre 5/jan/2015 e 23/jan/2015;
- 4) Apresentação e validação do conteúdo produzido, ou seja, do Planejamento 2015-2016 da Secretaria – realizado em 2 de fevereiro de 2015.



Equipe da SVDS ao final do dia 12/dez/2014 quando foi concluída a 1ª etapa do Processo de Planejamento 2015-2016.

Além de manter a característica participativa e democrática do processo de planejamento, a SVDS vem aprimorando ano a ano seus instrumentos de gestão, tendo sido definidas novas formas de acompanhar as atividades da Pasta, sempre possuindo como base o Ciclo PDCA<sup>34</sup> de gestão.

Dessa forma, além de aperfeiçoarmos a ferramenta de elaboração e acompanhamento dos cronogramas, incluímos o conceito de metas e indicadores para todos os processos mais relevantes da Secretaria, processo ainda não concluído e cujos resultados serão apresentados no próximo relatório semestral.

---

<sup>34</sup> Do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT, ou seja, Planejar, Executar (Desenvolver, Fazer), Verificar (Checar) e Agir (Atuar).

1	<b>FAL-11 – Revisão das Taxas de Licenciamento</b>				Conclusão prevista:				30/6/15		
2	Coord: Ricardo Casetta				Andamento Geral:				25%		
3	Origem: Recomendações Falconi				Execução Geral:						
4											
5	13/1/15										
6											
7					Planejado			Executado		Campos de Alerta	
8	Etapa	Referência	Início	Término	Duração da tarefa	Início	Término	Execução	Dias até o início	Dias até a conclusão	
9	• Revisão das propostas com os Anexos	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
10	✓ Retomada dos entendimentos com o Anexo I	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
11	✓ Retomada dos entendimentos com o Anexo II	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
12	✓ Retomada dos entendimentos com o Anexo III	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
13	✓ Retomada dos entendimentos com o Anexo IV	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
14	✓ Retomada dos entendimentos com o Anexo III – SG	Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
15	• Simulações	Ricardo	25/fev	22/mar	18	30/dez	30/dez	0%			
16	Elaboração das simulações	Ricardo	25/fev	22/mar	18			0%	29	46	
17	• Validação dos resultados	Ricardo	23/mar	28/abr	24	30/dez	30/dez	0%			
18	Apresentação inicial da proposta	Ricardo	23/mar	31/mar	7			0%	47	53	
19	Feedback inicial	DLA	1/abr	8/abr	5			0%	54	58	
20	Revisão e ajustes	Ricardo	9/abr	15/abr	5			0%	59	63	

Modelo de planilha de acompanhamento de projetos com interface para módulo de relatório

Desde o início do ano, o Gabinete da SVDS vem efetuando o acompanhamento periódico e eletrônico das ações e, de forma sistemática, apresentando o resultado desse acompanhamento para que seja possível atuar sobre um eventual atraso de uma entrega.

### 1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo – IMG

Com o intuito de acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo Jonas Donizette, foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA, ainda em 2013, o Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma intranet para acesso dos servidores e técnicos responsáveis por cada ação em cada Pasta.

Indicadores de Metas do Governo (IMG)							
Principal / Apontar Ações		Mostrar Atividades		Atualizar			
		Orgão		svds		Q	
Macro-eixo	Programa	Ação	Orgão	Peso	Data do último Apontamento	Concluído(%)	
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	EQUACIONAMENTO DAS ÁREAS CONTAMINADAS	SVDS	3	14/02/2014	39,29%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SVDS	3	14/02/2014	51,15%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL - Acompanhamento	SVDS	3	14/11/2013	90,00%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	SVDS	3	14/02/2014	19,29%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	SVDS	3	14/02/2014	12,35%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	SVDS	3	20/02/2014	100,00%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DO VERDE	SVDS	3		0,00%
<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SVDS	3		0,00%

Modelo de planilha on line de acompanhamento de projetos diretamente pelo Gabinete do Prefeito

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal se comprometeram a manter atualizados os programas, ações e atividades sob sua responsabilidade, obedecendo a um cronograma estipulado pelo Gabinete do Prefeito.

A SVDS possui um programa cadastrado no IMG, intitulado *Fortalecer a Gestão Ambiental*. Sob este programa, estão incluídas 08 ações, listadas abaixo com suas respectivas porcentagens de cumprimento (de acordo com a última atualização realizada em janeiro de 2015):

AÇÃO	1º sem./ 2014	2º sem./2014
<i>Equacionamento das Áreas Contaminadas</i>	39,29%	72,86%
<i>Plano Municipal de Educação Ambiental</i>	51,15%	100%
<i>Plano Municipal de Mobilidade Sustentável - Acompanhamento</i>	90%	90%
<i>Plano Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal</i>	19,29%	78,57%
<i>Plano Municipal de Recursos Hídricos</i>	12,35%	25,88%
<i>Plano Municipal de Saneamento Básico</i>	100%	100%
<i>Plano Municipal do Verde</i>	0%	3,33%
<i>Política Municipal de Meio Ambiente*</i>	0%	0%

\*Ação com previsão de início para 2016

A conclusão destas ações é prevista até dezembro de 2016.

Ainda em janeiro de 2015, serão definidas novas datas para a inserção de informações, bem como será aberta a possibilidade de reprogramação de atividades que demandarem revisão de cronograma, alterando assim o planejamento inicial para execução destas ações.

Além das ações sob o Programa *Fortalecer a Gestão Ambiental*, a SVDS participa de ações sob responsabilidade de outras Pastas. O Sistema IMG apresenta as atividades com as quais a SVDS tem interface, seja como responsável direta, seja como participante de um grupo, permitindo assim acompanhar possíveis demandas advindas de outros órgãos da administração direta ou indireta.

## 1.1.2. Juntas Administrativas

### 1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR

A Junta Administrativa de Recursos (JAR) foi criada pelo artigo 173 do Decreto nº 18.036, de 25 de março de 2014, com regulamentação da Ordem de Serviço SVDS nº 02/2014.

Compete à JAR proferir parecer opinativo em pedidos de reconsideração e recursos administrativos sobre atos infracionais dirigido à autoridade que lavrou o auto, no prazo de 15 dias, bem como no recurso administrativo, no prazo de 30 dias.

A referida Junta tem a missão de conferir o duplo grau de jurisdição administrativo aos atos conduzidos em sede de controle ambiental.

Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira, nomeados pela Portaria nº 82121/2014.

A cada recurso, a JAR é constituída por um Presidente, um Relator e três membros, sendo que as funções do Relator e Membro são rotativas entre os quatro componentes dos órgãos julgadores, devendo ocorrer esse rodízio ou troca de atribuições a cada apresentação de defesa ou impugnação em face do conteúdo da matéria a ser apresentada.

Após a distribuição do processo, o Relator terá o prazo de 15 dias para estudar o caso para votação, com posterior publicação de súmula no Diário Oficial do Município e encaminhamento de e-mail ao requerente que poderá manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 5 dias. Após a finalização dos procedimentos descritos no artigo anterior, o recurso é apreciado pelo Secretário da SVDS que, de forma fundamentada, profere decisão de deferimento, indeferimento ou indeferimento parcial, também com posterior publicação em Diário Oficial do Município e envio por e-mail ao recorrente, para conhecimento.



#### *1.1.2.1.1. Processos Analisados*

No ano de 2014, a JAR realizou 17 reuniões de julgamento, sendo analisados e julgados até o final do mês de dezembro 60 recursos administrativos em face das ações de poder de polícia conduzidas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS.

#### *1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JTA*

A Junta Técnico-Administrativa (JTA) aprecia indicação de exigências de outros estudos, projetos e documentos necessários à instrução do processo de licenciamento ambiental, além dos constantes do Decreto Municipal 18.306/14, remetendo sua deliberação opinativa à decisão final do Secretário da SVDS.

A JTA tem por função aferir a pertinência material e procedimental de pedidos suplementares de documentos em sede de licenciamento ambiental. Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira e foram nomeados pela Portaria nº 82122/2014.

#### *1.1.2.2.1. Processos Analisados*

No ano de 2014, a JTA não realizou reuniões uma vez que não houve demanda de documentos suplementares em sede de licenciamento ambiental.

### **1.2. Assessoria de Gabinete - AG**

A Assessoria de Gabinete é composta por gestores e assessores técnicos e administrativos especializados.

As principais funções administrativas consistem em expedir memorandos, ofícios e demais correspondências oficiais, manifestações de rotina dos expedientes (interno e externo), preparar materiais impressos ou digitais publicados nos site e página social, bem como dar encaminhamentos de atendimento das solicitações e questionamentos feitos por telefone, e-mail e por meio do procedimento de Lei de Acesso à Informação (LAI).

As principais funções técnicas consistem em elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos de interesse, proceder a análise e encaminhamentos de processos administrativos.

A fim de promover a melhoria da Gestão Ambiental no Município, a assessoria pesquisa, conhece, sistematiza, internaliza, consolida e integra estudos, informações, pesquisas e inovações tecnológicas ambientais, organiza eventos, fóruns e cursos de capacitação para difusão do conhecimento nas diversas áreas, bem como realiza a articulação institucional com órgãos de governo, agências, Poder Legislativo, Ministério Público, Conselhos Municipais e iniciativa privada, visando monitorar o surgimento de demandas, bem como identificar as interfaces desses órgãos com as atividades da Prefeitura Municipal de Campinas na questão ambiental.

#### 1.2.1. Parcerias

##### 1.2.1.1. *Gestão do Parque Ecológico*

Foi formalizado em 15 de dezembro o convênio que objetiva a conjugação de esforços entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Campinas para a execução de atividades voltadas à gestão do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, instituído pelo Decreto Estadual nº 27.071, de 08 de junho de 1987.

O convênio estabelece a gestão plena pelo município e contemplará um conjunto de ações e procedimentos voltados à execução do Plano de Vigilância, do Plano de Manutenção e Conservação e do Plano de Revitalização e Reformas, e atividades de Educação Ambiental, Esporte, Lazer, Cultura, Inclusão e Promoção Social, Desenvolvimento Sustentável e Turismo Ecológico.

Para elaboração do documento, cronograma físico-financeiro e Planos de Trabalhos e definição das condicionantes do convênio, foram realizadas diversas reuniões internas da PMC, que envolveram as pastas de Serviços Públicos, Infraestrutura, Administração e Gabinete do Sr. Prefeito e também com o Secretário de Estado de Meio Ambiente.

O Governo do Estado de São Paulo repassou para a Prefeitura Municipal de Campinas no final de dezembro R\$ 1.500.000,00 (confirmar) referente à primeira parcela para as obras de revitalização. O Município assumiu as despesas de custeio do Parque com gestão da Secretaria Municipal de Serviços Públicos<sup>35</sup>.



Crédito: PMC

#### 1.2.1.2. Ações Conjuntas com as Universidades

A formalização da parceria entre a SVDS e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC, por meio de Termo de Cooperação Técnica está dependendo apenas de assinatura entre as partes. Também se encontra em fase de tratativas parceria com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para ações na área de proteção animal e corredores ecológicos.

Os Termos preveem a conjugação de esforços entre as partes, sendo que, no caso da PUCC, abrangerá três linhas de atuação, que correspondem à três Pró- Reitorias: Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e, ainda, Extensão e Assuntos Comunitários, respeitando as modalidades normalmente ofertadas pela instituição.

Tendo essa abrangência e integrando as diversas unidades da instituição, a transversalidade e a multidisciplinaridade serão característica dos trabalhos desenvolvidos, o que é desejável na área ambiental.

As propostas em desenvolvimento junto à PUCC, já foram concluídas os 2 TCC e as demais continuam em andamento.

<sup>35</sup> Conferir matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25574>.

## Propostas em Andamento (Graduação)

ITEM	PROPOSTA	DETALHAMENTO	UNIDADE (PUCC)	MODALIDADE
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>				
RH 5	Calcular a taxa de impermeabilização do solo	Desenvolver metodologia para estimar e calcular a taxa de impermeabilização do solo por Bacia Hidrográfica (definidas no Plano Diretor) e atualizar periodicamente - concluído	Engenharia Ambiental	TCC
<b>ÁREAS VERDES E FAUNA</b>				
AVF 2	Projetos de Parques Lineares	Elaboração dos projetos dos parques lineares previstos no Plano Diretor, incluindo ciclovias, as infraestruturas, passagens de fauna, bacias de contenção de cheias, etc. Escolhido: Trecho do São Marcos.	Arquitetura	PET Arquitetura
AVF 8	Arborização Urbana X Vias Verdes e Polígono de Multiplicidade Ambiental (Lei Complementar nº 15/06 – Plano Diretor Municipal)	Simulação animada (vídeo-mídia) de “cenário futuro” da arborização urbana e sua máxima valoração sem a interferência das vias aéreas.	Arquitetura	PET Arquitetura
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>				
EA 3	Conscientização sobre descarte irregular de resíduos sólidos	Identificar os descartes irregulares e conscientizar sobre o descarte correto - concluído	Engenharia Ambiental	TCC
EA 6	Diagnóstico Sócio-econômico da APA Campo Grande		Ciências Sociais	Monitoria
			Serviço Social	Monitoria

As propostas em desenvolvimento envolvem as modalidades de monitoria, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso e PET - Programa de Educação Tutorial e contemplam 5 unidades de ensino (Arquitetura, Engenharia Ambiental, Ciências Sociais e Serviço Social).

Os resultados obtidos poderão ser utilizados para subsidiar as atividades da SVDS: em planejamento e gestão ambiental, educação ambiental, fiscalização, licenciamento e proteção e bem-estar animal.

Em 05/12/2014, houve um evento no Campus I da PUCC, para a divulgação e socialização dos trabalhos, onde cada um foi apresentado pelos integrantes dos projetos. O registro pode ser visto por meio do link: <http://www.puc-campinas.edu.br/galerias-de-fotos/916/parceria-pucccampinas-e-sec-do-verde/>

Espera-se que novos projetos sejam iniciados em momento oportuno, e que essa prática tenha continuidade.

#### *1.2.1.3. Inventário de Áreas Verdes*

Encontra-se em elaboração o Termo Referência para contratação de serviços especializados de levantamento e análise dos espaços verdes do município por meio de geotecnologias.

Visa-se com esse trabalho, junto com o Plano Municipal do Verde, contribuir de forma significativa e estruturante para as atividades de planejamento, educação ambiental, fiscalização e gestão (indicadores de desempenho), especialmente para o Plano Municipal do Verde, a ser finalizado em 2015.

#### *1.2.1.4. Arborização Urbana*

Em 05/06/2014 foi efetivado e aditado o Termo de Cooperação Técnica com a EMBRAPA Monitoramento por Satélite, para continuidade dos trabalhos do projeto denominado "Árvores de Campinas: banco de dados cadastral", iniciado em 2013.

Esse diagnóstico está sendo realizado através do uso de geotecnologia e visitas a campo e o objetivo será catalogar a arborização do sistema viário, identificando sua qualidade, lista de espécies e distribuição espacial.

#### *1.2.2. Investindo em Ciclovias*

Em 2014, com o apoio do Vice-Prefeito Henrique Magalhães Teixeira, foi formado um grupo de trabalho para alavancar as ações relativas a implementação do futuro sistema o sistema

ciclovitário de Campinas; com a participação do Sr. Carlos José Barreiro (Secretário Municipal de Transportes e Presidente da EMDEC), Sr. Carlos Augusto Santoro (Secretário Municipal de Urbanismo), Sr. Rogério Menezes (Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e Sr. Ernesto Paulella (Secretário Municipal de Serviços Públicos), que designaram técnicos e assessores para os trabalhos. O objetivo é definir os projetos necessários a implementação das ciclovias no município de Campinas, para se atingir a meta de 100 km até 2016, conforme o plano de metas do governo.

Inicialmente, o Secretário de Transportes apresentou um conjunto de trajetos que já possuem os projetos funcionais prontos para serem executados, que abrangem os primeiros dezesseis quilômetros de ciclovias. Esse primeiro conjunto de trajetos, considerado como o lote zero das ciclovias a serem implementadas na cidade, será executado pela EMDEC em conjunto com Secretaria de Serviços Públicos.

Para completar os primeiros 25 quilômetros, somam-se alguns outros projetos como da Avenida Baden Powell e da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul), que serão financiados por recursos privados provindos de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Existem sugestões de trajetos oriundas da Secretaria de Transportes, Secretaria do Verde e também dos cicloativistas. Estes percorrem os principais bairros e consideram a facilidade de implementação e o impacto na mobilidade, especialmente em bairros mais populosos e com indicadores socioeconômicas menos favoráveis.

Durante todo o ano de 2014, foram realizadas reuniões periódicas com ciclistas, de várias regiões, para levantamento das demandas e o planejamento das ações.

Para que a meta de implantação de 100 km de ciclovias, proposta no plano de governo, seja cumprida, outros três lotes de projetos estão previstos, cada um com cerca de 25 km em trajetos. Após os estudos e discussões acima relatados a coordenação da realização das obras do plano ciclovitário por determinação do Sr. Prefeito está centralizada sob a gestão do Secretário Carlos José Barreiro e da EMDEC. A Secretaria do Verde disponibilizou para elaboração desses projetos uma verba do PROAMB já reservada no valor de 700 mil reais.

### 1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente



Por meio do Orçamento Participativo (OP), a comunidade, entidades e ativistas ligados às áreas de meio ambiente podem definir prioridades em ações e programas públicos com verbas do orçamento municipal.



Assembleia realizada na noite do dia 29/05/14, no Salão Vermelho da PMC  
Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>

A implementação dessas ações é conduzida diretamente pela SVDS, a saber:

#### ✓ **Elaboração de plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares em Barão Geraldo**

Trata-se da solicitação em Plenária do Orçamento Participativo de 2012, realizada em 05 de junho de 2012, em Barão Geraldo, que demandou a elaboração de um plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares. Paralelamente, surgiu um movimento popular pela criação de um parque na área da Fazenda Rio das Pedras (Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo).

Neste sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Técnico para realizar um estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo, por

meio da Portaria nº 80172/2013 publicada em Diário Oficial Municipal no dia 19 de junho de 2013.

Esse grupo, formado por técnicos da SVDS, da Fundação José Pedro de Oliveira (órgão responsável pela gestão da ARIE Mata de Santa Genebra), do ICMBio, do Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo além de outros técnicos voluntários, tem por meta identificar os fragmentos de Barão Geraldo e analisar o seu grau de conservação, levando em conta o nível de conectividade que eles possuem. Essa ação tem como objetivo elencar os fragmentos com potencial para serem transformados em UCs, além de se estudar os possíveis caminhos para interligar esses fragmentos com as UCs existentes, dentre as quais está Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra (UC Federal) e em processo de criação.

O resultado do trabalho do Grupo Técnico foi a elaboração e encaminhamento do Plano de Trabalho para Contratação de Estudo Técnico e Definição de Áreas para Criação/Ampliação de Unidades de Conservação na Região de Barão Geraldo com ênfase na Fazenda Rio das Pedras, em Campinas/SP à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo em abril de 2014, por meio do Ofício nº 124/14, a fim de obter recursos para viabilização do referido estudo (R\$580.000,00). A Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo informou que provavelmente o Plano de Trabalho estará na pauta da primeira reunião de 2015 da Câmara para análise e aprovação pelo pleno.

O Plano de Trabalho foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em junho de 2014, por meio do Ofício nº265/14 para conhecimento e encaminhamentos que julgarem necessários para apoiar ao nosso trabalho, dentro do escopo e das atribuições desse respeitável órgão.

Com o intuito de esclarecer a comunidade e ampliar os debates, a SVDS participou de dois importantes eventos:

- no dia 02/12/14, no Debate Público na Câmara dos Vereadores ocasião em que o Plano de Trabalho sobre a proposta da criação do Parque de Barão na área da Fazenda Rio das Pedras foi apresentado à população; e



- no dia 18/12/14, na Audiência Pública da Câmara dos Deputados realizada em Brasília, o Secretário Rogério Menezes também dialogou sobre o tema.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gt-barao.php>

### ✓ **Planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas**

Trata-se da solicitação do planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas, através da elaboração de um Plano Municipal de Preservação e Recuperação dos Recursos Hídricos, incluindo Cadastro das Nascentes, Análise das Áreas de Risco e Elaboração de Políticas e Projetos de Preservação.

O planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas está sendo tratado pelo Plano Municipal de Recursos Hídricos, acompanhado pelo protocolado nº 2014/10/48560 cujo diagnóstico pode ser visualizado pelo link: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>;

A SVDS esteve aberta para contribuições que puderam ser encaminhadas para os e-mails [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br) ou [pmrh.svds@gmail.com](mailto:pmrh.svds@gmail.com) até o ultimo dia 25 de janeiro.

Para tratar desse tema a SVDS também está elaborando o Termo de Referência (TdR) para contratação de equipe técnica para realizar diagnóstico de duas Bacias hidrográficas no município, como projeto piloto para o “Programa de Recuperação de Nascentes e áreas ciliares”, que vem sendo acompanhado pelo protocolado 2014/10/25830 e possui recursos aprovados pelo Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB.

O programa inclui o Cadastro das Nascentes, Análise de Risco, com diagnóstico da situação ambiental das áreas de nascentes e áreas ciliares, Elaboração de Políticas e Projetos de Preservação, com projetos executivos de recuperação florestal e projetos de educação ambiental para sensibilizar os proprietários de áreas ciliares e nascentes para preservação

dos mesmos. A efetivação dos plantios para recompor as áreas ciliares se dará por meio do Banco de Áreas Verdes.

✓ **Medidas para a proteção de mananciais**

Informamos que esta demanda será suprida também nos escopos do “Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas ciliares” e do Plano Municipal de Recursos Hídricos.

✓ **Plano Cicloviário do Município**

Trata-se de solicitação de que seja implementado o Plano Cicloviário do Município que é de grande interesse do ponto de vista ambiental, ação de competência técnica e de gestão da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), onde foi encaminhado o referido protocolo para prosseguimento (*item 3.1.1.2 deste Relatório*).

✓ **Bicicletários e Paraciclos**

Trata-se da pretensão de instalação de Bicicletários e Paraciclos em espaços e prédios públicos de Campinas, que é estrategicamente fundamental para o sucesso do plano cicloviário da cidade, que contribuirá com a mobilidade Urbana Sustentável.

A competência técnica e de gestão sobre o viário da cidade é atribuída à Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), para onde foi encaminhado o protocolo para prosseguimento.

✓ **Coletivo Educador Ambiental de Campinas**

Trata-se de solicitação de apoio às atividades do Coletivo Educador Ambiental de Campinas. A Política Municipal de Educação Ambiental aprovada pela Câmara dos Vereadores em 06 de janeiro de 2015, prevê em seu art. 18 o Plano Municipal de Educação Ambiental como instrumento de gestão. O Plano contempla a demanda do Orçamento Participativo, cujos programas, projetos e ações serão financiados pelos recursos do erário municipal, através do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) e o Fundo de Direitos Difusos (FUNDIF) ou de outras fontes de financiamentos, desde que os projetos atendam a critérios e condições a serem

estabelecidos em Edital.

Ademais, foi concluída a 1ª Formação do Coletivo Ambiental Jovem, desenvolvido na Estação Ambiental de Joaquim Egídio no período de setembro a dezembro, com o objetivo de formar um Coletivo de Jovens, para desenvolver ações coletivas na região visando às questões socioambientais. Foram formados 30 jovens entre 10 e 18 anos, estudantes das escolas locais e do entorno. As atividades, pautadas em três eixos principais: pertencimento, pesquisa-ação-participativa e corresponsabilidade, abordou estudos de flora e fauna local, história local, uso racional da água, resíduos sólidos, preservação de nascentes e Áreas de Preservação Permanentes - APPs, Unidade de Conservação- APA de Campinas, e diagnóstico local por meio de biomapa.

#### ✓ **Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente**

Trata-se da solicitação de elaboração de Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente, cadastro, informatização e disponibilização para a população, a partir de levantamento e sistematização de dados sobre o meio físico, socioeconômico e político-institucional, gerando estímulos e subsídios para ampliação da participação da população na gestão e planejamento socioambiental da cidade de Campinas. A elaboração do Atlas Ambiental está sob a gestão da Coordenadoria de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TeIA/DVDS-SVDS), que fará a compilação das informações que comporão a primeira versão do Atlas, inclusive os planos e programas elaborados ou em desenvolvimento por esta Pasta.

A primeira versão do Atlas conterá as informações ambientais do Município no formato *webpage* e será disponibilizada para o público a partir de um *link* da página da SVDS. Não estão previstos para esta fase o aporte de recursos financeiros, sendo realizada totalmente pelos técnicos da SVDS, com previsão de conclusão no ano de 2015.

#### ✓ **Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco**

A demanda indica a Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco.

Dessa forma, o Banco de Áreas Verdes, com incumbência legal de recuperar as Áreas Verdes do Município, já internalizou essa demanda do O.P. e tem destinado compensações ambientais para tais locais, como a APP do Córrego do Pium, no Jardim Miranda - Protocolos nº 2012/10/23653 e 2010/10/32490, a Praça 4 do Jardim Planalto de Viracopos - 2012/10/37402 e a Praça 2 "Q.T. 8379" da Vila Nogueira - Protocolo nº 2011/10/27299.

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

#### 1.2.4. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público

##### 1.2.4.1. Atualização do site e identidade visual da SVDS

Com a reestruturação da SVDS, fez-se necessário adequar o site da Secretaria, de modo a refletir a sua nova organização, garantindo clareza, transparência, facilidade de acesso e navegação aos munícipes.

A atualização do site se deu por um processo de reavaliação de todo o conteúdo disponível e sua redistribuição dentro da nova estrutura. Conteúdos desatualizados foram removidos ou readequados e novos conteúdos são inseridos frequentemente, sob demanda das diversas áreas da SVDS.

Diversas atividades realizadas necessitaram da elaboração de uma identidade visual própria. Isto se deu por meio da criação de *banners* para o novo site da SVDS, representando os departamentos e seus principais trabalhos, bem como pela produção de materiais gráficos de divulgação, no que se destacam os produtos da Semana do Meio Ambiente 2014 (logotipo, faixas, cartazes, *flyers*) e das Oficinas Participativas do Plano Municipal de Recursos Hídricos.

O intuito foi disponibilizar conteúdos de forma mais amigável à consulta dos usuários e atender ao princípio da transparência ativa.

Início > Secretarias > Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

## Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Estrutura
- Fale conosco
- Licenciamento Ambiental
- Online
- Conselhos Municipais
- Legislação Municipal
- Mapa do site



28/07/2014 12:46:00

### Prefeitura recebe parecer técnico da Cetesb sobre Mansões Santo Antônio

Este é o terceiro passo dado por esta gestão na direção da solução deste passivo ambiental, explicou o secretário do Verde ► [Mais](#)

30/07/2014 11:57:00

### Prefeitura apoia Fórum sobre Meio Ambiente e Câncer da Criança

Evento será realizado no dia 6 de agosto, às 9h30, na sede do Boldini. Abertura será feita pelo Dr. Paulo Affonso Leme Machado ► [Mais](#)

28/07/2014 15:22:00

### Prefeitura recebe propostas para Plano Municipal de Educação Ambiental

Interessados no assunto têm até o dia 8 de agosto para encaminhar sugestões pela internet ou telefone ► [Mais](#)







**Outras Notícias**

07/07/2014 [Copa do Mundo e Revolução de 32: Administração mantém serviços essenciais](#)

25/06/2014 [Verde realiza workshop sobre utilização de água de reúso nesta](#)

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

#### 1.2.4.2. Divulgação de eventos e ações da SVDS

Como canal prioritário de divulgação de eventos e ações para a população, a SVDS mantém sua página no Facebook atualizada com informações muitas vezes em tempo real sobre o andamento de suas atividades. A página funciona ainda como meio de comunicação suplementar aos meios oficiais (Diário Oficial e Portal da Prefeitura) para convocações, convites, trabalhos realizados e outras notícias de interesse. São canais de comunicação disponíveis:

- ✓ E-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br)
- ✓ Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>
- ✓ Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

#### 1.2.4.3. Elaboração de hotspots

Por vezes, alguns trabalhos realizados pela SVDS necessitam de um modo de apresentação que extrapola a estrutura das páginas do Portal da Prefeitura Municipal de Campinas. Nesses casos, a elaboração de *hotsites* supre a necessidade de conteúdo multimídia e interativo. No ano de 2014, foram desenvolvidos os sites do Mapeamento de Áreas Verdes (<http://ambientecampinas.wix.com/mapeamento>), da Semana do Meio Ambiente 2014

(<http://ambientecampinas.wix.com/semeia2014>) e das Oficinas Participativas do Plano Municipal de Recursos Hídricos. (<http://ambientecampinas.wix.com/oficinas-pmrh>).

#### *1.2.4.4. Atendimento ao público*

Em média são atendidas pessoalmente ou por telefone 60 pessoas ao dia, entre atendimentos telefônicos e presenciais, totalizando cerca de 1.200 atendimentos por mês. Por meio eletrônico foram recebidos, triados e encaminhados 849 e-mails.

Estes atendimentos se dividem em atendimento ao munícipe referente à consulta de protocolos, denúncias e diversas informações sobre assuntos da SVDS ou internos (aos servidores da SVDS), referentes a procedimentos, sistema de tramitações de protocolos, informática, solicitações à IMA, solicitações ao DGP, telefonia, espaço físico, entre outros.

#### *1.2.4.5. Lei de Acesso à Informação (LAI)*

No exercício de 2014 foram atendidas 81 solicitações do Sistema 156, referente à Lei de Acesso a Informação, totalizando 168 informações que nos foram enviadas.

#### *1.2.5. Atividades Ordinárias do Gabinete*

##### *1.2.5.1. Protocolos*

No ano de 2014, foram recebidos 1671 protocolos no Gabinete, triados, analisados e respondidos 1638 protocolos.

##### *1.2.5.2. Emissão e Recepção de Documentos*

No mesmo período, foram emitidos 507 ofícios, 02 memorandos, 17 atos normativos (sendo 11 Resoluções e 06 Ordens de Serviço). Além disso, foram triados e respondidos ou encaminhados ao órgão responsável 849 e-mails.

## 1.2.6. Representações

A SVDS participa de várias ações voltadas direta ou indiretamente à área ambiental, retratando a sua capilaridade de atuação junto a Conselhos, Comissões, Fóruns e outras organizações internas e externas, podendo contribuir e influenciar na formação de políticas e gestão de ações que tenham interface como o meio ambiente natural, urbano, cultural ou laboral.

Nessa linha, pode-se verificar a participação da Pasta Ambiental em 16 Conselhos, órgãos que permitem a participação comunitária na gestão pública:

CONSELHOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Conselho da Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP (Câmara Temática do Saneamento e Meio Ambiente)	AGEMCAMP
Conselho da Cidade de Campinas - CONCIDADE	SEPLAN
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC	CULTURA
Conselho Gestor da APA de Campinas - CONGEAPA	SVDS
Conselho Gestor do Parque Linear do Capivari	SEPLAN
Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA	SVDS
Conselho Municipal de Habitação	SEHAB
Conselho de Regulação e Controle Social da ARES- PCJ	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental APAS- Piracicaba /Juqueri Mirim Área II - Sistema Cantareira -2011 a 2013	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Gestor da Plataforma Programa Cidades Sustentáveis	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Diretor Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB	SVDS
Conselho Gestor Local de Gestão da Macrozona 5 - MZ5	SEPLAN
Conselho Consultivo da ARIE MSG	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT	SETRANSP
Conselho Municipal Orçamento Participativo - COP	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF	SVDS

O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 12 Comitês ou Comissões:

COMISSÃO/ COMITES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Comitê Gestor da Operação Estiagem /Operação Verão 2014/2015	GABINETE DO PREFEITO
Comitê de Acompanhamento e Gestão de Acordo do Termo de Reciprocidade entre o Município, ICMBIO – Inst. Chico Mendes Biodiversidade e Fundação José Pedro Oliveira	FJPO
Participação Assembléia da Comissão Preparatória para 5ª Conferência da Cidade de Campinas	SEPLAN
Comitê da Cidade Resiliente - CCR	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas	CULTURA
Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Arborização	SERVIÇOS PÚBLICOS
Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias de Campinas/SP	IBGE
Comissão Especial de Revisão da Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança	COMDEMA
Comissão Especial do Distrito Industrial de Campinas – CEDIC	GABINETE PREFEITO
Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas	CULTURA
Política Municipal e do Plano Municipal Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	ASSISTÊNCIA SOCIAL



O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 25 Grupos de Trabalhos:

GRUPO DE TRABALHO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
GT - Téc. Áreas Prioridades para Preservação Ambiental Barão Geraldo	GABINETE DO PREFEITO
GT Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental	SVDS
GT Programa Município Verde/Azul	GABINETE DO PREFEITO
GT Elaboração do Plano M. de Gestão Integrada de Resíduos	SERVIÇOS PÚBLICOS
Grupo Gestor da Plataforma Cidades Sustentáveis	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Trabalho da Comissão de Arborização	SERVIÇOS PÚBLICOS
GAUCA- Grupo de Acompanhamento para Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental	SVDS
GT destinado a Promover Estudos e Viabilizar a Execução das Políticas Públicas	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Gestão e Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos	GABINETE PREFEITO
Grupo de Controle e Contenção de ocupações, parcelamentos clandestinos e danos ambientais	GABINETE PREFEITO
PAC- Unidade Gestora Local-UJEL	GABINETE PREFEITO
Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE	GESTÃO E CONTROLE
GT - Fiscalização, Segurança e Proteção Malha Ferroviária	GABINETE PREFEITO
GT - Poupa Tempo Empresarial	GABINETE PREFEITO
GT - para Analisar e Propor Alterações na Legislação	SEPLAN
GT - Representação Convênios e Contratos	ADMINISTRAÇÃO
GT - Projeto Rural Inteligente	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Grupo de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no município de Campinas-SP	GABINETE PREFEITO

GT - Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB	GABINETE PREFEITO
GT - Relatório de Sustentabilidade Municipal-GRI	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GT - Plano de Recursos Hídricos	SVDS
GT - Revisão da Legislação Urbanística	SEPLAN
G-TALF	SEPLAN
Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil no Âmbito do Município de Campinas	SERVIÇOS PÚBLICOS
Grupo de Trabalho da Cidade Inteligente	GABINETE PREFEITO

Participamos também de 7 Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a saber:

<b>CÂMARA TÉCNICA</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
Saneamento	GABINETE DO PREFEITO
Águas Subterrâneas	GABINETE DO PREFEITO
Rural	GABINETE DO PREFEITO
Educação Ambiental	GABINETE DO PREFEITO
Conservação e Proteção de Recursos Naturais	GABINETE DO PREFEITO
Plano de Bacia	GABINETE DO PREFEITO
Planejamento	GABINETE DO PREFEITO

As 60 representações acima refletem uma atuação ampla dos técnicos da SVDS na tomada de decisões em políticas públicas e ações governamentais específicas em áreas de interface, promovendo sinergia de cooperação, capilaridade, visão integrada e multidimensional na agenda ambiental local e regional.

### 1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas

O equacionamento das Áreas Contaminadas possui várias ações estruturantes:

- ✓ mapeamento de áreas contaminadas;
- ✓ análise de relatórios anuais com a relação das áreas contaminadas da CETESB;
- ✓ identificação e restrição de áreas com risco;
- ✓ fiscalização de áreas contaminadas, entre outras.

Dando continuidade à espacialização das áreas contaminadas por meio de um programa de georreferenciamento, constituindo assim um banco de dados, já concluímos a Relação de 2013, divulgada pela CETESB em 2014, mantendo o nosso banco de dados atualizado.

A Coordenadoria de Fiscalização da SVDS já vistoriou por amostragem 30% das áreas da última relação disponibilizada para elaboração de parecer e providências cabíveis junto ao referido órgão responsável.

Continuando o enfrentamento da busca pela remediação da área Mansões Santo Antonio, área reconhecidamente crítica, foi apreciada pela CETESB, o Termo de referência que irá permitir a contratação do serviço de investigação detalhada e elaboração do Plano de Remediação, avançando mais uma etapa objetivando a remediação da área.

Estão em andamento a definição de procedimentos administrativos para internalização das áreas contaminadas nas fichas de informação expedidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e definição de ações preventivas relativas.

### 1.2.7.1. *Mansões Santo Antonio*



No final dos anos 90, a empresa Concima S.A. Construções Civas implantou, na Rua Hermantino Coelho, 908, um conjunto de apartamentos residenciais denominado Parque Primavera. O local foi anteriormente ocupado pela Proquima Produtos Químicos Ltda., empresa que procedia à recuperação de solventes e era recorrente em infrações e práticas ambientais inadequadas, que redundaram na contaminação do solo e das águas subterrâneas. A confirmação se deu somente em 2001, quando já haviam sido construídos três edifícios, um dos quais já ocupado.

Os estudos ambientais na área foram iniciados em 2001, onde foram detectadas concentrações de metais e solventes organoclorados em solo e água subterrânea significativamente acima dos padrões ambientais. Os resultados também demonstraram que os contaminantes em água subterrânea extrapolavam os limites das áreas dos lotes 04 e 05 (área crítica), atingindo propriedades adjacentes do bairro Mansões Santo Antônio.

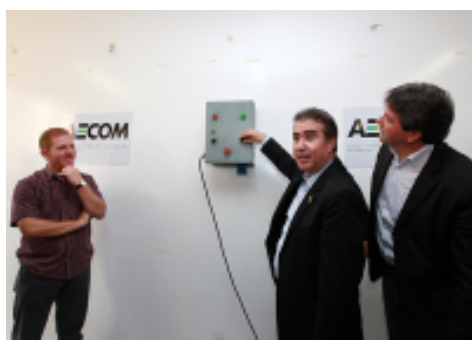
Em outubro de 2010 a AECOM foi contratada pela CONCIMA (compradora do passivo - lotes 4 e 5) para realização de uma Investigação Ambiental Detalhada e Avaliação de Riscos à Saúde Humana. Ainda em 2010, a AECOM iniciou as obras emergenciais para implantação e operação de um Sistema de Extração de Vapores do Subsolo, junto ao bloco A do conjunto Residencial Parque Primavera, citado anteriormente.

Em função do não cumprimento de questões contratuais entre CONCIMA e AECOM, em março de 2011, todos os serviços foram paralisados.

Desde a confirmação da contaminação (2001) houve enorme dificuldade para o enfrentamento e solução para este passivo. Em junho de 2013, por meio de uma ação inovadora da Prefeitura Municipal de Campinas, foram retomados os estudos de investigação ambiental no bairro pela AECOM (essa por já ter iniciado os estudos em 2010). Em 22 de novembro de 2013 foi encaminhado à CETESB o Ofício nº 391/2013-GP pelo Sr.

Prefeito Municipal, solicitando manifestação sobre o conteúdo dos estudos técnicos realizados pela consultoria AECOM, passo essencial para a definição dos estudos complementares e das medidas de remediação.

E a Prefeitura, sob a coordenação da SVDS, segue no rumo da solução do problema histórico do bairro. Para tanto, foi instalado o Sistema de Extração de Vapores e funcionamento por 10 meses, 24 horas por dia, inaugurado em 05 de junho de 2014. Esse sistema foi acordado com a CETESB anos atrás, como medida mitigadora, visando à diminuição do risco a saúde dos moradores da torre habitada.



Representante da AECOM, Prefeito e Secretário do Verde acionam sistema de drenagem de gases.

Foi instalada unidade fixa com equipamentos adequados para proporcionar o vácuo e encaminhar os gases para tratamento, através de compressores radiais, tanques demister e filtros de carvão ativado para vapores, sendo todos os equipamentos automatizados e controlados através de um painel elétrico. As linhas do sistema são todas subterrâneas, não havendo nenhuma interferência para os moradores no local. O sistema está instalado na garagem subterrânea do Bloco A do conjunto residencial e uma unidade de inspeção está localizada no lote de cima para que sejam feitas inspeções e monitoramento, de forma a garantir a eficiência da tecnologia aplicada.

Em novembro foi entregue à CETESB dois relatórios de análise e monitoramento elaborados pela empresa AECOM do Brasil Ltda., que contemplam a amostragem realizada entre os meses de julho e outubro de 2014 - 126 dias após o início do funcionamento do sistema de extração de vapores e as análises de vapores do solo e riscos de inalação em ambiente aberto.

O Grupo de Trabalho Técnico de análise das situações de risco nas áreas contaminadas no município de Campinas esteve focado esse semestre, nas tratativas em conjunto a CETESB,

para a revisão do Decreto 14091/2002, sendo entregue a minuta de alteração à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SMAJ sob o Protocolo nº 2014/10/42183.

Ainda em conjunto com a CETESB, estamos elaborando um termo de referência que irá subsidiar o Estudo de Investigação Detalhada complementar a fim de se delimitar todas as plumas de contaminação e indicar o melhor plano de intervenção e remediação.

A partir da manifestação da CETESB e a finalização do Termo de Referencia, o estudo complementar será licitado de modo a avançar para as etapas de complementação de estudos, remediação e monitoramento.

Para maiores informações, acesse:

[http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/mansoes\\_santo\\_antonio.php](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/mansoes_santo_antonio.php).

#### 1.2.8. Pacote da Crise Hídrica

A situação hídrica da região da macrometrópole paulista, na qual se inclui a RMC e a perspectiva atual do período de estiagem de 2014/2015 é preocupante. Vivemos um período de anomalia, com seca em período que seria chuvoso e que teve precipitações bem inferiores às do pior ano da série histórica até então, que havia sido o ano hidrológico de 1953/1954.

A disponibilidade hídrica é uma prioridade, em especial em tempos de escassez. Mas, para além das medidas gerenciais de gestão de oferta e demanda de curto prazo para se garantir água para o abastecimento em quantidade e qualidade, foi proposta pela SVDS a inclusão no Pacote Hídrico entre as medidas anunciadas de políticas públicas de médio e longo prazo.

Sendo assim, o Gabinete da SVDS coordena diretamente os seguintes instrumentos de planejamento, gestão e incentivo a proteção dos recursos hídricos do município de Campinas, que serão aplicados pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) e da SVDS:

1. *Plano Municipal de Recursos Hídricos (item 3.1.1.2 deste relatório)*
2. *Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de água de reúso (item 3.1.1.3)*
3. *Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (item 3.1.1.)*

4. *Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (item 3.4.6.6)*

5. *Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis (item 1.2.9.1)*



SVDS, SANASA, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública e Prefeito anunciam as medidas a serem implementadas para minimizar os efeitos da crise hídrica.



Prefeito assina decretos sobre recursos hídricos

### *1.2.8.1 Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis*

O Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis foi instituído pelo Decreto Municipal nº 18.545, de 30 de outubro de 2014, cujo objetivo inicial é elaborar as propostas de planos, programas, projetos e ações visando promover sustentabilidade a empreendimentos no Município de Campinas.

O Grupo está em fase de criação, onde a SVDS, a pedido do Gabinete do Sr. Prefeito, oficiou as pastas integrantes para indicação de membros suplentes, sendo os titulares os próprios secretários das pastas envolvidas.

### 1.2.9. Estudo de Viabilidade para Passagens de Fauna e Formação de Corredores Ecológicos

O Estudo de Viabilidade em elaboração visa minimizar o grau de isolamento dos remanescentes de vegetação natural do município de Campinas, promovendo a conectividade destas áreas, com a implantação de corredores ecológicos e passagens de fauna adequadas nos locais onde forem identificados obstáculos.

Identificou-se como prioritário a conexão entre a Unidade de Conservação Federal Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra e a Área de Preservação Permanente do rio Atibaia, passando por fragmentos importantes como a mata da Vila Holândia e os fragmentos da Fazenda Rio das Pedras.

Esta demanda é respaldada pelas diretrizes do Plano de Manejo da ARIE Mata de Santa Genebra e nas constantes na Lei Municipal nº 9199/96 que instituiu o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo. Dentre estas diretrizes está a preservação e/ou recuperação das margens de nascentes, dos córregos, ribeirões, lagos, rios, fragmentos de matas e paisagens significativas, principalmente a várzea do Ribeiro Anhumas no trecho compreendido entre a Rodovia Adhemar Pereira de Barros (SP-340) e Estrada da Rhodia; várzea do Rio Atibaia; fragmentos de mata de brejo próximo ao CEASA; fragmentos de mata do Ribeiro das Pedras da nascente à foz, incluindo os seus afluentes; fragmentos de mata da Vila Holândia e fragmentos de mata da Fazenda Rio das Pedras e do Condomínio Parque Rio das Pedras.

Ademais este estudo de viabilidade complementa projetos em andamento na SVDS e na Fundação José Pedro de Oliveira, como: GT Barão Geraldo e Orçamento Participativo; Corredores Ecológicos – Câmara de Compensação Ambiental, Programa de Recuperação de Nascentes e Projeto Executivo da Passagem da Fauna – PROAMB.

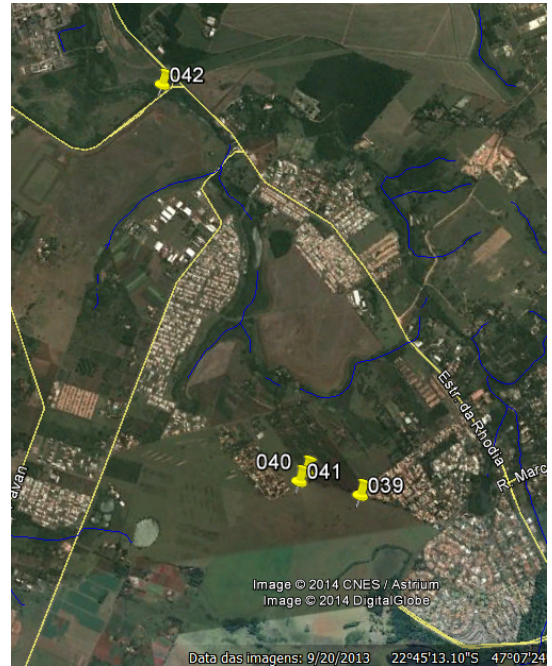
Foram realizadas as seguintes reuniões técnicas:

- 19.03.2014 - Reunião com técnicos da SVDS
- 24.03.2014 - Reunião com técnicos da SVDS
- 27.03.2014 - Reunião com técnicos da SVDS
- 06.05.2014 - Reunião com técnicos da SVDS
- 07.05.2014 - Reunião com técnicos da SVDS e FJPO
- 26.08.2014 - Reunião entre técnicos da SVDS, FJPO e Concessionária Rota das Bandeiras



- 15.09.2014 - Reunião entre técnicos da SVDS, FJPO e UNICAMP
- 01.10.2014 - Reunião entre técnicos da SVDS, FJPO, UNICAMP e GAEMA

As vistorias *in loco* foram realizadas em: 13.05.2014, 14.05.2014, 28.05.2014, 04.06.2014.



Locais vistoriados para o Estudo de Viabilidade para Passagens de Fauna e Formação de Corredores Ecológicos

A equipe da SVDS também participou no dia 05/09/2014 da Palestra: "Why Does Road Ecology Matter to Biological Conservation?" e "Low Volume Roads: Impacts to Wildlife and Water Quality - Opportunities for Restoration" ministrada pelo Prof. Dr. Marcel Huijser da Universidade de Montana.

A palestra foi oferecida pelo Laboratório de Ecologia, Manejo e Conservação de Fauna Silvestre (LEMaC/LCF/ESALQ).



Palestra sobre passagens de fauna nas rodovias ministrada pelo Prof. Dr. Marcel Huijser da Universidade de Montana. Esalq.

### 1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM

A Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais tem como atribuição maior facilitar a participação comunitária na gestão ambiental.

Em relação à gestão dos Fundos Ambientais, entre as suas funções, destacam-se o apoio administrativo aos Conselhos Diretores dos Fundos Ambientais (PROAMB e FUNDIF) nas reuniões ordinárias e extraordinárias, lavrando-se, entre outros documentos, listas de presença, atas e relatórios, conferindo-se a referida publicidade; o auxílio na coordenação do orçamento, projetos, programas e ações, compras, convênios e demais aquisições relacionadas ao Fundo.

Quanto ao fomento e apoio à participação comunitária junto aos Conselhos Municipais com interface no meio ambiente, a Coordenadoria atua como unidade de apoio promovendo a interface entre a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outros órgãos municipais com os Conselhos Municipais; desempenhando todas as atividades administrativas, promovendo o intercâmbio entre os Conselhos e

demais órgãos afins, bem como disponibilizando e atualizando as informações sobre os Conselhos Municipais e Fundos Ambientais com interface no meio ambiente.

### 1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas – COMDEMA



O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), instituído pela Lei Municipal nº 10.841, de 24 de maio de 2001 e Decreto nº 13.874, de 04 de março de 2002 tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Campinas.

No COMDEMA são discutidos os diferentes temas relacionados à gestão ambiental municipal, tais como: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, arborização urbana, uso e ocupação do solo, poluição, saneamento básico, dentre outros.

#### 1.3.1.1. Composição

O conselho que é formado por representantes dos segmentos empresarial, técnico-profissional, sindical e governamental, representantes de Macrozonas, cuja composição pode ser acessada pelo link:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

#### 1.3.1.2. Reuniões

Segue, abaixo, a relação das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias:

- Assembleia Ordinária do dia 30/01/2014
- Assembleia Ordinária do dia 26/02/2014
- Assembleia Ordinária do dia 27/03/2014
- Assembleia Ordinária do dia 30/04/2014
- Assembleia Extraordinária em 15/05/2014

- Assembleia Ordinária do dia 29/05/2014
- Assembleia Ordinária de 25/06/2014
- Assembleia Ordinária de 31/07/2014
- Assembleia Extraordinária de 21/08/2014
- Assembleia Ordinária de 27/08/2014
- Assembleia Ordinária de 25/09/2014
- Assembleia Ordinária de 29/10/2014
- Assembleia Ordinária de 17/12/2014

Foram realizadas 2 reuniões extraordinárias e 11 Ordinárias em 2014.

### 1.3.1.3. Eventos

#### ✓ Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente realizou no dia 16 de abril no Salão Vermelho do Paço Municipal de Campinas a reunião técnica “Panorama dos Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – Versão Preliminar”.

O evento foi resultado de uma deliberação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) que solicitou ao Governo do Estado, com o apoio do Prefeito Jonas Donizette, a inclusão de Campinas nas Audiências Públicas que o CONSEMA realizará em vários municípios sobre o tema.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22852>

Para maiores informações, acesse:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22852>

#### ✓ *1º Workshop de Licenciamento Ambiental*

Com o objetivo de esmiuçar toda a legislação que envolve o licenciamento ambiental municipal, a Comissão Especial de Capacitação e Formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), com o apoio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), realizou no mês de setembro um workshop sobre o assunto.

Ao todo, foram realizados quatro encontros, sendo que o primeiro, de abertura, no dia 12, no Salão Vermelho do Paço Municipal, às 19h. O evento contou com palestrantes técnicos da SVDS envolvidos no processo de análise e emissão de licenças ambientais. Os outros módulos aconteceram nos dias 13, 20 e 27 de setembro, das 14h às 17h, na sede da Associação de Educação do Homem de Amanhã (Avenida das Amoreiras, 165 – Parque Itália), com palestrantes representantes do Ministério Público e de técnicos de entidades ligadas ao mercado imobiliário.

Participaram no total 58 pessoas entre conselheiros e interessados do ramo de consultoria, estudantes e outros.

#### ✓ *Eleição para representação da Macrozona 5*

A representação da Macrozona 5, perdeu o mandato por faltas e em cumprimento ao Regimento Interno, foram chamadas as entidades representantes da Macrozona 5 interessadas em participar da eleição para o Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA. Foi realizada a divulgação via Diário Oficial do Município e “mailing” do Conselho.

Aos interessados em participar do processo para o mandato até 2015 foi dado prazo até dia 10 de outubro para apresentação dos documentos junto a Prefeitura e endereçados à Secretaria Executiva do COMDEMA. Infelizmente nenhuma entidade se cadastrou e essa entidade ficou sem representação.

✓ *Entrega do Diploma de Honra ao Mérito*

O COMDEMA se reuniu dia 17 de dezembro, para a realização da 154ª Reunião Ordinária, a última do ano. Na oportunidade, o secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), Rogério Menezes, apresentou o balanço das ações realizadas pela pasta em 2014 e também recebeu homenagem..

O presidente Carlos Alexandre Silva fez a entrega de Diploma de Honra ao Mérito em reconhecimento às personalidades que contribuíram para o crescimento e o alcance de resultados positivos do Conselho.

Juntamente com o Secretário Rogério, foram homenageados também o presidente do Consórcio PCJ, Reinaldo Nogueira; o servidor do Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA), Gustavo Fabricio D'Estefano, e os conselheiros Tiago Fernandes de Lira, Mario O. Cencig e Victor A. Petrucci.



Presidente do COMDEMA entrega homenagem ao Secretário da SVDS

#### 1.3.1.4. Comissões

✓ *Comissão de Áreas Verdes*

- Essa comissão foi extinta no decorrer do ano de 2014, mas realizou 11 reuniões sendo 09 validadas pelo pleno do Conselho.

✓ *Comissão de Controle de Poluição e Resíduos*

- Reuniram-se 3 vezes e realizaram uma reunião de informe técnico com a presença da representante do gabinete do prefeito e dos técnicos da Secretaria de Serviços Públicos. Protocolaram o Ofício COMDEMA nº 23 Requerendo informações de inteiro teor sobre Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos (PMGIRS).

✓ *Comissão de Política e Educação Ambiental*

- Não realizou atividade ou reunião em 2014.

✓ *Comissão de Capacitação e Formação*

- Realizou várias reuniões para preparação do Workshop sobre Licenciamento Ambiental Municipal. As capacitações foram realizadas em 04 encontros com uma avaliação excelente por parte dos participantes e dos organizadores.

✓ *Comissão de Análise de Território*

- Protocolos recebidos pela Secretaria Executiva: 442 processos
- Realizou 42 reuniões da comissão
- Realizou 12 reuniões técnicas
- Realizou 3 visitas técnicas
- Elaborou 66 pareceres sendo 60 apresentados ao pleno

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

### 1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – CONGEAPA



O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA, criado pela Lei nº 10.850, de 7 de junho de 2001, possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador e tem por objetivo promover a participação autônoma e organizada da comunidade no processo de definições da política de desenvolvimento local e no acompanhamento de sua execução, conforme estabelecido nos artigos 95 e 98 da Lei Complementar nº 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.

#### 1.3.2.1. Composição

O conselho que é formado por representantes dos 1º, 2º e 3º setores, cuja composição pode ser acessada pelo seguinte endereço:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

#### 1.3.2.2. Reuniões

Segue, abaixo, a relação das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias:

- Reunião Extraordinária do dia 09/01/2014
- Reunião Ordinária do dia 28/01/2014
- Reunião Ordinária do dia 25/02/2014
- Reunião Ordinária do dia 25/03/2014
- Reunião Ordinária de 13/05/2014
- Reunião Ordinária de 24/06/2014 (não houve reunião por falta de quórum)
- Reunião de Eleição do dia 15/07/2014
- Reunião Ordinária de 29/07/2014
- Reunião Extraordinária de 12/08/2014



- Reunião Ordinária de 26/08/2014
- Reunião Ordinária de 30/09/2014
- Reunião Ordinária de 28/10/2014
- Reunião Ordinária de 25/11/2014
- Reunião Ordinária de 16/12/2014 (não houve reunião por falta de quórum)

Foram realizadas 2 reuniões extraordinárias, 1 de eleição e 10 reuniões ordinárias em 2014.

### 1.3.2.3. Câmaras Técnicas e Comissões

#### ✓ *Câmara Técnica de Análise de Protocolos*

Foram analisados pela Câmara Técnica de Análise de Protocolos e deliberados pelo pleno do CONGEAPA, em 2014, um total de 49 protocolos, que tratam de processos de licenciamento ambiental, solicitações de pavimentação, autorizações para pesquisa, denúncia de infrações ambientais, entre outros. Nesta gestão, após janeiro de 2013, na área da APA Campinas não houve qualquer aprovação de empreendimentos imobiliários pela SVDS.

#### ✓ *Câmara Técnica do Plano de Manejo*

Esta Câmara Técnica trabalha na viabilização da elaboração do Plano de Manejo da APA de Campinas. Deste modo, a referida CT, finalizou a elaboração do Termo de Referência do Plano de Manejo, encaminhando-o à Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação na Reunião Ordinária de 24/06/2014. O Plano de Trabalho do de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB, publicado no Diário Oficial do Município em 19/03/2014, destinou à ação 08- Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas – R\$ 900.000,00.

O Termo de Referência do Plano de Manejo encontra-se aprovado e processo de finalização para contratação do serviço de elaboração pela Secretaria Municipal de Administração.

#### ✓ *Câmara Técnica de Revisão do Regimento Interno*

A Câmara Técnica de Revisão do Regimento Interno se manifestou no início de janeiro deste

ano sobre a minuta do Decreto Municipal nº 17.848, de 23 de janeiro de 2013, que alterou o Decreto nº 13.835, de 25 de janeiro de 2002, e dispõe sobre a composição do CONGEAPA.

A publicação do referido Decreto em janeiro deste ano foi importante, para que o processo eleitoral para o biênio 2014-2016, já contemplasse a nova composição do Conselho. A revisão do Regimento Interno ainda não foi finalizada, mas se baseia nas experiências vivenciadas pelo Conselho, na ausência de procedimentos estabelecidos pelo atual Regimento e em legislações federais e municipais.

✓ *Câmara Técnica de Eventos*

Não realizaram nenhum evento.

✓ *Comissão Eleitoral*

Na Reunião Extraordinária de 12 de agosto de 2014 foi realizada a eleição da nova Diretoria do Conselho biênio 2014-2016. Frente ao esclarecimento jurídico quanto ao mandato de segurança que impediu no passado a realização desse pleito, foi realizada a eleição que fora vencida pela chapa "A", formada pelos Srs. Rafael Duarte Moya, para presidente; José Aparecido de Lima, para Vice-Presidente e Maria da Graça Gargantini para o cargo de Secretária Geral, que recebeu 11 votos contra os 7 votos da chapa "B".

Com o Conselho devidamente instituído com nova presidência e conselheiros, no dia 28 de agosto de 2014 foi publicado no DOM o edital de convocação para preenchimento das vagas remanescentes dos representantes do 2º e 3º setor para composição do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – Biênio 2014 a 2016.

A comissão eleitoral recebeu e avaliou as documentações recebidas e declarou aptas para participarem da eleição das vagas remanescentes as seguintes entidades que posteriormente foram eleitas para assumir as vagas:

**Segundo Setor:** representado por organizações representativas da população residente, da população tradicional e dos proprietários de imóveis no interior da Unidade de Conservação, com a seguinte vaga:

## **Amaje– Associação de Moradores e Amigos de Joaquim Egídio**

Titular: Sandra Márcia Martins Marques

1º Suplente: Cleusa Aparecida João

2º Suplente: Sílvia Regina Alves Ferreira

**Terceiro Setor:** representado por organizações da sociedade civil, comunidade técnica e/ou científica, organizações não governamentais ambientalistas, prioritariamente com atuação na Unidade de Conservação, com a seguinte vaga:

### **Sindicato Rural de Campinas**

Titular: Eduardo Lunardelli Novaes

1º Suplente: Antonio Ramos Cabral

2º Suplente: Luís Fernando Amaral Binda



Rafael Moya recebe os cumprimentos do Prefeito Municipal Jonas Donizette, no evento de posse no salão azul em 28 de agosto de 2014 (<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24313>)

### ✓ *Comissão de Obras Impactantes*

A Câmara Técnica de Acompanhamento de Obras Impactantes, criada na Reunião Ordinária de 24 de setembro de 2013, com o intuito de acompanhar as obras com impactos consideráveis na APA, realizou reuniões com os responsáveis pelos empreendimentos e

solicitou maiores esclarecimentos sobre aspectos que o CONGEAPA considera relevante. A Comissão também promoveu um encontro para Biólogos e Interessados em defender a preservação da VIDA SILVESTRE DA APA, no dia 26 de maio de 2014, com o objetivo de cumprir o que foi definido no EIA RIMA do empreendimento ENTREVERDES e da ampliação da Av. Mackenzie, e para o fornecimento de subsídios para futuras ações que assegurem a proteção do ecossistema da área rural da APA.

#### 1.3.2.4. Atos do Pleno

Em outubro de 2014 foram publicadas três resoluções, onde a Resolução 01/2014 foi elaborada pelo Conselho devido a demora na elaboração do Plano de Manejo da APA, que seria o norteador das tomadas de decisões e balizador das discussões de intervenções na APA. A Resolução 02/2014 teve o intuito de criar a Comissão Técnica da AR-14, visando preservar as nascentes prejudicadas com o abandono de dejetos e entulhos. Por fim, a Resolução 03/2014 que questiona as ausências e reuniões das comissões técnicas, pois no regimento interno se fala sobre Câmaras Técnicas e não Comissões. Todas as Resoluções podem ser acessadas no site do Conselho do Gestor da APA de Campinas.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

#### 1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas



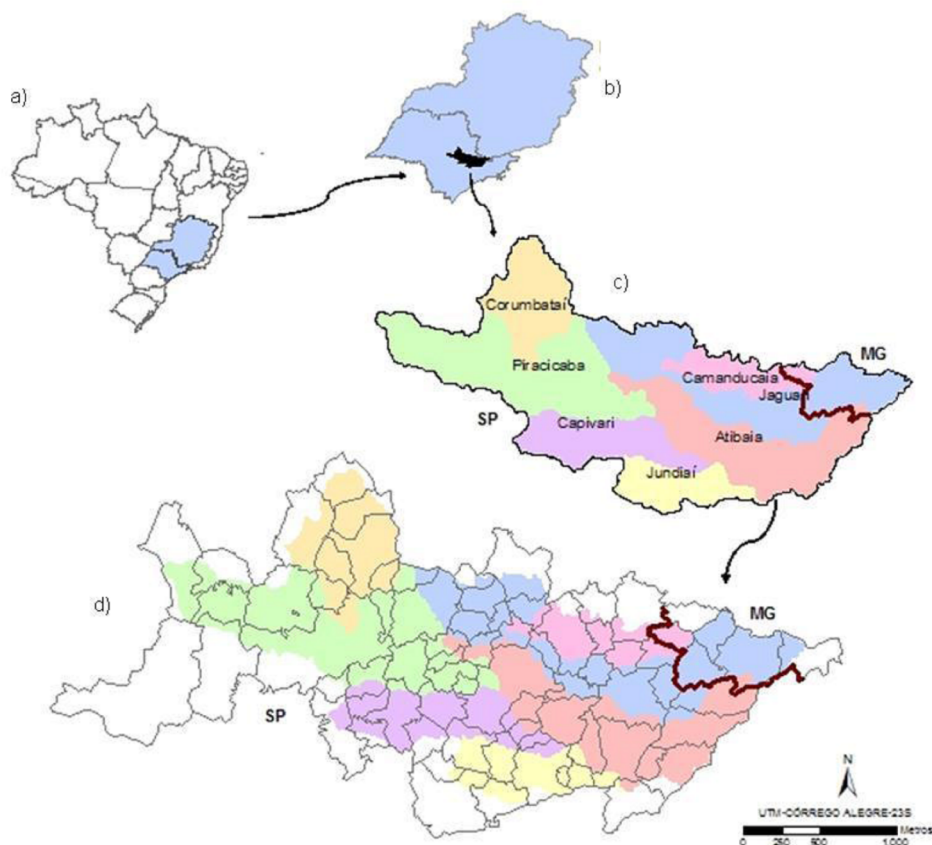
O setor de saneamento básico no Brasil compreende as atividades de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (Lei nº 11.445/07, art. 3º).

A lei nacional determina a criação de órgão técnico neutro de saneamento municipal, estadual ou regional (a exemplo das agências reguladoras) para regular o setor, ou seja,

entre outras medidas, estabelecer padrões e normas, dispor sobre o controle dos serviços e tarifas, nos termos do art. 21 e seguintes.

Em atendimento à Lei Federal nº 11.455/07, que prevê que os municípios são os responsáveis pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, e que estas atividades devem ser exercidas de forma autônoma, com a criação de um órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta, diversos municípios da UGRHI-PCJ solicitaram apoio ao Consórcio Intermunicipal da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI-PCJ) para viabilizar a criação de um ente regional com estas atribuições.

A UGRHI-PCJ e seus afluentes abrangem uma área de 15.303 km<sup>2</sup>, tendo 92,6% de sua extensão localizada no Estado de São Paulo e 7,4% no Estado de Minas Gerais, sendo 45 municípios paulistas e quatro mineiros integralmente inseridos na bacia e 25 paulistas e um mineiro, parcialmente inseridos (figura abaixo).

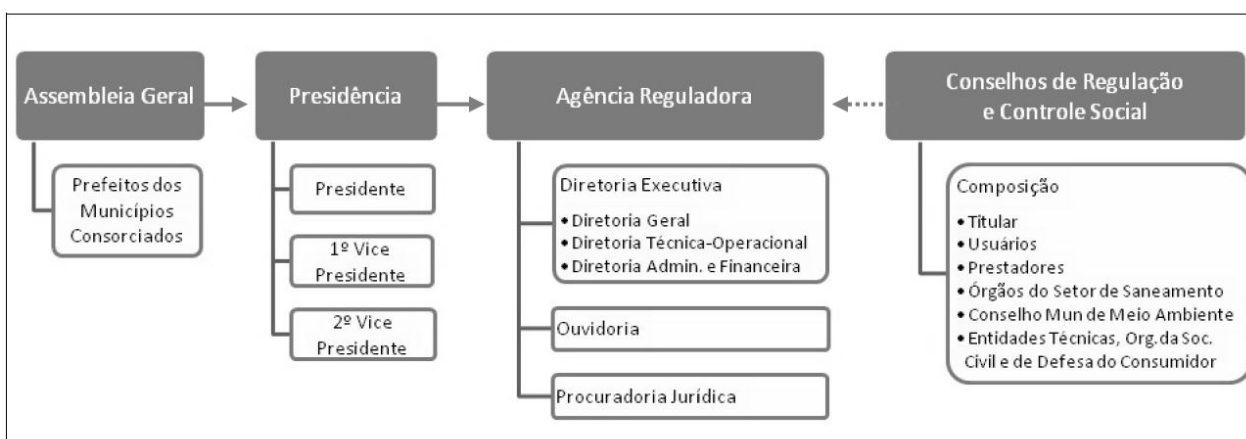


Localização da área de estudo: (a) Brasil; (b) Estados de São Paulo e Minas Gerais; (c) UGRHI-PCJ e divisão por sub-bacias e (d) UGRHI-PCJ, divisão por sub-bacias e municípios

Com o auxílio do Consórcio PCJ, foi então, proposta a criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Este consórcio foi viabilizado em agosto de 2010 com o lançamento do Protocolo de Intenções assinado por prefeitos de diversos municípios, que constituiu a ARES-PCJ na forma de Consórcio Público, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e é regida pelo disposto na Lei federal nº 11.107/05, e respectivo regulamento (Decreto 7217/10), pela Lei federal nº 11.445/07, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos, regimentos e demais atos.

Assim, a criação da ARES-PCJ somente foi autorizada, mediante ratificação, por lei, editada por cada um dos Municípios participantes do referido Protocolo de Intenções convertendo-o, dessa forma, em Contrato de Consórcio Público, visando o exercício de funções de Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento. Até o momento há 34 municípios consorciados, inclusive Campinas, com leis de ratificação do Protocolo de Intenções.

A estrutura administrativa da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência, Agência Reguladora e Conselhos de Regulação e Controle Social, conforme o seguinte quadro organizacional:



Organograma de estrutura da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Fonte: Site ARES-PCJ (2013).

Nesse sentido, o município de Campinas ratificou o Protocolo de Intenções da ARES-PCJ por meio da Lei nº 14.241, de 10 de abril de 2012 e por meio do Decreto nº 17.775, de 22 de

novembro de 2012 foi constituído o Conselho de Regulação e Controle Social para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da ARES-PCJ.

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos da ARES-PCJ, criados um em cada Município consorciado, conforme estabelecido na Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, composto, no que couber, por um representante do titular dos serviços de saneamento básico, de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico, de entidades técnicas relacionadas ao setor de saneamento básico, de organizações da sociedade civil relacionadas ao setor de saneamento básico, do órgão de defesa do consumidor e do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS se constituiu em face do Município de Campinas se integrar à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ.

Referido órgão colegiado, de caráter consultivo, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 17.775/12 e a Portarias nºs 78.480/2012 e 83419/2014 e, atualmente, é presidido pela Supervisora Departamental da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.

### *1.3.3.1. Trabalhos Realizados*

Consolidamos a imagem do Conselho por meio de uma figura representativa. Para tanto, desenvolvemos, com o auxílio do Gabinete da SVDS, o logo de identidade digital:



Além dos relatórios anuais, neste ano demos continuidade aos trabalhos de transparência das ações do Conselho.

Com o logo do Conselho, desenvolvemos, com o auxílio do Gabinete da SVDS, um banner que, conjuntamente com outros Conselhos Municipais similares (COMDEMA, CONGEAPA), se hospeda na página da Prefeitura Municipal de Campinas, com o seguinte endereço eletrônico:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conselho-regul-control-social.php>,

com o seguinte conteúdo:

- 1 – Convocações das reuniões;
- 2 – Atas das reuniões (ordinárias e extraordinárias);
- 3 – Segmentos;
- 4 – Legislação;
- 5 – Relatórios e
- 6 – Contato.

O Conselho focou, outrossim, seus trabalhos na elaboração de material didático para a educação ambiental, especialmente com vistas ao consumo sustentável e uso racional da água, principalmente em face da crise hídrica atualmente enfrentada pela região.

O trabalho desenvolvido, com várias mãos, pelos integrantes do Conselho (com destaque a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, PROCON, Secretaria Municipal de Saúde, membros da ARES-CPJ, bem como com intensa participação da equipe técnica da SVDS e da SANASA), gerou interesse e culminou em pedido da Agência Reguladora dos Serviços – ARES PCJ, sob a representação de sua Diretoria Geral, para utilizar material informativo sobre o uso racional da água tratada em outros municípios, oportunidade em que ofereceu à referida Agência Reguladora para impressão e distribuição.

Além da ação de educação ambiental, no âmbito do saneamento básico, acompanhamos os trabalhos da Prefeitura Municipal de Campinas no equacionamento da crise hídrica e na elaboração de vários planos municipais estruturantes e de interface: Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Recursos Hídricos. Para tanto, contamos com a presença de integrantes do Conselho nos dois lançamentos oficiais de pacotes da crise



hídrica pelo Poder Executivo Municipal (em 30 de maio e em 30 de outubro do presente ano), bem como com a participação pessoal nas oficinas participativas do Plano Municipal de Recursos Hídricos, que se deram em recortes territoriais estabelecidos por meio da divisão de bacias hidrográficas da Cidade (Anhumas, Atibaia/Jaguari, Quilombo, Capivari I e Capivari II). Nesse sentido, na 4ª reunião ordinária do Conselho, solicitamos prestação de contas da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a respeito dos andamentos, metodologia e resultados dos Planos Municipais a cargo da Pasta.

#### 1.3.3.2. Reuniões

Em sua quarta reunião ordinária, realizada no dia 17/12/2014, no Salão Atibaia, localizado na Av. da Saudade, nº 500 -Bairro Ponte Preta (SANASA), a pauta deu-se com aprovação do reajuste de tarifa de água, esgoto e serviços do Município em função da inflação acumulada no período e de investimentos em projetos de melhoria da SANASA, empresa de saneamento municipal.

Também se deu pela Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, por meio da bióloga Isadora Salviano, Coordenadora de Planejamento e Gestão Ambiental uma apresentação para esclarecimentos sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano de Recursos Hídricos, dada a interface que tais trabalhos de planejamento ambiental têm com as competências institucionais do Conselho.

Para maiores informações, acesse:

[http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio\\_conselho\\_ares-pcj.pdf](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio_conselho_ares-pcj.pdf).

#### 1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente – PROAMB



### 1.3.4.1. Conselho Diretor e ações financiadas

O Conselho Diretor do PROAMB é o órgão responsável, entre outras atribuições, pela indicação das ações a serem financiadas e pela aprovação das contas do Fundo. Dele fazem parte 8 representantes das áreas técnicas da SVDS, 1 representante da Secretaria de Finanças, 1 representante da Secretaria de Administração e 2 representantes do COMDEMA (titular e suplente).

O Conselho Diretor aprovou em fevereiro deste ano o Plano de Trabalho de 2014, com 16 ações no valor total de R\$ 6,3 milhões:

5.1 Estruturação do órgão ambiental municipal		
01	Serviço de alojamento de cães e gatos existentes nas atuais instalações do Centro de Controle de Zoonoses do município de Campinas.	R\$125.000,00
5.2 Gestão dos recursos naturais - fauna e flora		
02	Serviço de castração de machos e fêmeas de cães e gatos.	R\$400.000,00
	Elaboração, operação e gerenciamento de um sistema de informação informatizado de cadastramento dos animais domésticos do município.	R\$150.000,00
04	Aquisição de microchips, aplicadores e leitoras de microchips.	R\$100.000,00
	Montagem de um sistema móvel de doação de animais domésticos	R\$60.000,00
06	Serviço de recuperação, soltura e manutenção de animais selvagens vítimas de ações antrópicas.	R\$125.000,00
	Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares	R\$800.000,00
08	Plano de Manejo APA Campinas	R\$900.000,00
	Ações de Manejo e Recuperação Florestal na ARIE Mata de Santa Genebra em áreas impactadas	R\$300.000,00
5.3 Meio Ambiente e Cidadania		
10	Ações de Educação Ambiental	R\$120.000,00
	Eventos do Calendário Ambiental	R\$400.000,00
5.4 Execução de projetos pioneiros no município		
12	Projetos funcionais/executivos de trechos prioritários de Parques Lineares	R\$900.000,00
	Censo da Economia Verde	R\$500.000,00
14	Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa de Campinas e da Região Metropolitana de Campinas	R\$1.200.000,00
5.5 Fortalecimento dos conselhos municipais ambientais vinculados à SVDS		
15	Apoio ao COMDEMA	R\$150.000,00
	Apoio ao CONGEAPA	R\$30.000,00
5.6 Gastos de Custeio		
17	Autonomia do Secretário (Gastos de custeio)	R\$80.000,00
<b>Total dos investimentos</b>		<b>R\$6.340.000,00</b>

Incluindo as 32 ações do Plano de Trabalho de 2013, totalizam-se mais de R\$ 14 milhões destinados a 48 projetos na área ambiental:

<b>Ações Aprovadas</b>	<b># ações</b>	<b>R\$ mil</b>
Plano de Trabalho 2013	32	8.099
Plano de Trabalho 2014	16	6.340
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>14.439</b>

Os servidores responsáveis pela parte técnica das contratações e posterior acompanhamento dos serviços prestados são chamados de gestores do PROAMB e foram nomeados pela Ordem de Serviço nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

#### *1.3.4.2. Contratação e Acompanhamento*

A Coordenadoria Setorial Financeira é responsável por viabilizar as contratações das ações do PROAMB. A partir do Termo de Referência elaborado pelo Gestor, providencia os orçamentos e encaminha e acompanha o processo na Secretaria Municipal de Administração, secretaria esta responsável pelas licitações.

Já o acompanhamento das ações é centralizado na Assessoria de Gabinete e realizado mensalmente, com o objetivo de se obter o andamento das referidas ações, identificar as etapas já superadas e as ainda a percorrer, e constatar as ações com maior atraso para uma eventual intervenção.

Das ações aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo, algumas foram desdobradas em mais de uma contratação. Dessa forma, desse novo universo de contratações (e não mais de ações), 40% encontram-se ainda na SVDS (na fase de elaboração dos Termos de Referência e dos Orçamentos), outros 22% estão em licitação e os restantes 38% das contratações já foram pagas ou pelo menos contratadas.

Em termos financeiros, no entanto, o avanço é bem menor. As ações mais relevantes (geralmente as mais complexas) ainda estão, na sua grande maioria, ainda na fase de elaboração dos Termos de Referência, razão pela qual as diversas ações contratadas representarem apenas R\$ 701 mil ou 5% do total aprovado.

Segue abaixo o andamento atual de cada ação aprovada:



### 1.3.4.2.1. Licitações

#	Ação / Etapa	Elaboração do TR	Elaboração dos Orçamentos	Avaliação do Comitê Gestor	Preparação do Edital	Análise Jurídica	Publicação do Edital e Homologação da Licitação	Assinatura do Contrato	Realização do Serviço / Recebimento dos Produtos
1	Aquisição de Equip. Eletrônicos, Móveis e Eletrodomésticos	✓		✓		-		-	
3	Aquisição de Materiais e EPI para a Fiscalização	✓	✓	✓	✓	-	✓	-	
3 a	Aquisição de Materiais e EPI para a Fiscalização – itens remanescentes							-	
6 a	Aquisição de Pick-Up para a Fiscalização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓
6 b	Aquisição de Carro para a Fiscalização	✓		✓		-		-	
10	Instalação Sist. Fotovoltaico								
12	Suporte à execução de trechos prioritários de ciclovias								
13	Projeto Executivo de Passagem de Fauna								
14	Sustentabilidade no Hosp. Mário Gatti			-					
16	Programa de Educomunicação Socioambiental	✓	✓	✓	✓				
19	Plano de Manejo PNM Jatobás e Campo Grande	✓	✓	✓	✓				
20	Plano de Manejo APA Campo Grande	✓	✓	✓	✓				
23	Reforma do Prédio do CCZ								
24	Apoio ao Plano da Mata Atlântica								
25	Análise dos Espaços Verdes por Geoprocessamento								
26	Plano de Intervenção na Mansões Santo Antônio								
29	Serviço de castração animal	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
31	Aquisição de microchips, tendas, etc.	✓	✓	✓	✓	-	✓	-	
33	Programa de Recup. De Nascentes e Matas Ciliares								
34	Plano de Manejo APA Campinas	✓	✓	✓	✓	✓			
35	Ações de Recup. Florestal na Mata de Sta. Genebra			-					
37 b	Ata de Preços para Alimentação	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
37 a	Ata de Preços para Transporte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
38	Projetos funcionais de Parques Lineares								
39	Censo da Economia Verde								
40	Inventário de Emissões de GEE de Campinas e RMC								


### 1.3.4.2.2. Contratações Diretas

#	Ação / Etapa	Elaboração do TR	Recebimento da Proposta Técnica e Comercial	Avaliação do Comitê Gestor	Análise Jurídica	Assinatura do Contrato	Realização do Serviço
9	Concurso da Casa de Sustentabilidade	✓	✓	✓	✓	✓	
15	2ª Conferência Municipal de M.A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓
32	C.R.A.S.	✓	✓	✓			
37	SEMEIA 2014	✓	✓	✓	✓	✓	✓

### 1.3.4.2.3. Caronas em Contratos Existentes

#	Ação / Etapa	Especificação do serviço	Solicitação de Aproveitamento de Contrato	Avaliação do Comitê Gestor e DCC	Realização do Serviço
4	Infraestrutura básica de hardwares e softwares				
30	Elaboração de Banco de Dados da fauna de animais selvagens da região de Campinas e da microbiota a esta associada				
37	SEMEIA 2014	✓	✓	✓	✓

### 1.3.4.2.4. Convênios

#	Ação / Etapa	Elaboração do Plano de Trabalho e Juntada de Documentação	Análise Jurídica	Celebração do Convênio	Realização do Serviço
28	Serviço de alojamento de cães e gatos				

Legenda:



Etapa concluída



Etapa em andamento



Etapa não aplicável

### 1.3.4.3. Pagamento e Contabilização

Essas atividades são de responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais. Uma análise dos balancetes mensais do ano de 2014 evidencia uma receita acumulada de R\$ 6 milhões, tendo como principais fontes de recursos os royalties do petróleo (R\$ 2,2 milhões) e os recursos próprios (R\$ 2,1 milhões), estes últimos incluindo taxas de licenciamento e multas oriundas da fiscalização.

A execução financeira do PROAMB, ou seja, o pagamento das ações aprovadas pelo Conselho Diretor está em R\$ 461 mil (3% do valor aprovado), quase tudo no ano de 2014. Os principais serviços ou bens adquiridos foram uma apresentação de um grupo de teatro por 7 dias durante a Semana do Meio Ambiente (R\$ 196 mil) e um veículo 4x4 para a fiscalização (R\$ R\$ 136 mil). Vale destacar que após longo período (15 anos) o PROAMB acha-se em fase inicial de sua implementação, o que explica valores ainda reduzidos de aplicação financeira.



Equipe da SVDS: novo veículo

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25612>

Para maiores informações sobre o PROAMB, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>.

### 1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos – FUNDIF



O FUNDIF foi criado pela Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013. Os membros do Conselho Gestor do Fundo, foram nomeados pela Portaria nº 82.097/2014, publicada no Diário Oficial do Município de 25/04/2014, cuja posse ocorreu na reunião de 15/05/2014, evento presidido pelo Sr. Prefeito Municipal. Ao todo são 36 conselheiros (entre titulares e suplentes). As secretarias municipais representadas no Conselho são: Verde (que preside e secretaria o Conselho), Jurídico, Finanças, Educação, Planejamento, Infraestrutura, Urbanismo, Cultura, Habitação, Direitos das Pessoas com Deficiência. Outros conselhos e entidades que integram o Fundo são o COMDEMA, CONDEPACC, CMDU, OAB, ACIC, CONSABS. Os conselheiros exercerão suas funções por 2 anos, podendo ser reconduzidos.



Posse dos conselheiros

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>

Os mesmos servidores que exercem funções no PROAMB atuam junto ao Fundif, para que haja otimização da estrutura e coesão de organização e gerenciamento para os dois fundos.

Os avanços da implementação do FUNDIF no ano foram:

- Posse dos Conselheiros;
- Elaboração do Regimento Interno do Fundo;
- Tratativas junto à Justiça Federal e Estadual bem como aos Ministérios Públicos Federal e Estadual no sentido de obter recursos para a execução dos projetos a que se destina o Fundo.

#### 1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA – CF

As principais atribuições da Coordenadoria Financeira são planejar e executar o orçamento, gerir convênios, buscar recursos externos junto a órgãos públicos e organizações não governamentais e emitir relatório periódico da gestão financeira da SVDS, conferindo a sua devida publicidade.

##### 1.4.1. Orçamento

O orçamento da SVDS, de cerca de R\$ 1,1 milhão, é todo para bancar gastos de custeio da Secretaria, excetuado os gastos com pessoal. Os principais itens de despesa são serviços de terceiros (onde entra o contrato com a IMA, combustíveis, despesas com telefonia, etc.), auxílios financeiros a pessoas físicas (incluindo a bolsa-auxílio de estagiários e patrulheiros) e material de consumo (tais como água mineral, gás, material de escritório, etc.). O quadro abaixo demonstra, por tipo de despesa, o valor orçado e o realizado em 31/12/14:

Descrição	Orçado	Realizado	% realiz.
Material de Consumo	120.000,00	11.585,26	10%
Serviços de Terceiros - PF	180.000,00	114.134,40	63%
Outros Serviços de Terceiros	820.106,42	808.242,78	99%
<b>TOTAL</b>	<b>1.120.106,42</b>	<b>933.962,44</b>	<b>83%</b>

A realização orçamentária dos recursos próprios da Secretaria foi dentro do estimado, considerando o valor liberado para a Secretaria. Para o próximo exercício teremos o aumento de demanda de recursos causado pela inclusão na estrutura da SVDS do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal.



## 1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE

As principais atribuições desta Coordenadoria são a gestão de suprimentos, de bens patrimoniais, da telefonia, dos veículos e do expediente, além da adequação de espaço físico e a gestão de recursos humanos.

Em 2014 continuaram-se os investimentos na estruturação da Secretaria, especialmente em por conta do aumento de estrutura administrativa e atribuições trazidas pela Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014.

Para conhecer a nova estrutura da SVDS, acesse:

<http://bibjuri.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88526>.

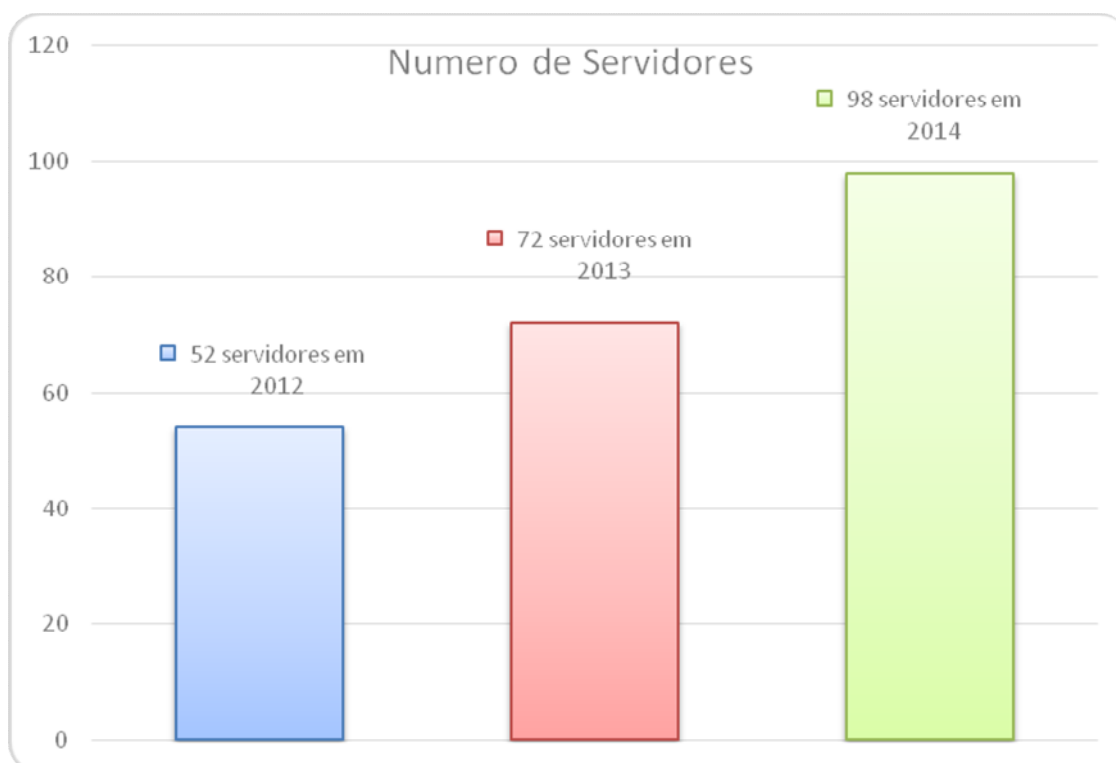
### 1.5.1. Expediente

No exercício de 2014 foram realizadas 3.893 tramitações recebidas de expedientes externos, 2.304 tramitações enviadas para expedientes externos, 3.893 tramitações recebidas de centros de custos internos, 5.872 tramitações enviadas para centros de custo internos, 1.218 tramitações para o arquivo corrente da SVDS e 1631 publicações encaminhadas para o Diário Oficial do Município.

### 1.5.2. Recursos Humanos

No exercício de 2014 foram atendidas 96 solicitações de férias planilhadas, preenchidas em formulário próprio e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 28 atualizações/inclusões de dados de servidores nas fichas de dados cadastrais, 96 solicitações e controle de horas extras e sobre aviso, 1084 frequências verificadas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 12 solicitações de pagamento de produtividade dos fiscais elaboradas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 16 solicitações de Licença Prêmio providenciadas, 29 solicitações quanto a vale-transporte, plano odontológico e vale alimentação atendidas, 54 encaminhamentos ao Serviço Médico providenciados e 163 solicitações de abono planilhadas. Além disso, a SVDS promoveu a avaliação dos seus funcionários em estágio probatório a fim de verificar as suas atuações e competências e se vêm atendendo ao interesse público municipal.

Observa-se que neste exercício houve significativo incremento de equipe, com a vinda de mais 26 servidores (concursados, transferidos, contratados, comissionados ou emprestados). Atualmente, a Secretaria conta com 98 servidores (em dez-2012, contava com 52 e em dez-2013, totalizava 72), visando atender a crescente demanda pela participação da SVDS nos programas da atual gestão. Pelo gráfico abaixo, podemos verificar o crescente investimento em recursos humanos na área ambiental:



## 1.6. Normativas

- ✓ **ORDEM DE SERVIÇO CONJUNTA SVDS e SEMURB nº 01/2014:** Dispõe sobre os processos administrativos a serem executados pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria Municipal de Urbanismo para fins de compensação ambiental relativa ao Decreto 16.974, de 04 de fevereiro de 2010 que "dispõe sobre a criação do banco de áreas verdes do município de Campinas e dá outras providências"
- ✓ **ORDEM DE SERVIÇO nº 02/2014**– Dispõe sobre o licenciamento ambiental online, publicado em 03/02/2014

- ✓ **ORDEM DE SERVIÇO nº 03/2014:** Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados na condução dos contratos a serem firmados pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB
- ✓ **ORDEM DE SERVIÇO nº 04/2014** – Dispõe sobre o processo de licenciamento online (LAO) para atividades minerárias, publicado em 15/05/2014
- ✓ **ORDEM DE SERVIÇO nº 05/2014** – Dispõe sobre os Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a aplicação dos Autos de Infração Imposição Penalidade de Multa - AIIPM
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 01/2014** – Estabelece o valor de cada árvore plantada com a respectiva manutenção por dois anos, no âmbito dos Termos de Compromisso Ambiental firmados pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, publicada em 01/04/2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 02/2014** – Regulamenta o artigo 173 do Decreto 18.306 de 25 de março de 2014, publicada em 02/04/2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 03/2014** – Regulamenta o artigo 186 do Decreto 18.306 de 25 de março de 2014, publicado em 02/04/2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 04/2014** – Regulamenta o artigo 184 e 185 do decreto 18.306 de 25 de março de 2014, publicado em 02/04/2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 05/2014** – Regulamenta os procedimentos administrativos e as compensações referentes ao corte e à exploração de árvores nativas e exóticas plantadas comercialmente e ao corte de bosque de espécies exóticas, publicado em 26 de maio de 2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 06/2014** – Revogada pela Resolução Conjunta SVDS/SMS 09/2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 07/2014**– Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para elaboração dos termos de referências relativos aos critérios de sustentabilidade no âmbito do Licenciamento Ambiental Municipal, publicada em 10 de junho de 2014
- ✓ **RESOLUÇÃO nº 08/2014** – Regulamenta o artigo 69 do Decreto 18.306 de 25 de março de 2014, publicada em 29 de julho de 2014

✓ **RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMS nº 09/2014** – estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para reúso não potável de água provenientes de estações de tratamento de esgoto (ETEs) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no município de Campinas, publicada em 04 de agosto de 2014

✓ **DECRETO nº 18.598/2014** – Altera o Decreto 18.220 de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a prioridade na tramitação de projetos de empreendimentos habitacionais do programa minha casa, minha vida, publicado em 16 de dezembro de 2014

## 1.7 Eventos

A Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove, apoia, participa e colabora com diversos eventos da área ou com interface com a temática ambiental. Um dos nossos escopos é na medida em que elaboramos planos municipais e normas estruturantes, possamos proceder a leitura comunitária desses documentos para agregar à leitura técnica, a exemplo das Oficinas do Plano Municipal de Recursos Hídricos, da Política de Educação Ambiental, das normas de água de reúso, entre outras. Cada um deles terá destaque nos itens específicos no decorrer do presente relatório.

### 1.7.1. Fórum Brasil-Portugal

O “Fórum Brasil/Portugal pela sustentabilidade” foi realizado no Hotel *The Royal Palm Plaza*, em 24 de junho de 2014, das 9 às 18 h, com a coordenação do Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP) e o apoio apenas institucional da Prefeitura Municipal de Campinas, representada pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo, sem qualquer despesa custeada pela Prefeitura.

A proposta do fórum foi a troca de experiências entre os dois países, com a participação de acadêmicos e autoridades, de ambas as nações, abordando o tema sustentabilidade e encerrado com a palestra do renomado navegador Almyr Klink.

O evento contou com um público de aprox. 300 pessoas.



Prefeito de Campinas abre o Fórum Internacional

Fonte: <http://www.camaraholambra.com.br/?z=noticias&x=148>

Para maiores informações, acesse:

<http://revistaprefeitosdesaopaulo.com.br/portfolio/forum-especial-brasil-portugal-pela-sustentabilidade>, <http://www.youtube.com/watch?v=j46BwoGc96I>; [www.youtube.com/watch?v=oycobLVFQto](http://www.youtube.com/watch?v=oycobLVFQto) e [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/06/capa/campinas\\_e\\_rmc/185118-brasil-e-portugal-discutem-sustentabilidade.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/06/capa/campinas_e_rmc/185118-brasil-e-portugal-discutem-sustentabilidade.html).

#### 1.7.2. Workshop: "Mudanças Climáticas: qual o papel das cidades paulistas?"

As mudanças climáticas e como as cidades podem ser protagonistas no enfrentamento desses efeitos nortearam a discussão do evento, organizado pela Carbon Disclosure Project (CDP) em parceria com a Prefeitura de Campinas, a CPFL e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), no 11 de novembro de 2014, na CPFL Cultura.

Transformar as cidades em protagonistas desse processo, tanto de responsabilidade quanto de luta no que diz respeito às políticas públicas de meio ambiente, foi uma das principais ideias defendidas no workshop.

O workshop contou com a participação de representantes de prefeituras paulistas e estudiosos do tema, entre eles, o professor de Ciências Atmosféricas da USP, Tércio Ambrizzi.

No encontro, o Secretário Rogério Menezes destacou a crise hídrica no Estado de São Paulo como uma das consequências mais graves em razão das mudanças climáticas.



Participantes do evento e palestra do Secretário Rogério Menezes

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25178>

Para maiores informações acesse: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25156>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25178> e [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/11/capa/campinas\\_e\\_rmc/222130-campinas-discute-o-papel-das-cidades-nas-mudancas-climaticas.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/11/capa/campinas_e_rmc/222130-campinas-discute-o-papel-das-cidades-nas-mudancas-climaticas.html).

### 1.7.3. Palestra sobre o Manejo de Plantas Exóticas Invasoras - Impactos Ambientais, Sociais e Econômicos.

A palestra foi ministrada pela Fundadora e Diretora Executiva do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, Dra. Sílvia Renate Ziller, no período de 08 a 10 de outubro de 2014, no Auditório do Bosque dos Jequitibás.

O evento contou com 56 inscritos, dentre eles funcionários do Instituto Florestal, Petrobrás, IAC, Polícia Militar, fundação José Pedro de Oliveira, Bosque dos Jequitibás, Prefeitura Municipal de Campinas, Consultorias, COMDEMA, dentre outros.

As espécies exóticas invasoras são consideradas a segunda causa mundial de impacto a plantas e animais nativos e o uso inadequado dessas espécies causa dano a ambientes naturais, desloca espécies nativas e gera custos altos de manutenção para a administração pública e para a produção; portanto a palestra teve o objetivo de fornecer um entendimento fundamental para o público, inclusive os servidores da SVDS, prover referências e apresentar impactos ambientais, sociais e econômicos das espécies exóticas invasoras.

Por meio da palestra o tema sobre as espécies exóticas invasoras foi passado para conhecimento de todos, que puderam apreender e aprimorar os seus conhecimentos sobre os conceitos, impactos, manejo e políticas públicas sobre o assunto.

Além de todo o conteúdo técnico, teórico e prático, foi realizada durante o curso uma discussão sobre a elaboração de uma lista de referência de espécies exóticas invasoras para o município de Campinas e da minuta legal que acompanhará a lista na publicação do marco legal.



Fotos da palestrante e do público atento às brilhantes lições de Dra. Silvia Renate Ziller.

#### 1.7.4. Workshop sobre o Licenciamento Ambiental Municipal

Como forma de esclarecer a legislação que rege o licenciamento ambiental municipal, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), em parceria com a equipe técnica da SVDS, realizou no mês de setembro o Workshop sobre Licenciamento Ambiental Municipal.

O workshop foi aberto a todos os interessados e principalmente aos membros de conselhos municipais como, por exemplo: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), o Conselho Gestor da APA Campinas (CONGEAPA) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC).

Este evento aconteceu nos dias 13, 20 e 27 de setembro, das 14h às 17h, na sede da Associação de Educação do Homem de Amanhã (Avenida das Amoreiras, 165 – Parque Itália), com palestrantes da própria SVDS e de técnicos de entidades ligadas ao mercado imobiliário.

As palestras foram divididas em 3 módulos, seguindo a programação abaixo:

## ABERTURA:

Para a abertura do evento foram proferidas duas palestras: 1- Ordenamento Jurídico no Licenciamento Ambiental Municipal, com apresentação da Dra. Andrea Struchel e Palestra 2- Interface das análises ambientais e urbanísticas, com apresentação da Dra. Sylvia Teixeira;



## MÓDULO I: Licenciamento Ambiental Municipal com ênfase nos Anexos

13 de setembro – 14h às 17h00

Apresentação dos setores dos Departamento de Licenciamento Ambiental:

- ✓ Anexo I - Empreendimentos Imobiliários - Lindemberg Damasceno
- ✓ Anexo III – Áreas Verdes – Juçara André
- ✓ Anexo IV – Atividades Poluidoras – Carla Camarheiro





### *MÓDULO II: Licenciamento Ambiental Municipal*

20 setembro – 14h às 17h00

Continuação da apresentação dos Departamentos de Licenciamento Ambiental:

- ✓ Anexo III-SG - Suporte Geológico;
- ✓ Anexo II - Infraestrutura - Gustavo D'Estefano
- ✓ Licenciamento Ambiental **OnLine** (LAO) - Gustavo D'Estefano
- ✓ Compensações Ambientais no processo de Licenciamento Ambiental por meio do Banco de Áreas Verdes (BAV) – Mariana Cisotto



### MÓDULO III: Transparência e controle social no Licenciamento Ambiental

27 de setembro – 14h às 17h00



Para maiores informações: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24435>.

#### 1.7.5. Fórum Permanente em Meio Ambiente e Câncer da Criança e do Adolescente

A SVDS participa da iniciativa do Centro Boldrini que realiza atividades do Fórum Permanente em Meio Ambiente e Câncer da Criança e do Adolescente objetiva mostrar à sociedade, a partir da divulgação de estudos científicos, sobre a possível associação de fatores ambientais no aumento da incidência de câncer da criança e do adolescente. Ser um fórum permanente de debates e reflexões sobre as implicações científicas, éticas, legais, culturais, pedagógicas e estéticas sobre a relação entre meio ambiente e câncer infantil, com apoio de instituições científicas, contribuindo para a instalação do tema na agenda governamental, empresarial, da sociedade civil e da mídia e incidindo na formulação de políticas públicas correlatas.

As principais parcerias estabelecidas são o Consórcio Internacional Coorte de Câncer Infantil (I4C), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Centro Infantil Domingos A. Boldrini, que está participando de estudo visando mapear a associação de fatores ambientais, culturais, sociais e a ocorrência de câncer na criança e no adolescente. A meta do estudo é construir um banco de dados de exposições e ocorrência de câncer e outras doenças crônicas não

transmissíveis (DNCT), a partir de uma amostra de 100 mil crianças em Campinas e região. Este contingente fará parte de uma amostra total de mais de um milhão de crianças que serão monitoradas em todo mundo, em um projeto do *International Childhood Cancer Cohort Consortium (I4C)*, ligado à Organização Mundial da Saúde.

O Lançamento para imprensa deu-se no dia 4 de junho de 2014, véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, a partir das 10h30, no Centro Infantil Domingos A. Boldrini, em Campinas, sediou uma entrevista coletiva para apresentação do Fórum Permanente sobre Meio Ambiente e Câncer da Criança. A apresentação contou com a presença da presidente do Centro Boldrini, Dra. Silvia Brandalise, o coordenador do Fórum Permanente, o jornalista José Pedro Martins, o secretário municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, Rogério Menezes, e o professor Mohamed Habib.

A Conferência inicial realizou-se no dia 6 de agosto, com a presença, do professor Dr. Paulo Affonso Leme Machado que fez a conferência de lançamento público do Fórum Meio Ambiente e Câncer da Criança, no Centro Boldrini, sobre "Sadia qualidade de vida e Princípios da Prevenção e da Prevenção". O conferencista defendeu, entre outros pontos, o direito à informação e à participação popular, em questões que dizem respeito à qualidade de vida e saúde ambiental. Ele sustentou que o direito à informação e à participação popular é fundamental para a construção de políticas públicas nas áreas da saúde e ambiental. Lamentou, contudo, que este direito não esteja sendo observado em sua plenitude, o que tem reflexo direto em situações de degradação ambiental. "As associações de cidadãos têm o direito de exigir informação e participação. Se não forem ouvidas, podem recorrer ao Ministério Público Estadual ou Federal", lembrou.

O segundo evento público ocorreu no dia 31 de outubro, no Centro Boldrini, com o debate sobre a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos, lançada dias antes pelo governo federal. O debatedor foi o Dr. Carlos Eduardo Abrahão, médico sanitário. A Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH) foi publicada através da Portaria Interministerial nº 9, dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência Social, e confeccionada com base na classificação dos grupos da Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer (IARC), agência especializada sobre câncer da Organização Mundial de Saúde. "A lista chegou com atraso, mas é muito importante que haja enfim o reconhecimento de que muitas substâncias são cancerígenas, colocando em risco a vida de

milhares de pessoas no dia a dia”, afirmou o Dr. Carlos Eduardo Abrahão, sanitarista, que comentou a lista e deu um panorama geral sobre agentes cancerígenos no país. “Nesta sociedade consumista, todos têm contato diariamente com agentes cancerígenos, por exemplo com produtos químicos colocados no mercado sem maiores testes”, alertou Abrahão. Também participaram do debate o secretário municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, Rogério Menezes, e o presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema), Carlos Alexandre Silva.

O terceiro evento público deu-se no dia 9 de dezembro, novamente no auditório do Centro Boldrini, foi realizado o terceiro evento público do Fórum, sobre Agricultura e Agrotóxicos, com a participação de renomados especialistas internacionais. O Dr. Michael Antoniou, do King’s College, de Londres, questionou os níveis considerados seguros de glifosato, o pesticida mais vendido no mundo. Chefe da área de Biologia Nuclear do King’s College, o Dr. Michael Antoniou é um dos maiores nomes em pesquisas sobre terapias gênicas e organismos geneticamente modificados. Seus trabalhos têm sido fundamentais para a modificação de posturas na Comunidade Europeia sobre a aceitação dos OGMs. A presidente do Boldrini, Dra. Silvia Brandalise, citou vários estudos mostrando o aumento da incidência de câncer em criança e adolescente nas últimas décadas. O professor Mohamed Habib, com muitos anos de pesquisa no tema, destacou a urgência de maior controle da sociedade sobre pesquisas com organismos geneticamente modificados. A Dra. Nise Hitomi Yamagushi, da USP, pediu maior atenção à exposição de trabalhadores rurais a agrotóxicos. Josiana Aripoll, da Ética da Terra, acentuou o imperativo de que “a economia não deve prevalecer sobre a vida”.





Rogério Menezes, Sílvia Brandalise, Paulo Affonso Leme Machado e José Pedro Martins

Fonte: <https://www.facebook.com/forummeioambienteecancer?ref=ts&fref=ts>

Para maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23978> e

<https://www.facebook.com/forummeioambienteecancer?ref=ts&fref=ts>.

## 2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA



Os processos de licenciamento ambiental têm como objetivo o controle de empreendimentos e atividades, efetivas e/ou potencialmente poluidoras, por meio de um conjunto de procedimentos a serem determinados com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

A Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013, em seu art. 6º, define que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras de impacto local, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento na

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, sem prejuízo de outras licenças, autorizações ou alvarás exigíveis pelas legislações federal, estadual e municipal pertinentes.

Assim, dependem de prévio licenciamento da SVDS os empreendimentos e atividades relacionados nos Anexos I, II, III-SG, III e IV, que integram o Decreto nº 18.306, de 25 de maio de 2013, a saber:

EMPREENHIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL	
<b>ANEXO I</b>	Empreendimentos imobiliários
<b>ANEXO II</b>	Obras de infraestrutura ligadas ao transporte, saneamento, energia e dutos
<b>ANEXO III-SG</b>	Movimentações de terra e atividades de mineração
<b>ANEXO III</b>	Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e supressão de vegetação nativa ou de árvores isoladas (Área Verde)
<b>ANEXO IV</b>	Atividades potencial ou efetivamente poluidoras

Salientamos que a situação encontrada em janeiro de 2013 era de notável fragilidade jurídica no tocante ao licenciamento ambiental de âmbito municipal, já que o Decreto nº 17.261/2011, o qual norteava as atividades do setor, não era precedido por lei específica e sim por outro Decreto, ato emanado exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e apontava a necessidade de serem efetuados ajustes para ser facilmente aplicável, tanto pelos projetistas, quanto pelos técnicos do licenciamento, de forma a diminuir as subjetividades. Em função disto, os técnicos da Secretaria participaram diretamente da minuta da nova Lei de Licenciamento Ambiental, assim como da minuta do Decreto que a regulamenta, de modo que, após a promulgação destas novas legislações, Lei nº 49/2013<sup>36</sup> e Decreto nº 18.306/2014<sup>37</sup>, o licenciamento ambiental no Município de Campinas ganhou solidez jurídica e institucional.

Com o intuito de se adotar medidas de sustentabilidade aos projetos em implantação no município, a nova legislação estipulou critérios para a obtenção de incentivos financeiros, bem como a certificação de projetos ambientalmente adequados.

<sup>36</sup> Audiência pública vai discutir regulamentação da Lei de Licenciamento: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22059>

<sup>37</sup> Conferir matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22322>.

Também se investiu, em parceria com a Informática de Municípios Associados – IMA, na continuidade do processo de informatização de todo o procedimento de licenciamento ambiental com a implementação do Sistema de Licenciamento Ambiental *Online* (LAO).

Em 12 de junho de 2014, com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo da Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014, a qual substituiu a Deliberação CONSEMA nº 33/2009, ocorreram várias alterações no tocante aos empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento municipalizado, que até então, no caso de Campinas, se baseava em um convênio firmado entre o Estado e o Município<sup>38</sup>.

Tais modificações demandam novas contratações de técnicos, medidas estruturais e de procedimentos, bem como a revisão da legislação municipal vigente, em consonância com a nova normativa.

## 2.1. Licenciamento Ambiental *Online* – L.A.O.



Com o licenciamento ambiental informatizado, denominado Licenciamento Ambiental *Online* (LAO), exclui-se o papel, sendo a totalidade dos procedimentos encaminhados por meio da internet, desde o requerimento, exames técnicos, controle social, até a emissão das licenças.<sup>39</sup>

O sistema tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários ao processo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, bem como permitir maior agilidade e transparência aos trabalhos internos da SVDS.

Esse sistema encontra-se em constante aperfeiçoamento junto à Informática de Municípios Associados – IMA e junto aos diversos órgãos municipais, visando propiciar facilidades para

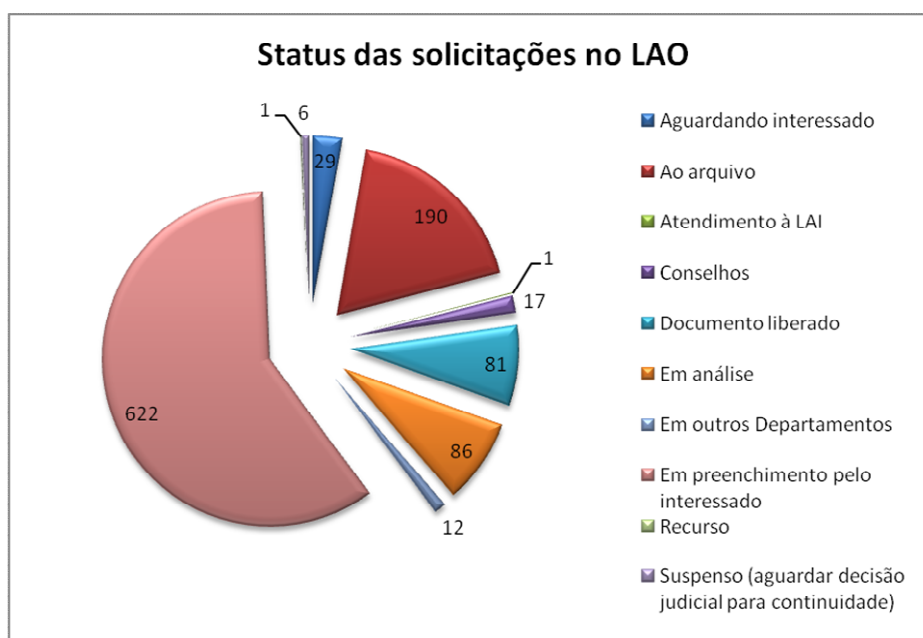
<sup>38</sup> Campinas passa a licenciar atividades de médio e alto impacto ambiental: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23599>

<sup>39</sup> Processos de licenciamento ambiental estão 100% na plataforma digital: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24347>

os usuários internos e externos, especialmente em face mudança de parâmetros legais produzidos pela publicação da Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014.

Em cumprimento a Ordem de Serviço nº 02/2014, desde setembro de 2014, o sistema LAO passou a ser a única porta de entrada para os novos processos de licenciamento ambiental junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA), salientando que, todos os outros processos já iniciados em papel devem ser finalizados dessa forma, pois, nesses casos, a migração para o sistema LAO seria inviável.

Na figura abaixo, demonstra-se os dados numéricos do sistema no que se refere ao status de todas as solicitações de licenciamento via LAO.

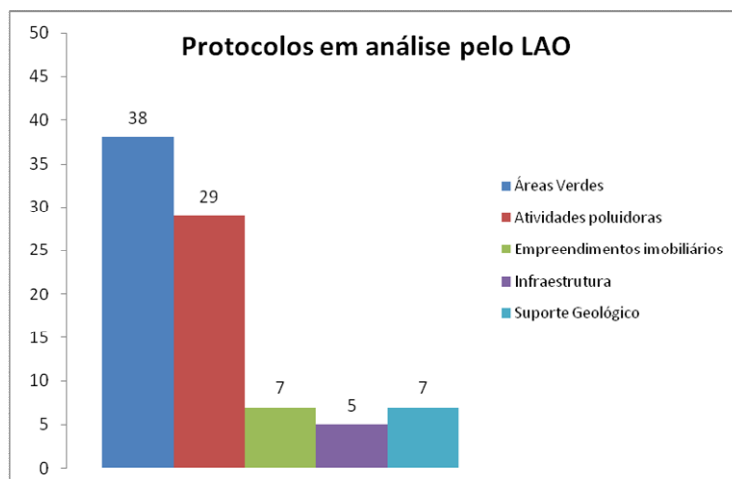


Status das solicitações no LAO em dezembro de 2014.

Conforme pode ser observado, no final de 2014, 86 solicitações encontravam-se em análise pela equipe técnica da SVDS. Vale lembrar que os protocolos do LAO só ficam disponíveis para análise técnica quando toda documentação necessária é anexada ao sistema e a compensação da taxa de análise é realizada, o que justifica o elevado número de processos (622) tidos como "em preenchimento pelo interessado".

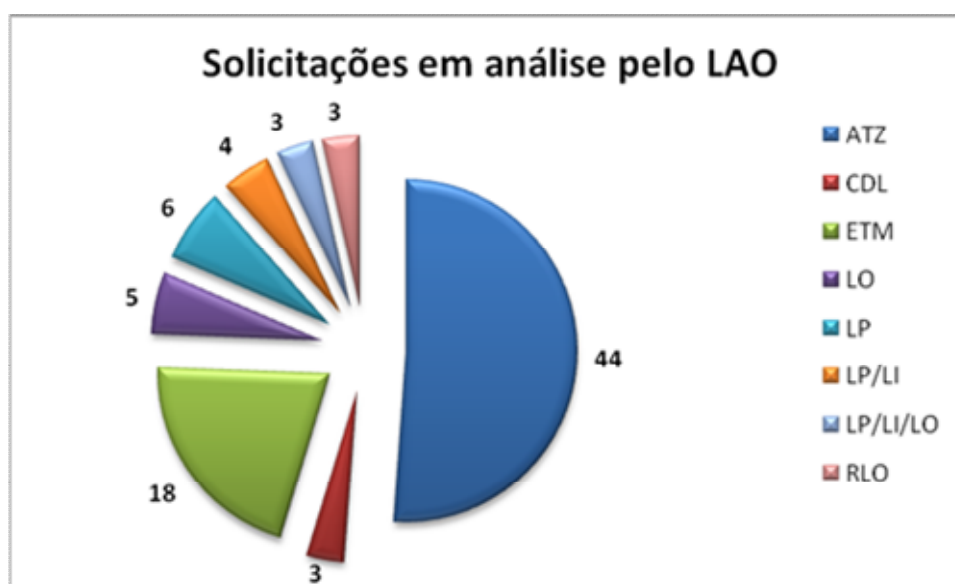
Na figura a seguir, pode se observar a distribuição dos processos em análise por cada Anexo deste Departamento.





Protocolos em análise.

Na figura abaixo, observa-se detalhadamente o tipo de documento solicitado.



Tipos de solicitações feitas no LAO.

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas e orientação quanto à forma de preenchimento das solicitações, uma cartilha<sup>40</sup> foi elaborada e equipe específica foi formada dentro do DLA para auxiliar os usuários via telefone ou mesmo, quando necessário, na própria Secretaria. Esse tipo de atendimento tem sido importante, pois é através dessa interação que aperfeiçoaremos o sistema, entendendo quais são as maiores dificuldades dos interessados,

<sup>40</sup> Cartilha virtual auxilia usuário na execução do licenciamento on-line: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24195>.

tornando o seu uso mais intuitivo. Para conhecer o Licenciamento Ambiental *Online* (LAO) acesse: <https://lao.campinas.sp.gov.br>

## 2.2. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental

### 2.2.1. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

A Coordenadoria de Licenciamento e Atividades de Impacto Local (CLA) é composta pelos Anexos que analisam as solicitações de licenciamento e emitem os diversos documentos ambientais pertinentes para cada caso, como Parecer Técnico Ambiental – PTA, Autorização – ATZ, Termo de Compromisso Ambiental – TCA, Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO, Licença Prévia e Licença de Instalação (no mesmo documento) – LP/LI, Renovação da Licença de Operação – RLO, Certificado de Dispensa de Licenciamento – CDL, Termo de Indeferimento – TI e Exame Técnico Municipal - ETM.

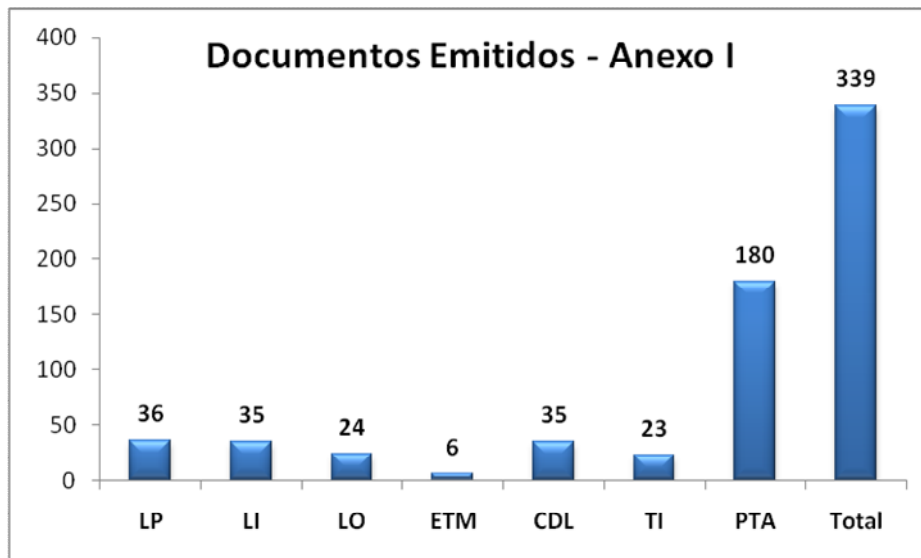
Conforme já exposto anteriormente, cada Anexo trata do licenciamento ambiental de um assunto específico, como veremos mais detalhadamente a seguir.

#### 2.2.1.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

O Anexo I - Empreendimentos Imobiliários tem como atribuição principal o licenciamento ambiental de edificações com áreas a construir, ou a regularizar, com mais de 2.500m<sup>2</sup>, sendo que para edificações localizadas na APA Campinas, este limite cai para 750m<sup>2</sup>.

Atualmente, compõe este setor 02 Engenheiros Civis e 02 Engenheiros Ambientais, tendo ainda como equipe de apoio, 02 estagiários na área de Engenharia Ambiental.

No Anexo I, um total de 339 documentos foram elaborados/emitidos no último ano de 2014, como demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos em 2014 pelo Anexo I.

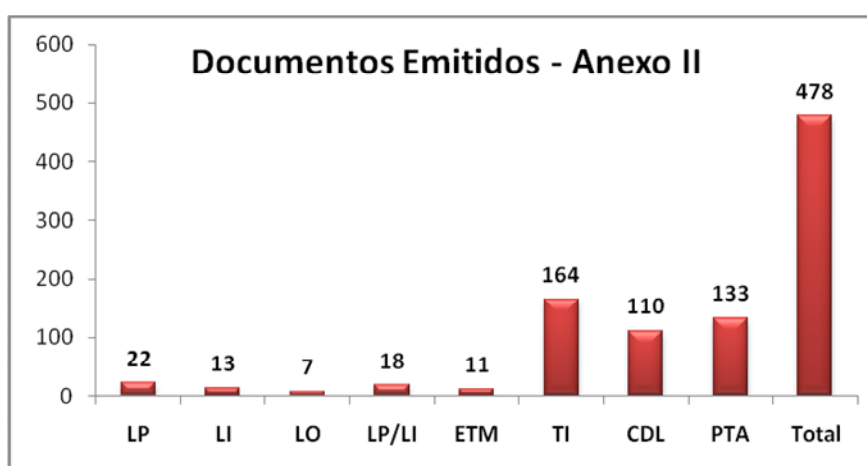
Além de desempenhar as atividades correlatas ao licenciamento propriamente dito, os técnicos deste Anexo também participam de alguns trabalhos de interface, tais como:

- Grupo de Gestão de Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Campinas;
- Comissão Especial para a Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança EIV/RIVI;
- Planejamento ambiental dentro das atividades ligadas às Áreas Contaminadas;
- Estruturação do procedimento de regularização fundiária de interesse social;
- Participação na equipe técnica de implantação do programa Via Rápida Empresarial no município de Campinas;
- Grupo de Análise de Projetos Específicos (GAPE);
- Projeto Falconi (com a Gestão do processo de aprovação de parcelamento do solo e cadastramento de gleba; análise de impacto no trânsito e análise de PGT);
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S.

### 2.2.1.2. Anexo II – Infraestrutura

O Anexo II - Infraestrutura é responsável pelo licenciamento ambiental de complexos turísticos e de lazer, e obras e atividades ligadas a infraestrutura, como transporte, saneamento, linhas de transmissão, subestações, cemitérios entre outras.

O corpo técnico é formado por 02 Engenheiros Civis e 02 Engenheiros Ambientais. No Anexo II, um total de 478 documentos foram elaborados/emitados em 2014, conforme demonstrado na figura a seguir.



Documentos emitidos em 2014 pelo Anexo II.

Além de desempenhar as atividades correlatas ao licenciamento propriamente dito, os técnicos deste Anexo também participam de alguns trabalhos de interface, tais como:

- Projeto Falconi (com a Gestão do processo de "Emissão de Licença Ambiental" e participação nos projetos "Emissão de Alvará de Aprovação", "Aprovação de Projetos de Drenagem" e "Movimentação de Terra");
- Contribuição na internalização dos processos de Regularização Fundiária;
- Apoio às discussões sobre Pavimentação na APA;
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S;
- Coordenação do Licenciamento Ambiental Online (junto com a CADLA).

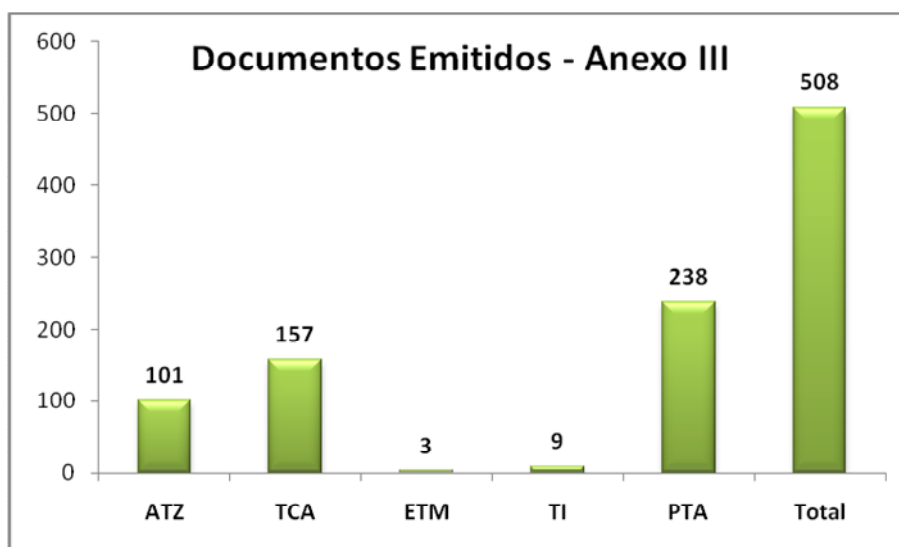
### 2.2.1.3. Anexo III – Áreas Verdes

O Anexo III – Áreas Verdes tem interface com os demais anexos do licenciamento ambiental, seja para autorizar o corte de árvores isoladas e alguns tipos de intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, como para calcular as compensações decorrentes de impermeabilização do solo.

Essa área também analisa os aspectos de áreas verdes nos processos de competência de estudos específicos do Grupo de Análise de Projetos Especiais – GAPE.

Este Anexo possui corpo técnico formado por 03 Engenheiros Agrônomos, 01 Bióloga e também uma estagiária da área de Biologia.

No anexo III, foram elaborados/emitados no último ano 508 documentos, de acordo com a figura abaixo.



Documentos emitidos em 2014 pelo Anexo III.

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo III também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

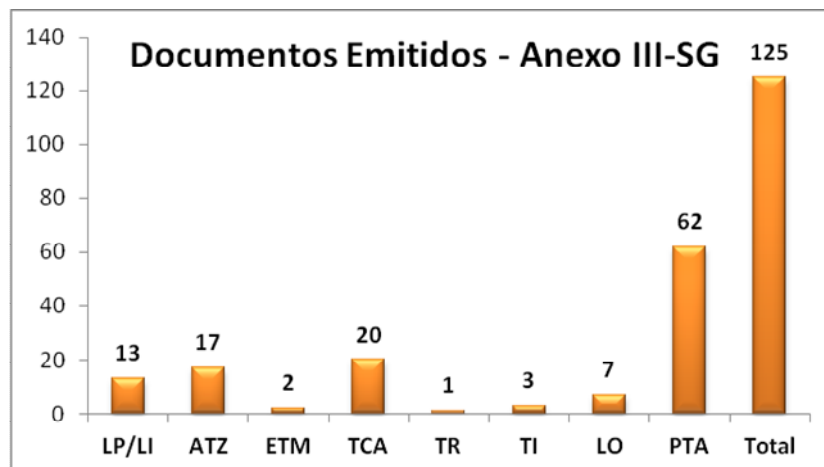
- Emissão de manifestações técnicas para o Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável - DVDS e para a Coordenadoria de Fiscalização;

- Participação em reuniões com o Banco de Áreas Verdes - BAV e com a equipe do Planejamento da SVDS;
- Elaboração de minuta para a Resolução SVDS 05/2014, que regulamenta os procedimentos administrativos e as compensações referentes ao corte e a exploração de árvores nativas e exóticas plantadas comercialmente e ao corte de bosques de espécies exóticas;
- Colaboração na confecção do Termo de Referência para Laudo de Fauna do CT-ALPS;
- Proposição de “Perguntas Frequentes” visando à elaboração do manual de esclarecimento de dúvidas sobre corte de árvores;
- Participação no planejamento do DLA referente à compilação de toda a legislação de licenciamento ambiental de interesse;
- Participação em reuniões, pesquisas e vistorias para a elaboração do Projeto de Viabilidade de Passagem de Fauna, com implementação prevista com recursos do PROAMB;
- Participação no Conselho Municipal de Habitação;
- Projeto Falconi (com a Gestão do processo de análise de ETM - manejo arbóreo);
- Organização da Palestra e Curso sobre o Manejo de Plantas Exóticas Invasoras - Impactos Ambientais, Sociais e Econômicos, realizada no dia 08/10, no Auditório do Bosque dos Jequitibás e ministrada pela Fundadora e Diretora Executiva do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, Dra. Sílvia Renata Ziller. Este curso será detalhado no item Eventos deste relatório.

#### *2.2.1.4. Anexo III-SG – Suporte Geológico*

A principal função do Anexo III - Suporte Geológico (SG) é a análise de protocolos referentes a atividade de mineração e movimentação de terra. Salientamos que são passíveis de licenciamento ambiental junto ao município qualquer movimentação de terra acima de 100 m<sup>3</sup>, na região da APA – Campinas, e de 500 m<sup>3</sup> para as demais localidades. A área é composta por 02 Geólogos.

No Anexo III-SG foram elaborados/emitados 125 documentos em 2014, conforme demonstrado na figura a seguir.



Documentos emitidos em 2014 pelo Anexo III-SG.

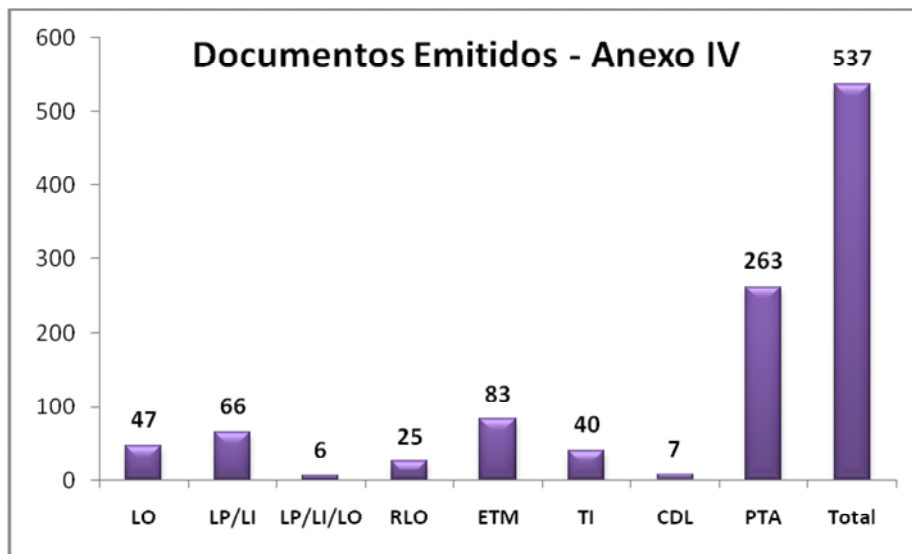
Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo III-SG também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Participação no Grupo Técnico de Áreas Contaminadas;
- Participação na Junta Administrativa de Recursos – JAR da SVDS;
- Participação no Plano Municipal dos Recursos Hídricos;
- Participação nos Projetos Funcionais para Parques Lineares;
- Participação no Plano de Intervenção da área contaminada Mansões Santo Antonio;
- Projeto Falconi (com a Gestão do processo de análise de movimentação de terra).

#### 2.2.1.5. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras

O Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras é responsável pelo licenciamento ambiental das indústrias e de serviços potencial ou efetivamente poluidoras, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem os limites do município. O corpo técnico deste setor é constituído por 02 Engenheiros Ambientais e uma estagiária nessa mesma área.

No Anexo IV, foram elaborados/emitidos 537 documentos, conforme demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos em 2014 pelo Anexo IV.

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo IV também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Revisão e elaboração de Termos de Referência;
- Participação na Junta Administrativa de Recursos – JAR da SVDS;
- Participação na equipe técnica de implantação do programa Via Rápida Empresarial no município de Campinas.

Como atribuição futura de todos os Anexos, prevista no planejamento da SVDS para 2015, encontra-se a revisão dos termos de referência já publicados, bem como a própria revisão da Lei Complementar nº 49/13 e do novo Decreto de Licenciamento Ambiental para fins de adequação à nova Deliberação Normativa do COMSEMA nº 01/2014.

#### 2.2.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais – CT-ALPS

A Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criou a Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS), que tem como objetivo a prestação de assessoria técnica na elaboração de projetos e



instrução dos processos de licenciamento ambiental em que os interessados são os próprios órgãos municipais, como secretarias, empresas públicas, autarquias e fundações.

Essas demandas podem ter origem no licenciamento municipal ou estadual, de forma a qualificar tecnicamente os empreendimentos, identificando antecipadamente os aspectos ambientais envolvidos desde a concepção dos projetos, para que o licenciamento ambiental dos mesmos ocorra em prazos reduzidos, com menores impactos ao meio ambiente e de modo a garantir que representem efetiva contribuição à qualidade de vida dos campineiros, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município.

De acordo com a Lei Complementar nº 59/2014, é de competência da CT-ALPS:

- I. assessorar a Administração Pública nos projetos de licenciamento e autorização ambiental em outros níveis federativos, elaborando estudos e projetos na área afim;
- II. dar suporte e consultoria técnica aos diversos órgãos de interface com a questão ambiental;
- III. auxiliar a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental no monitoramento e controle dos estudos e projetos afins;
- IV. desenvolver estudos técnicos e projetos ambientais necessários à execução de obras, atividades, empreendimentos e intervenções realizadas pelo Poder Público Municipal no âmbito de regularização fundiária, inclusive quanto às proposições de medidas mitigadoras e compensatórias correlatas.

Para o desenvolvimento das atividades elencadas, a CT-ALPS irá contar com os seguintes profissionais, ainda em fase de contratação: 02 Engenheiros Civis, 01 Engenheiro Ambiental, 01 Engenheiro Agrônomo, 01 Biólogo, 01 Geólogo e 02 Técnicos em Agrimensura.

Enquanto a equipe da CT-ALPS não é contratada, a sua coordenadora, de formação em Biologia, já participa de diversas ações e atividades de interface tais como:

- Reuniões com a Secretaria de Habitação (SEHAB) e SANASA;
- Participação do Grupo de Trabalho Técnico que institui o Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária;

- Participação na reunião mensal do Conselho de Habitação;
- Participação na elaboração do Plano Municipal do Verde;
- Suporte ao Anexo III – Áreas Verdes do Departamento de Licenciamento Ambiental;
- Visita ao Programa Cidade Legal, para internalização dos procedimentos antes desenvolvidos pelo Estado;
- Elaboração do Termo de Referência – Licenciamento para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social, que está em fase final de elaboração;
- Elaboração de Laudos de Caracterização de Vegetação para o licenciamento ambiental de obras da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, referentes ao PAC Pavimentação.

### 2.2.3. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG

A Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG) é uma das coordenadorias que compõem o Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA da SVDS.

Os técnicos desta área, que são os mesmos do Anexo III-SG, além de desempenharem as atividades de licenciamento ambiental relacionadas com movimentação de terra e atividade de mineração já descritas, auxiliam as outras áreas da SVDS, ou até de outras Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da realização de vistorias técnicas, elaboração de pareceres, laudos, manifestações, dentre outros.

Além destes, esta Coordenadoria ainda participa do Grupo (intersecretarial) de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas de Campinas (GTAC).

### 2.2.4. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

A Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental dá suporte às funções atualmente desenvolvidas pelo Departamento de Licenciamento Ambiental, especialmente em sua função da publicidade de atos, da interface com os órgãos de controle, bem como junto ao controle social, com destaque aos Conselhos Municipais de atuação na área ambiental.

Dentre as funções dessa Coordenadoria destacam-se:

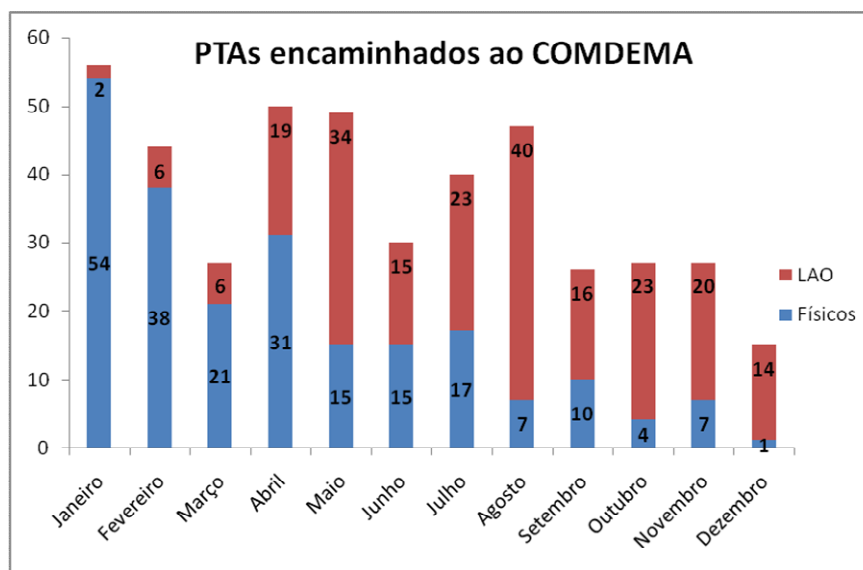
- Interface entre a SVDS e os Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA e o Conselho Gestor da APA – CONGEAPA, primando pela qualidade na participação comunitária e no acesso da sociedade às informações e na condução dos processos de licenciamento ambiental a cargo da SVDS;
- Administração e Suporte do Sistema de Licenciamento Ambiental Online;
- Elaboração de documentos relativos à gestão da Diretoria do DLA, tais como relatórios de produtividade do DLA (mensal, semestral e anual);
- Auxílio nos mecanismos de acesso e de publicidade dos documentos e informações relacionadas ao licenciamento ambiental, com a publicação semanal de todos os pedidos e documentos emitidos com periodicidade semanal;
- Participação do Grupo de Estudos sobre Água de Reúso, responsável pela publicação da Resolução Conjunta SVDS/SMS 09/2014;
- Suporte ao Anexo III – Área Verde, através da análise de protocolos.

Esta Coordenadoria também foi responsável, junto com COMDEMA, pela organização do Workshop sobre Licenciamento Ambiental Municipal, que será descrito de forma mais detalhada no item eventos.

A CADLA visa garantir que todas as solicitações de licenciamento ambiental sejam apreciadas pelos Conselhos Municipais de Campinas, a fim de que se estabeleça o efetivo controle social, atendido o princípio da participação comunitária. Esta oitiva é importante para garantir que a sociedade conheça e se manifeste sobre a condução dessa importante ferramenta de gestão ambiental que é o licenciamento ambiental municipal.

#### 2.2.4.1 COMDEMA

Em 2014 foram enviados ao COMDEMA 438 processos, conforme a demonstrado na figura a seguir. A remessa de protocolos ao conselho se deu tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental Online (LAO).

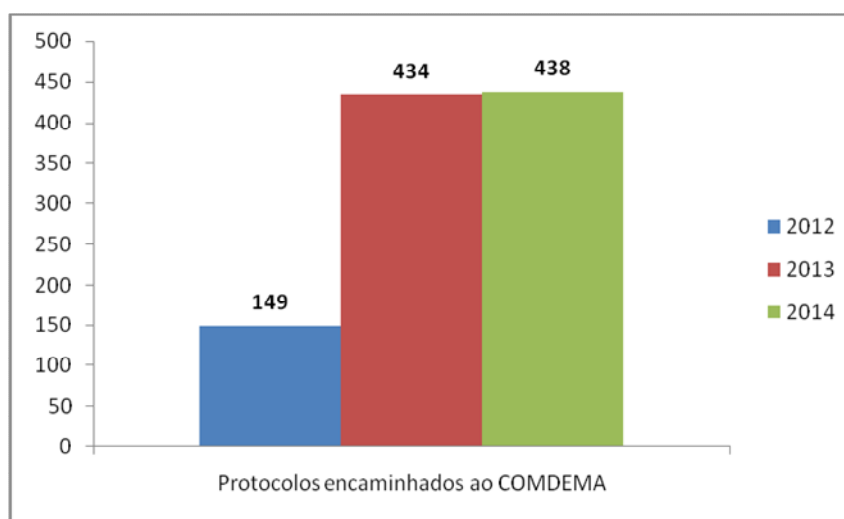


Número de Processos enviados ao COMDEMA.

Todos os processos de licenciamento ambiental são tramitados e ficam disponíveis para análise do Conselho por um período de no mínimo 30 dias, sendo que, mesmo fora deste período, há a possibilidade de que os protocolos sejam requisitados pelos conselheiros para consulta.

Segundo informado pela Secretaria Executiva do COMDEMA, no ano de 2014, entre todos os protocolos encaminhados pela SVDS, o conselho deliberou sobre 60 processos.

A figura abaixo apresenta o número de protocolos enviados ao conselho nos últimos 3 anos.



Processos enviados ao COMDEMA em 2014.

#### 2.2.4.2 CONGEAPA

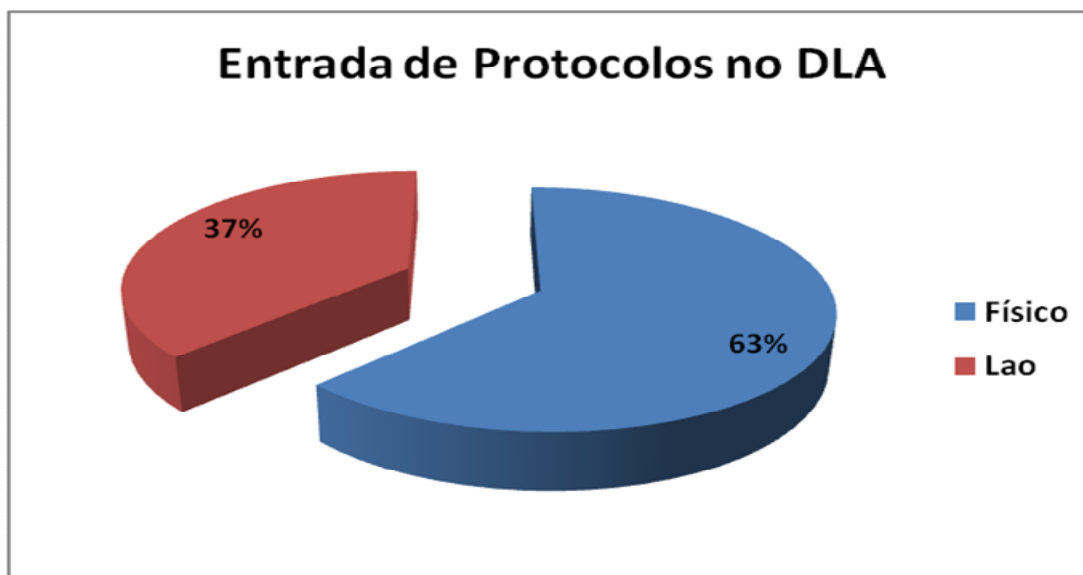
Os protocolos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades, localizadas na Área de Proteção Ambiental – APA Campinas passam pela análise do CONGEAPA.

Assim, no ano de 2014, a SVDS encaminhou um total de 30 processos para análise do referido conselho.

Da mesma forma que ocorre com o COMDEMA, os processos são enviados ao CONGEAPA e ficam disponíveis para análise do Conselho por um período de no mínimo 30 dias, sendo que, mesmo fora deste período, há a possibilidade de que os protocolos sejam requisitados pelos conselheiros para consulta.

#### 2.3. Produtividade Geral do Departamento

Durante todo o ano de 2014, foram realizados 730 pedidos de licenciamento ambiental junto a esta SVDS, sendo que, parte destas solicitações já se deu por meio do Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine (LAO).

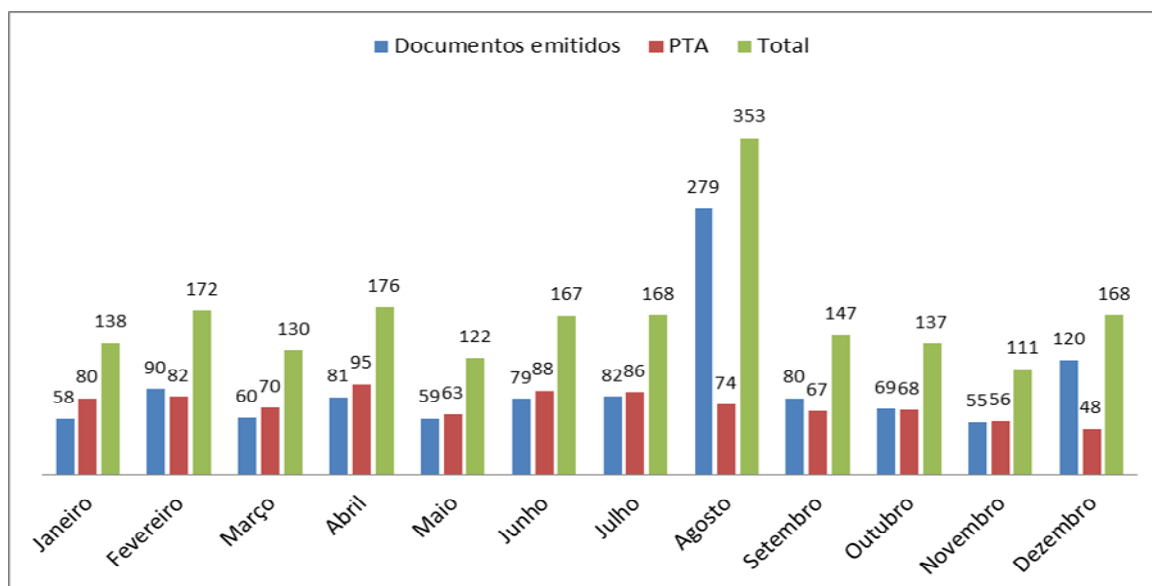


Número de processos protocolados na SVDS em 2014.

Nesse mesmo período, foram emitidos 1989 novos documentos, sendo 877 Pareceres Técnicos Ambientais, que embasam os licenciamentos ou o indeferimento dos mesmos, e 1112 Licenças propriamente ditas, que se referem às Licenças Ambientais Prévia, de Instalação e Operação, bem a renovação das mesmas, as Autorizações, Termos de Acordo e Compromisso, Termos de Indeferimento, Certidões de Dispensa de Licenciamento e Exames Técnicos Municipais.

Salientamos ainda que, destas 1112 Licenças emitidas, 272 se deram através do Sistema de Licenciamento Ambiental Online (LAO).

A figura abaixo apresenta a produção destes documentos ao longo dos meses de 2014.



Número de Documentos e PTAs emitidos em 2014 pelo DLA.

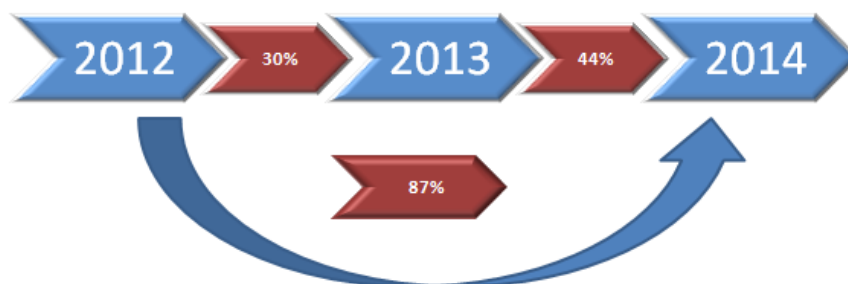
A tabela a seguir sumariza os dados apresentados e procede a uma comparação entre o total de documentos elaborados/emitidos em 2012 e em 2013, em relação àqueles elaborados/emitidos em 2014.

		2012	2013	2014
ANEXO	DOCUMENTO	TOTAL	TOTAL	TOTAL
I	LP	39	60	36
	LI	20	24	35
	LO	2	7	24
	LP/LI	21	9	6
	ETM	23	15	35
	CDL	0	144	23
	PTA	146	23	180
	<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>282</b>	<b>339</b>
II	LP	8	10	22
	LI	5	5	13
	LO	3	5	7
	LP/LI	4	13	18
	ETM	3	7	11
	TCA	0	2	0
	TI	1	0	164
	CDL	0	4	110
	PTA	28	88	133
		<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>134</b>
III	ATZ	70	129	101
	TCA	96	164	157
	ETM	0	0	3
	TI	1	3	9
	PTA	143	252	238
		<b>Total</b>	<b>310</b>	<b>548</b>

SG	LP/LI	0	11	13
	ATZ	0	0	17
	ETM	0	0	2
	TCA	0	0	20
	TR	0	0	1
	TI	0	0	3
	LO	0	0	7
	CDL	0	1	0
	PTA	0	31	62
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>125</b>
IV	LP	2	0	47
	LO	51	30	66
	LP/LI	42	43	6
	RLO	33	11	25
	ETM	112	160	83
	TI	2	0	40
	CDL	0	4	7
	PTA	128	145	263
	<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>393</b>	<b>537</b>
CT-ALPS	RAI	0	0	1
	PTA	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
I, II e IV	DECLARAÇÃO	81	22	0
	<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>22</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>		<b>1.064</b>	<b>1.380</b>	<b>1.989</b>



A figura abaixo indica o relevante aumento percentual na emissão de documentos, considerando-se os dados obtidos nos últimos 3 anos<sup>41</sup>.



Crescimento percentual de documentos emitidos.

Vale lembrar que, com a publicação da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014, em 23 de abril de 2014, ocorreram alterações no escopo de atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no âmbito municipal. Com isso, apesar de algumas pequenas perdas de competência relacionadas aos Anexos II, III, e IV houve um acréscimo significativo de atribuições, uma vez que a referida normativa quadruplicou o número de atividades poluidoras passíveis de licenciamento municipal, o que acabará refletindo em um considerável aumento de demanda a este Anexo nos próximos anos.

Sobre os índices de produtividade, há de se destacar também que, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2013 e o Decreto nº 18.306/14, em algumas situações, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação podem agora ser emitidas concomitantemente, através da obtenção de um único documento, o que influencia diretamente no comparativo numérico de documentos ambientais até então emitidos. Se estas licenças fossem contabilizadas separadamente, o resultado representaria um acréscimo ainda mais significativo de produtividade.

<sup>41</sup> Conferir matéria jornalística em <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21703>.

## 2.4. Destaques no Licenciamento Ambiental do Ano de 2014

Dentre todos os processos de licenciamento ambiental analisados por este Departamento em 2014, elencamos alguns de destaque para o Município de Campinas:

- Emissão da Licença Ambiental de Instalação para o empreendimento denominado Nova Fonte de Luz Síncrotron – Projeto Sirius, que se trata de uma das maiores e mais complexas estruturas científicas a ser construída no país, planejada para colocar o Brasil na liderança mundial de geração de luz síncrotron;
- Emissão das Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para implantação de interceptor de esgoto no bairro Santa Cândida e para as estações elevatórias de esgoto do Quilombo, Solar Campinas, Novo Mundo, Pirelli, Oziel, Jardim do Lago e Parque Prado;
- Emissão da Licença Ambiental Prévia para reversão do sistema de esgoto do Alphaville, que passará a ser tratado pela ETE Anhumas;
- Emissão das Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para regularização dos centros de reservação e distribuição de água dos bairros Jardim São Vicente, DIC, João Erbolato, Profilurb, Taquaral, Eulina, Anchieta, Cruzeiro e Chapadão;
- Emissão da Licença Ambiental Prévia para novos centros de reservação de água dos bairros San Conrado, Jd. São Vicente e Jd. Nova Europa;
- Emissão das Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para implantação de Ecoponto, no Distrito de Barão Geraldo;
- Emissão das Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para execução de ponte sobre o córrego Serafim, no cruzamento da Avenida Orosimbo Maia com a Rua Maria Monteiro;
- Emissão da Licença Ambiental Prévia para as obras de drenagem de águas pluviais dos bairros Recanto da Fortuna e Jd. Alto Ipaussurama;

- Emissão da Licença Ambiental de Operação para a implantação do viário de acesso ao Jd São Fernando, próximo ao Parque Monsenhor Salim (trecho leste);
- Emissão da Licença Ambiental de Instalação para implantação do viário de acesso ao Shopping das Bandeiras;
- Emissão da Licença Ambiental de Instalação para ampliação do Campinas Shopping;
- Emissão da Licença Ambiental de Instalação para ampliação do Shopping Galleria;
- Emissão de Exame Técnico Municipal para o Crematório Municipal;
- Elaboração do Parecer Técnico Ambiental para a emissão do Exame Técnico Municipal do Alcoolduto Paulínia-Santos (Logum), suspenso por determinação da justiça federal;
- Elaboração do Parecer Técnico Ambiental para a emissão do Exame Técnico Municipal da Linha de Transmissão Mata Santa Genebra, que atravessa a APA Campinas;

Além deste, destacamos o processo de licenciamento ambiental da ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, de competência do Estado, por meio da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, com participação ativa da Prefeitura Municipal de Campinas, cabendo à SVDS os estudos técnicos multidisciplinares e emissão de Exames Técnicos Municipais para as primeira e segunda fases de ampliação do referido aeroporto, bem como das outras obras necessárias para a consolidação do empreendimento, por meio de Licenças e Autorizações.

A primeira fase desta ampliação consistiu em:

- Implantação do novo Terminal de Passageiros - TPS;
- Áreas de Taxiamento;
- Pátio de Aeronaves;

- Novas áreas de estacionamento (edifício garagem, novo estacionamento de caminhões);
- Obras de infraestrutura básica (nova subestação e estruturas para armazenamento e distribuição de água para abastecimento e combate a incêndio);
- Vias de acesso internas (acesso ao novo TPS e melhorias no acesso aos terminais existentes de passageiros e de carga).

Para esta fase, a SVDS já havia emitido, no dia 27 de julho de 2012, o ETM nº 09/2012.

No primeiro semestre de 2014, o pedido do licenciamento da segunda fase da ampliação do aeroporto foi formulado pela Concessionária ABV, em continuidade ao licenciamento da expansão do Aeroporto, e da Licença Ambiental Prévia nº 8.818/2011, emitida pela CETESB.

A segunda fase do projeto de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos contemplava:

- Implantação da segunda pista de pousos e decolagens;
- Implantação das *Taxiways*;
- Ligação com a infraestrutura existente na Central de Utilidades 1;
- Implantação do posto de bombeiros e resgate.

Para tanto, a SVDS emitiu o ETM nº 39/2014 A – II, em 01/07/2014, que tratou da análise sobre o atendimento às condicionantes estabelecidas no Parecer Técnico nº 37/09, que relacionou aos potenciais impactos ambientais do empreendimento.

Além disso, passou pela análise desta SVDS o desvio da linha férrea, a implantação da linha de transmissão de energia, a reforma de ponte, a construção de emissário de esgoto entre outras obras relacionadas com o sítio aeroportuário.

Para informações mais detalhadas e acesso a todos os documentos emitidos pela SVDS, no tocante ao licenciamento ambiental da expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/ampliacao-viracopos.php>.

## 2.5. Elaboração dos Termos de Referência de Sustentabilidade

O novo formato de licenciamento ambiental, historicamente baseado em políticas de comando e controle, internalizou em seu arcabouço legal, medidas de fomento ou incentivos para os empreendedores que internalizarem em suas obras, atividades, iniciativas ou serviços que contribuam para a sustentabilidade ambiental, o que foi internalizado na Lei Complementar nº 49/13 e Decreto nº 18.306/14.

A SVDS, neste ano de 2014, realizou dois eventos (apresentação e institucional, em 23 de maio) e workshop (em 11 de junho, figura abaixo) intitulados "*Incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade em empreendimentos e atividades no âmbito do licenciamento ambiental municipal*", no auditório do CIESP-Campinas, com o objetivo a troca de informações com o setor produtivo, com o terceiro setor, com centros de pesquisa e com entidades a fim de subsidiar a elaboração dos Termos de Referência de Sustentabilidade.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>

As iniciativas de sustentabilidade permitirão a obtenção de incentivos tributários, com a possibilidade de isenção de até 50% da taxa de licenciamento. Também está prevista em lei a priorização destes empreendimentos com redução no tempo de licenciamento ambiental. Os critérios do Selo S estão apresentados na Figura a seguir.



Critérios do Selo S

Os índices de sustentabilidade permitirão conferir ao empreendedor o “Selo S”, o qual, além de reconhecer o mérito ambiental da obra ou atividade, também irá contemplar mecanismos de agilidade processual do licenciamento, conforme critérios constantes na figura abaixo:



O Selo Sustentabilidade – “Selo S” - será atribuído ao empreendimento que atender a um número mínimo de critérios de sustentabilidade descritos anteriormente, sendo pelo menos cinco deles obrigatórios e outros cinco optativos. O empreendedor que for contemplado com o Selo poderá, em um próximo empreendimento, requerer prioridade no início da análise do processo de licenciamento.

Os critérios de incentivo às práticas ambientais sustentáveis no licenciamento ambiental consistem em um estímulo a “competição do bem”, com vistas à mudança de paradigma nos processos produtivos e na construção civil, contribuindo para uma cidade sustentável e para a melhoria das condições ambientais do Planeta, em nível global.

Para maiores informações, conferir as seguintes matérias jornalísticas:

- Decreto cria Selo Verde e agiliza liberação de obras e questão fundiária:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22546>
- Verde organiza grupo para definir referências à sustentabilidade:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23198>
- Verde discute critérios de sustentabilidade com iniciativa privada:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>
- Guarulhos conhece modelo online de licenciamento ambiental de Campinas:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25248>

### 3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS



Os trabalhos do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (DVDS) abrangem o planejamento, coordenação, execução de Planos, Programas e Projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental do município de Campinas.

Dessa forma, entre tantas atividades desenvolvidas pela equipe técnica, destacam-se os programas de Educação Ambiental; a elaboração de um sistema de dados e informações ambientais georeferenciadas; participação na consolidação dos indicadores ambientais para avaliação de políticas públicas; planejar e executar Planos e projetos para aumentar as áreas verdes e Unidades de Conservação; gerenciar o Banco de Áreas Verdes.

A leitura a seguir proporciona uma melhor compreensão dos trabalhos efetivamente realizados, cujo resultado aponta um salto qualitativo e quantitativo decorrente dos esforços e da competência técnica dos servidores que integram a equipe do DVDS.

### 3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental

#### 3.1.1. Elaboração de Planos e Políticas Públicas

Em 2014 a SVDS iniciou a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos e realizou o acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado em 2013.

##### 3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)



O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme preconiza a Lei Federal nº 11.455/07, teve seus trabalhos iniciados em Fevereiro de 2013, após a posse da nova gestão municipal com a formação de um grupo instituído pela Portaria nº 80.084/13, envolvendo várias Secretarias Municipais e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA).



A proposta de trabalho previu a elaboração de quatro produtos: Diagnóstico; Prognóstico, Objetivos e Metas; Ações Programadas e Metas; e Relatório Final com Minuta do Decreto de instituição do Plano (Decreto Municipal nº 18.199/13).

No 1º semestre de 2014, foram concluídas a elaboração do Decreto que cria o Grupo de Acompanhamento e a publicação do mesmo (Decreto nº 18.357/2014), a articulação das Pastas envolvidas nas atividades prioritárias do PMSB, a verificação das ações do Plano e a situação dos recursos orçamentários planejados em 2013.

Elaborou-se, no segundo semestre, o Relatório de Conjuntura, com os Informes de Linha de Base e a situação das atividades previstas no PMSB apresentados para o Sr. Prefeito.

### 3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH)



A Lei Municipal nº 12.787, de 20 de dezembro de 2006 instituiu a Política Municipal de Recursos Hídricos (PMRH) e estabeleceu normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos.

O Plano de Metas do Governo Municipal de Campinas prevê a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos – PMRH (protocolo 2014/10/48560). Para tanto, foi definido um Grupo de Trabalho (GT-PMRH), responsável pela elaboração do Plano, conforme a Portaria nº 82.275/2014 e coordenado por esta SVDS.

A Semana do Meio Ambiente de Campinas/SEMEIA foi o marco inicial para a elaboração do PMRH, quando em 04 de junho de 2014 lançamos a primeira oitiva da sociedade por meio de uma consulta aos especialistas, o 1º *Workshop* "Subsídios para Elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH de Campinas".



Foto do Workshop, realizado na SEMEIA 2014

As percepções dos especialistas captadas no evento subsidiaram a definição dos temas-chaves a serem abordados no planejamento dos recursos hídricos inseridos no território municipal. Mas, mais do que isso, o *Workshop* redirecionou o Controle Social do PMRH, propondo oficinas participativas em substituição à 1ª Audiência Pública. Conseqüentemente, o segundo semestre de 2014 ocupou-se em realizar por 7 oficinas, cinco alocadas nas bacias hidrográficas e duas setoriais (setor rural e industrial).

# Convite

## OFICINAS PARTICIPATIVAS DO PMRH

**O que é PMRH?**  
É o sigla para o Plano Municipal de Recursos Hídricos. Um instrumento de gestão previsto na Lei Municipal nº 12.767/06, que institui a Política Municipal de Recursos Hídricos. O PMRH tem por objetivo propor ações de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos em Campinas.

**Por que realizar Oficinas Participativas?**  
A população deve dar as suas contribuições, no intuito de alinhar o planejamento da Administração Pública às demandas da sociedade civil. As oficinas serão descentralizadas, facilitando o acesso da população e promovendo discussões nas diferentes regiões de Campinas.

**Qual o objetivo das Oficinas Participativas?**  
Dentre os principais objetivos das oficinas, poder-se destacar a inclusão e a participação da sociedade civil na elaboração do PMRH. Além disso, irá capacitar a população para participar da audiência pública, que irá debater o plano, e permitirá a troca de informações entre os técnicos do grupo de trabalho e a população de cada região.

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES**

01	Anhumas	07/10	EMEF Raúl Pils	R. Promissão, 250 - Id. Flamboyant
02	Atibaia	20/10	Subprefeitura de Joaquim Egídio	R. José Ignácio, 11 - Centro
03	Quilombo	04/11	EMEF Dr. João Alves dos Santos	R. Manoel Thomaz, 268 - V. Boa Vista
04	Capivari I	11/11	EMEF Geny Rodrigues	Av. das Amoreiras, 1.430 - São Bernardo
05	Capivari II	18/11	EMEF Zefelino Vaz	R. José Augusto de Mattos, s/n - Vila União

**REALIZAÇÃO**

SECRETARIA DE CAMPINAS  
Um novo tempo para nossa cidade

SVDS

INSTITUTO CAMPINEIRO DE SANEAMENTO

SANASA

Email: meioambiente@campinas.sp.gov.br  
Telefone: 19 276 0867



Atualmente, o diagnóstico do PMRH está em fase de elaboração, sendo que a fase de contextualização municipal e levantamento de dados para subsídios ao Plano está concluída e publicada desde 20/12/2014.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>.

### 3.1.1.3. Plano Diretor (PD) e Lei de Uso e Ocupação (LUOS)

A revisão do Plano Diretor tem sido considerada sob a perspectiva integradora dos outros Planos. O fechamento do diagnóstico dos Planos de Recursos Hídricos e do Verde subsidiará o Plano Diretor com dados espacializados do panorama ambiental para a Campinas que queremos.

A SVDS tem participado ativamente das oficinas e reuniões promovidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN), que é a responsável pela coordenação da revisão da LUOS e do Plano Diretor.

#### 3.1.1.4. Regulamentação no Âmbito Municipal para a Utilização de Água de Reúso

Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica I<sup>42</sup> e atendidas as diretrizes contidas na Resolução CNRH no 54/2005 e Deliberação CRH no 156/2013 foi publicada a Resolução SVDS no 09, de 30 de agosto de 2014 que possibilitou a utilização da água de reúso no Município de Campinas, visando garantir a confiança e ampliação deste tipo de alternativa de oferta hídrica.

As águas advindas de reúso podem ser utilizadas para várias finalidades: irrigação de jardins, limpeza de vias, automóveis e outros que não exijam o contato e consumo humano. Um exemplo claro é a parceria da SANASA com o Corpo de Bombeiros para a utilização de água de reúso no combate aos incêndios, de alta relevância ambiental em especial em períodos de estiagem como o atual.

O art. 10 desta Resolução previa que a SVDS coordenaria uma comissão técnica multidisciplinar, composta por especialistas da área de meio ambiente, saúde e saneamento básico, dentre outros, para a definição dos critérios, parâmetros, valores e procedimentos que viabilizassem o uso deste tipo de água, de forma segura, no Município de Campinas.

Essa comissão, formada pelos técnicos da SVDS, elaborou, com base em publicações científicas, as análises e os parâmetros mínimos necessários para viabilizar o uso da água de reúso no Município de Campinas. Duas reuniões técnicas também foram realizadas com a equipe técnica da SANASA.

Por se tratar de um tema essencial para o combate à crise hídrica, sendo assim, de grande importância para o Município, a Secretaria optou por buscar a opinião dos munícipes sobre o tema. Para tal, foi realizado um evento intitulado de "Workshop para Apresentação de Propostas e Definição dos Critérios, Parâmetros e Valores de Qualidade de Água de Reúso, a fim de Estabelecer Regras Gerais para a prática de Reúso Direto Não Potável de Água, Proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de Sistema Públicos para Usos Múltiplos no Município de Campinas".

O convite foi enviado para os Secretários da Prefeitura Municipal de Campinas, Vereadores da Câmara Municipal de Campinas, docentes da Universidade de São Paulo (USP),

---

<sup>42</sup> Confira a informação: <http://www.sanasa.com.br/conteudo/galeriaInterna.aspx?nroi=605>

Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Julio de Mesquita (UNESP), Universidade Pontifícia Católica de Campinas (PUCC), Universidade Paulista (UNIP), CETESB, SANASA, CIESP, FIESP, ARES PCJ, DAE de Jundiaí, Corpo de bombeiros de Campinas e Consultorias.

O evento aconteceu no Salão Vermelho da Prefeitura de Campinas, no dia 27 de junho de 2014, no período das 14 às 17h e contou com 45 inscitos, dentre eles funcionários da SANASA, CIESP, FIESP, ARES PCJ, DAE de Jundiaí, Corpo de Bombeiros de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, Estudantes, Consultorias, dentre outros.

Na oportunidade, a SANASA fez duas apresentações sobre o tema. A primeira, destacando o período crítico de escassez hídrica atual, e a segunda, uma apresentação demonstrando a eficiência do sistema de tratamento da EPAR Capivari II. Em seguida, a SVDS fez a apresentação dos parâmetros mínimos propostos que devem ser avaliados para garantir segurança no uso de água de reúso.

Foram feitos 13 questionamentos aos membros da Mesa e respondidos no evento, bem como por meio de publicação no site da SVDS.

O CIESP-Campinas se mostrou interessado em participar da redação da nova proposta de Resolução, assim como a SANASA. Dessa forma, o texto final da nova Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 09, de 31 de julho, de sobre uso de água de reúso em Campinas foi publicada no Diário Oficial do Município nos dias 04, 05 e 06 de agosto e está em vigor.

### *3.1.1.5. Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais*



Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica I, foi assinado o “Autorizo” pelo Sr. Prefeito Municipal para a elaboração, sob a coordenação da SVDS, de Projeto de Lei que instituirá o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

A futura lei irá embasar o Sistema Municipal de Incentivos a Serviços Ambientais, definirá, entre outros, os instrumentos de gestão e financeiros para fomentar investimentos privados em ações de recuperação e manutenção de bens ambientais estratégicos, como a água, com o destaque para o pagamento a proprietários de áreas pela conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares. As prováveis fontes de recursos (estimados inicialmente em R\$ 1 milhão/ano após 2015) serão os Fundos Municipais PROAMB e FUNDIF - Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos e Termos de Ajustamentos de Conduta-TACs.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/pagto-serv-ambientais.php>

### 3.1.2. Implementação de Políticas Públicas (Diretrizes, Análises Prévias e GAPE)

Na área de Planejamento Ambiental são recebidos Protocolos de vários assuntos, sendo que destacamos os seguintes:

- Análises de levantamentos planialtimétricos para emissão de diretrizes ambientais, visando o cadastramento de glebas, ou revalidação das mesmas;
- Análises prévias de loteamentos;
- Análises do Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE);
- Outros: certidões gráficas, incidência de Área de Preservação Permanente (APP), solicitação de imagens ou outros dados ambientais, declarações de áreas dentro de Área de Proteção Ambiental (APA) ou outra unidade de Conservação, doação de áreas para a Prefeitura, utilização de áreas públicas, entre outros.

Segue demonstrativo de entradas e saídas de protocolos no semestre. Observa-se que existe um passivo histórico de protocolos. Contudo, a relação de entradas e saídas atuais pode ser considerada equiparável (não incrementando de forma significativa o passivo) e adequada. Importante ressaltar que a maioria dos protocolados carecem de comparecimento do interessado e, portanto, o tempo de conclusão de um protocolo pode ser estendido, já que fica suspensa a análise durante a convocação.

#### Quadro síntese de protocolos 2014

Mês	Entradas	Saídas
Janeiro	112	114
Fevereiro	57	74
Março	74	60
Abril	55	58
Maio	82	87
Junho	86	92
Julho	49	57
Agosto	81	95
Setembro	56	61
Outubro	37	45
Novembro	70	78
Dezembro	39	43
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>864</b>

#### 3.1.2.1. Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais

A Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais abrange questões de Governabilidade e Gestão de Tecnologia da Informação, Infraestrutura Documental, Infraestrutura de Dados Geoespaciais e Capacitação, ou seja, abarca muito mais do que as duas atividades previstas no Plano de Metas para o exercício de 2014 (1º Semestre), além de se estender a outras Secretarias, tais como a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A Governabilidade e Gestão de TI, assim como a Infraestrutura Documental das Diretrizes Ambientais, consiste em definir a cadeia de informações e a estrutura de armazenamento dos dados tanto na *intranet* como nos procedimentos. Atualmente, esta ação encontra-se em andamento, através da proposta de reestruturação do diretório local, para melhor acessibilidade e consulta dos pareceres por toda a SVDS.

A Infraestrutura de Dados Geoespaciais não foi iniciada, mas será elaborada em parceria com a Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TelA), integrado à Infraestrutura de Dados Espaciais da PMC e escorado na fotointerpretação do levantamento 1:1.000 da PMC em desenvolvimento pelo DIDC/SEPLAN.

Está em elaboração do Manual para Lançamento de Diretrizes Ambientais orientado para os próprios técnicos da SVDS e posteriormente o material será divulgado para o público em geral sobre como definir as diretrizes ambientais.

### 3.1.3. Desempenho Ambiental

Dando continuidade à orientação de gestão por indicadores e metas de sustentabilidade, no ano de 2014 a SVDS está participando do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, participa do Programa Cidades Sustentáveis, sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, apresentou relatório para o CDP Cities, de âmbito internacional, e retomou o cálculo do Índice de Desempenho Ambiental, em âmbito municipal.

#### 3.1.3.1. Programa Município VerdeAzul - PMVA

Após o significativo avanço em 2013 no *ranking* do Programa Município VerdeAzul - PMVA, quando saltamos da 220ª para de início 14º e depois para a 16ª posição, em 2014 adotou-se uma abordagem pragmática, priorizando o atendimento aos critérios não pontuados em 2013.



"Município Verde Azul" contempla Prefeitura com um triturador de galhos  
Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22666>



Além da certificação, Campinas foi contemplada com um triturador de galhos, no valor de R\$ 200 mil<sup>43</sup>.

Com a reedição do Grupo de Trabalho, por meio do Decreto nº 18.210, de 19 de dezembro de 2013, foram criados dois grupos: um Grupo Gestor, composto pelas Secretarias e órgãos com maior interface com as diretivas do programa, e um Grupo Técnico, contando com todas as demais Secretarias que de alguma forma podem contribuir para o atendimento dos critérios. Dessa forma, procurou-se uma redistribuição das responsabilidades, de modo que as áreas com maior afinidade às diretivas se encarreguem da elaboração dos respectivos Relatórios de Gestão Ambiental, para posterior compilação pela SVDS.

Até o momento, foram realizadas 05 reuniões setoriais, além da primeira reunião geral para apresentação do Ciclo 2014 do programa. Foram encaminhados ofícios às Secretarias detentoras das informações, solicitando envio de relatório preliminar até o final de julho e relatório final até o fim de agosto, de modo que o mês de setembro seja utilizado exclusivamente para formatação e alimentação dos dados na plataforma do PMVA.



Campinas comemora o segundo ano de bom posicionamento no Programa Município VerdeAzul

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25538>

### 3.1.3.2. Programa Cidades Sustentáveis – PCS

A participação do Município de Campinas no Programa Cidades Sustentáveis em 2013 foi bastante significativa. Após a inserção dos 75 indicadores na plataforma (sendo 68 deles com metas para 2016), foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA

<sup>43</sup> Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22666>

um sistema de acompanhamento desses indicadores, o Sistema IMG<sup>44</sup>. Todos os órgãos da administração direta e indireta comprometeram-se a atualizar os indicadores sob sua responsabilidade utilizando esse sistema.



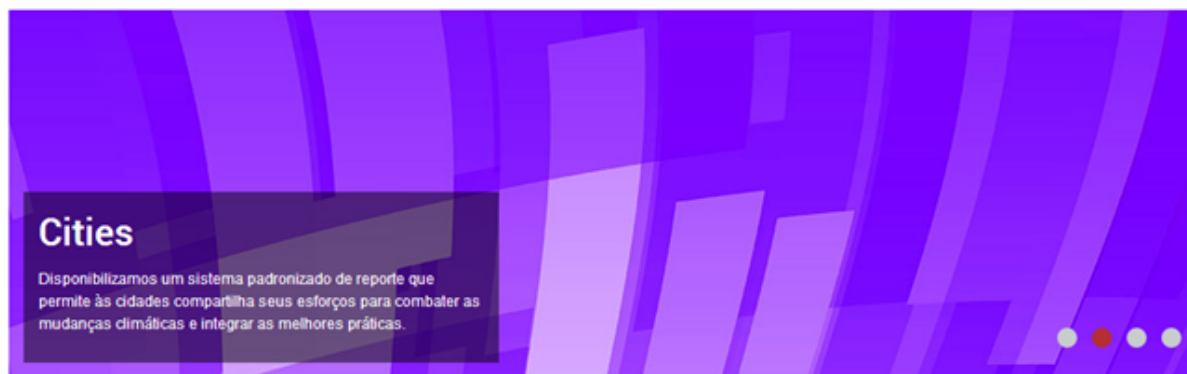
Em 2014, além da atualização continuada da plataforma, houve a reestruturação do Grupo de Trabalho responsável pelo Programa Cidades Sustentáveis. Nessa nova versão, o Gabinete do Vice-Prefeito assumiu a coordenadoria do PCS, focando na elaboração de um Observatório Cidadão, no qual a população terá acesso aos indicadores e metas do programa. O desenvolvimento do Observatório está sendo realizado pela IMA. A SVDS presta assessoria nesse processo.

### 3.1.3.3. CDP Cities

O CDP Cities<sup>45</sup> é uma plataforma global de relatório voluntário de mudanças climáticas para os governos municipais. O programa oferece a oportunidade de divulgação das emissões de gases de efeito estufa, os riscos das mudanças climáticas e estratégias de adaptação adotadas em âmbito municipal.

<sup>44</sup> Fonte: <http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/SP/campinas>

<sup>45</sup> Para maiores informações, acesse: <http://www.cdpla.net/pt-br/noticias/cidades-brasileiras-buscam-acoes-de-sustentabilidade>



**CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos fornecendo o único sistema global para empresas e cidades de medir, divulgar, gerenciar e compartilhar informação ambiental vital.**

Trabalhamos com as forças do mercado para motivar as empresas a divulgar seus impactos sobre o meio ambiente e os recursos naturais e tomar medidas para reduzi-los. CDP agora detém a maior coleção mundial de mudanças climáticas primário, água e informações de risco florestal e coloca essas idéias no coração do negócio estratégico, de investimentos e decisões políticas.

Pelo segundo ano consecutivo, Campinas foi convidada a apresentar o seu relatório. Em 2014, Campinas optou por apresentá-lo na modalidade pública, compondo assim o relatório final do programa, finalizado em julho de 2014.

#### 3.1.3.4. Índice de Desempenho Ambiental – IDA

Criado por meio da Lei nº 12.585, de 28 de Junho de 2006, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) tem como objetivo a aferição do padrão de gestão do Município em relação ao meio ambiente. Definido em artigo científico de autoria de seus idealizadores como um “instrumento quantitativo para facilitar o acompanhamento das responsabilidades municipais sobre o meio ambiente”, constitui-se, portanto, ferramenta para verificação de como a administração municipal tem tratado a questão ambiental e, principalmente, para definição de políticas públicas que visem à sustentabilidade.

Após as edições de 2007 e 2010, o cálculo do IDA foi retomado agora por iniciativa da SVDS. Durante o primeiro bimestre de 2014, foi realizado o relatório preliminar do IDA 2013. Este relatório foi então encaminhado às pastas afins para validação dos dados, e no momento encontra-se sob análise.

#### 3.1.4. Interfaces

Cabe a CPGA dar suporte a toda a SVDS e a PMC nos temas relacionados às diretrizes ambientais e elaboração de Planos, Indicadores e Análises de Desempenho, dentre outros. Conforme as suas competências descritas na Lei Complementar nº 59/14, 79% das atividades tem interface com outras Pastas desta Prefeitura e 21% referem-se às atividades que permeiam outras diretorias e coordenadorias da SVDS.

#### 3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - C-TelA

Neste primeiro ano de existência da Coordenadoria, os esforços da equipe se concentraram no levantamento e organização dos dados existentes na Secretaria e, principalmente, no suporte às diferentes áreas e demandas dos Departamentos.

Um grande esforço ainda está sendo realizado no sentido de organizar e estruturar a equipe de forma a melhorar o atendimento ao público interno e externo.

Como a nossa atuação é transversal aos Departamentos e Coordenadorias, grande parte do nosso trabalho é dentro de ações de responsabilidade de outras coordenadorias, como por exemplo:

##### ✓ ***Apoio ao Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH):***

Os técnicos da C-TelA acompanham o andamento do PMRH participando das reuniões do Grupo de Trabalho; auxiliando na estruturação do Plano; colaborando na realização do Workshop "Subsídios para o Plano Municipal de Recursos Hídricos - Campinas/SP" realizado em 04 de Junho de 2014 nas dependências do Centro de Conhecimento da Água/CCA/SANASA; e estruturando o Sistema de Informação Georreferenciada (SIG) do Plano.

No segundo semestre de 2014, a equipe da C-TelA participou das sete Oficinas Participativas realizadas pela coordenação do PMRH, tanto na concepção e preparação (reuniões, elaboração dos mapas, visitas de campo), nas próprias oficinas (logística, suporte, atendimento ao público, preparação do local, mediação e relatoria) e também no

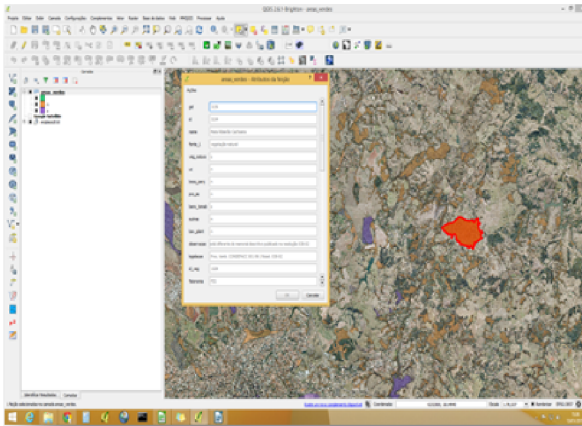
tratamento dos dados obtidos após as Oficinas (georreferenciamento dos mapas, elaboração dos mapas-síntese, criação de plataforma on-line para visualização).

Além das Oficinas, a coordenadoria ajudou na elaboração do documento contendo os Subsídios para a elaboração do diagnóstico, preparando mapas e figuras do texto. Ao todo foram elaborados 106 mapas e figuras, além de camadas vetoriais que foram criadas a partir dos dados da SANASA, CETESB, DAEE, entre outros, e camadas adaptadas e modificadas (Mapa Geológico do IG, Hidrografia do IGC). Foram grandes os esforços para realizar tais trabalhos, pois muitos dados disponíveis encontravam-se em formatos inadequados ou incompletos.

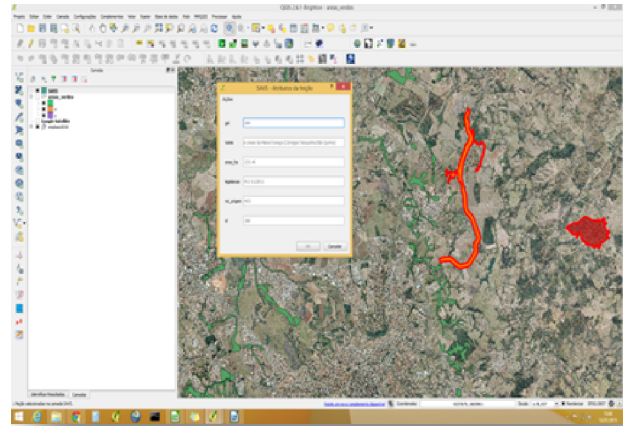


✓ **Apoio ao Plano Municipal do Verde (PV):**

Os trabalhos ligados ao PV ficaram concentrados na validação das camadas chamadas de Sistema de Área Verde – SAV presente nos planos locais e a construção e validação da camada "Áreas Verdes" onde um Banco de Dados foi associado aos polígonos existentes para indicar as diferentes tipologias como parques, unidades de conservação, bens tombados, estudos de tombamento ou praças.



Camada - Áreas Verdes



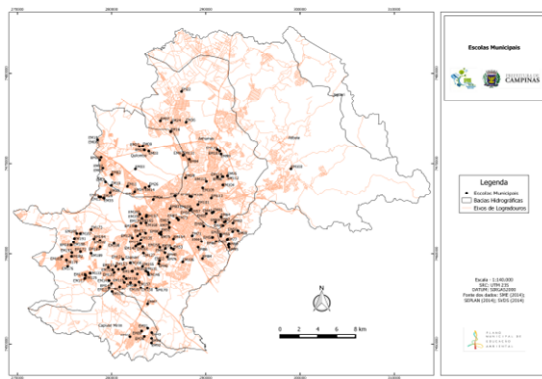
Camada - SAV

✓ ***Apoio e participação na equipe do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA):***

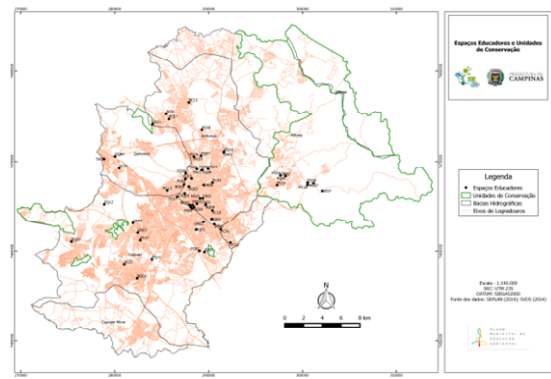
A partir de pesquisa de informações, principalmente junto às Secretarias de Educação Municipal e Estadual; ao Ministério da Educação e Cultura; dados já existentes no Banco de Dados georreferenciado compartilhado entre a SEPLAN e a SVDS; e utilizando o programa Quantum GIS 2.6 aliado à ferramenta de Geocodificação de Endereços foram gerados 12 mapas para as listagens obtidas, tendo como base as bacias hidrográficas do município.

As categorias contempladas foram Escolas Municipais (total e por Núcleos de Ação Educativa Descentralizada – NAEDs), Escolas Municipais Selecionadas com trabalhos de Educação Ambiental, Escolas Estaduais, Espaços Educadores e Unidades de Conservação, Escolas Particulares, Cursos de Graduação e Centros de Saúde.

Paralelamente ao apoio para o início da implantação do Banco de Dados georreferenciado descrito acima, participamos das reuniões e discussões do Grupo Técnico de Educação Ambiental para a elaboração do PMEA, que trataram principalmente do Diagnóstico Estratégico SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), Missão, Avaliação da Articulação Institucional, Cronograma e Encaminhamentos.



Escolas Municipais



Espaços educadores e Unidades de Conservação

✓ **Participação na análise e elaboração do ETM do Aeroporto de Viracopos.**

Sob responsabilidade do Departamento de Licenciamento Ambiental, a participação da C-TelA consistiu na organização do texto e na elaboração de pareceres sobre áreas relacionadas à formação da equipe.

O texto integral pode ser acessado no endereço:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/ampliacao-viracopos.php>

✓ **Atualização do sistema de Licenciamento Ambiental On Line (LAO).**

Ação também sob responsabilidade do Departamento de Licenciamento Ambiental na qual a C-TelA participou na discussão de novos parâmetros e andamentos de análise de processo necessários para a adequação do sistema à LC nº49/2013 e Decreto Regulamentador nº 18.306/2014.

O sistema está disponível ao público no endereço:

<https://lao.campinas.sp.gov.br/>

✓ **Elaboração e manutenção do Portal Animal e Sistema de cadastramento de Fauna Doméstica - Arquimedes:**

Atuando como suporte ao Departamento de Bem-Estar Animal (DPBEA), a equipe da C-TelA auxiliou na construção do portal, com suas funcionalidades de adoção de animais,

divulgação de notícias e eventos, divulgação de animais achados e perdidos, e sobre informações completas de animais da fauna silvestre presentes em nossa região.

O portal está disponível para acesso no endereço:

<https://portalanimal.campinas.sp.gov.br/>

O Sistema Arquimedes está sendo desenvolvido como um sistema de cadastramento da fauna doméstica de Campinas, atualmente em fase de testes e será disponibilizado ao público no ano de 2015.

Com informações completas sobre os animais o sistema possibilita ao Município a criação e um Banco de Dados completos sobre a fauna doméstica, facilitando ações de controle, fiscalização e de criação de políticas públicas.

✓ ***Participação na elaboração do PL - Pagamento por Serviços Ambientais:***

A Prefeitura de Campinas lançou no ano de 2014 um conjunto de ações com a finalidade de combater a crise hídrica e de dar à população uma resposta à necessidade de enfrentamento do problema de escassez hídrica pelo qual passamos. Uma dessas ações é a elaboração do Projeto de Lei para Pagamento por Serviços Ambientais (PL-PSA), sob responsabilidade do CPGA - DVDS, mas que teve na equipe da C-TelA o apoio nas discussões para elaboração do texto enviado para a Câmara de Vereadores.

Informações complementares podem ser encontradas no endereço:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/pagto-serv-ambientais.php>

✓ ***Participação na elaboração e no grupo de acompanhamento da Resolução SVDS/SMS nº 9 sobre a utilização de água de reúso:***

Outra ação constante no Pacote da Crise Hídrica que teve apoio da equipe da C-TelA foi a regulamentação da Resolução SVDS/SMS nº 9 que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para o reúso direto não potável de água proveniente de estações de



tratamento de esgotos (ETEs) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas.

A resolução pode ser acessada no endereço:

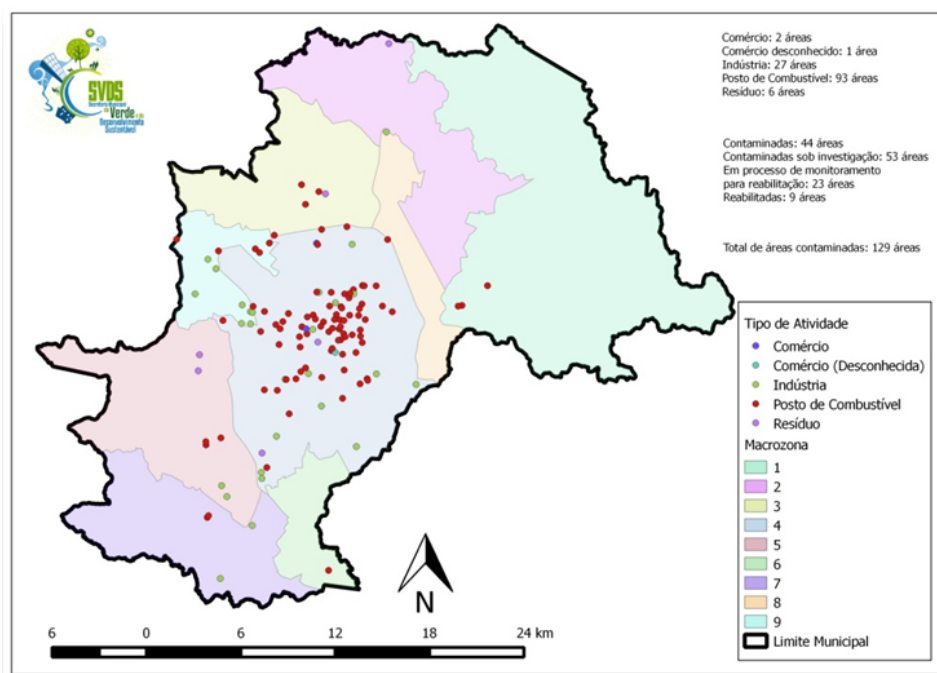
<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127153>

No entanto, outras ações são de nossa responsabilidade, dentre as quais destacamos:

✓ **Atualização e disponibilização da lista de áreas contaminadas da CETESB:**

Desde 2013 atualizamos e disponibilizamos aos técnicos da PMC as informações referentes às áreas contaminadas descritas e identificadas pela CETESB no seu relatório anual.

No ano de 2014 a listagem de áreas contaminadas informou a existência de 129 áreas, as quais podem ser acessadas diretamente do Banco de Dados da SEPLAN.



Até o fechamento deste Relatório a CETESB não havia disponibilizado o novo relatório contendo as informações para o ano de 2014, sendo portanto, as informações de 2013 as últimas.

✓ ***Levantamento junto à CETESB das plumas de contaminação das áreas contaminadas:***

Buscando a melhoria contínua nos nossos procedimentos, em 2014, buscamos analisar os processos junto à CETESB de áreas contaminadas do Município de Campinas, de forma a entender como se dão os encaminhamentos dos processos e as informações sobre as plumas de contaminação dessas áreas. Com isso, pretendemos criar, em conjunto com a CETESB, um protocolo para troca dessas informações e assim disponibilizar nas fichas informativas emitidas pela SEPLAN as informações das plumas.

✓ ***Sistematização das anuências de cessão de materiais e produtos da SVDS para trabalhos acadêmicos:***

Em 2014, iniciamos os procedimentos para fornecimento dos materiais elaborados pela SVDS ao público. No ano de 2015, pretendemos consolidar esses procedimentos, a partir das experiências obtidas, e divulgar ao público os procedimentos para solicitação desses materiais.

✓ ***Solicitação de anuências para utilização de materiais para uso pela equipe da SVDS, formalizando e regularizando o uso dos dados oriundos de outros órgãos, como o mapa pedológico da EMBRAPA e o mapa geológico do IG.***

✓ ***Início da elaboração do Atlas Ambiental:***

O Atlas é uma demanda do Orçamento Participativo que está sendo elaborada pela equipe da C-Tela. No ano de 2014, foi definida uma estrutura, o conteúdo a ser trabalhado e a forma de disponibilização ao público. Foram iniciados os trabalhos de elaboração dos mapas e dos textos, porém com a crescente demanda dos Planos Municipais os trabalhos referentes ao Atlas estão no aguardo.

✓ ***Migração do servidor atual (Lothar) para o novo servidor Monet:***

Com o crescimento da SVDS e das suas demandas, as necessidades de maiores, melhores e mais seguros espaços virtuais também cresceu. Para dar um melhor suporte à equipe da SVDS, a C-TelA está trabalhando junto à IMA para a migração dos nossos arquivos e dados para um novo Servidor, denominado Monet. Nesse novo servidor, todos os técnicos da SVDS terão um espaço reservado exclusivamente à secretaria e a definição de acessos por perfis que garantirá maior segurança nos documentos emitidos.

✓ ***Organização, atualização e validação dos arquivos KML;***

Como é amplamente utilizado pelos técnicos da SVDS o *software* Google Earth para a visualização e espacialização de suas análises, a equipe C-TelA tem transferido a maior quantidade possível de camadas e *layers* para o formato .kml, compatível com o sistema.

Até o final de 2014, organizamos e validamos 39 camadas sobre os mais variados temas de necessidade dos técnicos. Entre essas camadas estão: Área contaminada (Mansões Sant. Antônio), Áreas de risco- IPT, ARIE Santa Genebra, Arvores Imunes ao Corte, hidrografia, limite urbano, UCs, Restrições Aeroportuárias, área do loteamento Abaeté e de sua restrição, etc.

Entendemos que a solução Google Earth, apesar de prática e educativa em geoprocessamento, é temporária. Estamos avaliando a elaboração e cursos e tutoriais para darmos aos técnicos da SVDS as condições para trabalharem diretamente no Quantum GIS, um SIG robusto, de fácil utilização e que possibilita a inserção de dados de forma muito mais completa do que o Google Earth.

✓ ***Organização das camadas da SVDS para suporte à elaboração do LUOS e Plano Diretor:***

A elaboração dos Planos Municipais coordenados pela SVDS tem gerado um conjunto de informações de grande importância para dar suporte às discussões da lei de Uso e Ocupação (LUOS) e do Plano Diretor coordenados pela SEPLAN. Para auxiliar nesse fluxo, o

C-TelA têm trabalhado como ligação entre as equipes das diferentes secretarias disponibilizando as informações para a SEPLAN que, por sua vez, integra essas informações aos seus trabalhos.

### 3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA

As ações relativas à Educação Ambiental, dado a sua inter e multidisciplinariedade, é elaborado com a participação de diversas áreas. A divulgação dos programas e ações voltadas a área de meio ambiente e educação ambiental são constantemente alimentados na página da Prefeitura Municipal de Campinas e na rede social do Facebook da Secretaria.

#### 3.3.1. Política Municipal de Educação Ambiental

A proteção, a recuperação e o manejo dos recursos naturais são uma das esferas que convergem sobre o homem em contraposição a degradação, a exemplo do desmatamento, do uso dos recursos acima da capacidade de suporte e da ocupação desordenada das cidades.

Neste cabo de guerra, ganha a educação, afinal é ela quem muda o mundo. A compreensão de causa e consequência, assim como a cultura ao inserir o indivíduo (ser empírico e individual) como parte integrante do meio ambiente em que se vive o transforma em sujeito/naquele ser ecológico. Neste âmbito propomos em 2014 a Política de Educação Ambiental do Município de Campinas.

Foi criado o Grupo Técnico Municipal, instituído pelo Decreto Municipal no 17.885, de 27 de fevereiro de 2013, sendo composto por representantes, da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Sociedade de Água e Abastecimento de Campinas – SANASA; das Subprefeituras de Joaquim Egídio; Sousas; Nova Aparecida; Barão Geraldo; Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA); Conselho Gestor da APA Campinas (CONGEAPA); Conselho Municipal de Defesa Animal (CMDA); Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Cultura; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal da Saúde;

Fundação José Pedro de Oliveira; Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim; Embrapa; Instituto Agrônomo de Campinas; UNICAMP; PUC – Campinas e; Universidade São Francisco.

Para tanto foram realizadas várias reuniões e atividades, sendo no dia 13 de março de 2014, uma primeira versão do Projeto de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental passou a ser discutida no Grupo Técnico.

Após a realização de discussões entre os técnicos da SVDS, o GT e com a participação social por meio de oficina participativa e uma audiência pública a minuta final foi elaborada e enviada para a Câmara de Vereadores em 13/10/2014.

Em 06 de janeiro de 2015, foi aprovada a Lei nº 14.961 que institui a Política Municipal de Educação Ambiental no Município de Campinas<sup>46</sup>.

### 3.3.2. Plano Municipal de Educação Ambiental

O Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) começou a ser estruturado em agosto de 2014, com a definição de uma coordenação técnica específica e a participação ativa do Grupo Técnico (GT) instituído pelo Decreto Municipal nº 17.885, de 27 de fevereiro de 2013 e alterado pelo Decreto Municipal 18.240 de 24 de janeiro de 2014, a fim de ampliar o Grupo Técnico para alcançar atores de outras instituições e entidades dos diversos setores da sociedade e que partilham a gestão da Educação Ambiental: Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Sociedade de Água e Abastecimento de Campinas – SANASA; das Subprefeituras de Joaquim Egídio; Sousas; Nova Aparecida; Barão Geraldo; Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA); Conselho Gestor da APA Campinas (CONGEAPA); Conselho Municipal de Defesa Animal (CMDA); Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Cultura; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal da Saúde; Fundação José Pedro de Oliveira; Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim; Embrapa;

---

<sup>46</sup> Disponível no site: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1069803955.pdf>

Instituto Agrônomo de Campinas; UNICAMP; PUC – Campinas e; Universidade São Francisco.

Os princípios, objetivos e diretrizes do PME A são orientados pela Lei Municipal nº 14.961 de 06 de janeiro de 2014, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental no município de Campinas, e dá outras providências.

Nos meses de agosto e setembro o GT foi dividido em sub grupos e cada grupo trabalhou com questões específicas do diagnóstico. Em outubro foi apresentada ao GT e ao grupo de alinhamento dos planos da SVDS a primeira versão da proposta metodológica para condução e elaboração do PME A. Foi dado um prazo de 30 dias para revisões e complementações. No final de novembro foi feita um trabalho de imersão de dois dias inteiros do GT sobre esse documento e o resultado foi incorporado ao documento sistematizador e novamente submetido ao GT e ao grupo de alinhamento dos planos da SVDS, como solicitado pelo GT, no dia 22 de dezembro de 2014.

Um dos resultados do trabalho de imersão do GT foi a definição de 4 Programas primordiais para construção no PME A considerando que o Plano está em sua primeira versão. No dia 28 de novembro, em uma reunião com objetivos específicos, junto às Instituições que compõem a Coordenação Adjunta do PME A (instituído pelo Decreto nº 17.885/27/02/2013), foram definidas competências para cada instituição.

Assim, a UNICAMP ficou com a competência de conduzir o Programa de Educaomunicação; a FJPO com Espaços Educadores e CEAs; a SME com o de Formação de Educadores; e a SVDS com o de Monitoramento e Avaliação. O COMDEMA não esteve presente nessa reunião, mas comprometeu-se a acatar o que ficasse decidido entre as representações presentes. E as ações pensadas para o COMDEMA foram a de facilitar a articulação e envolvimento do setor produtivo no processo de elaboração do PME A.

A conclusão do PME A está prevista para dezembro de 2015, em que um processo de participação social deverá ocorrer para a construção de cada um desses Programas.

### 3.3.3. Educação Ambiental com Escolas e Centros de Saúde

Diversos projetos foram realizados em conjunto com as escolas do Município de Campinas, entre elas destacamos o Projeto Guardiões da Natureza.

Nas atividades do Projeto Guardiões da Natureza foram atendidas aproximadamente 10.000 crianças e adultos, 50 escolas e instituições, em 42 bairros e realizando o plantio de 480 mudas de árvores nativas. O principal público participante foi composto por crianças e jovens de 3 a 14 anos de escolas públicas e particulares e instituições de ensino, adultos moradores de comunidades atendidas, idosos ou melhor idade participantes ou não de outros programas da Prefeitura Municipal de Campinas. Locais de Atendimento: Biblioteca Infantil Monteiro Lobato no Bosque dos Italianos, Bairro Castelo, CRAS Vida Nova e Centros de Saúde.



Atividades de educação ambiental com vários segmentos da sociedade

Outra ação desenvolvida por meio de palestras, oficinas, cinema ambiental, peças de teatro e viveiro de mudas, foi realizada na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato - situada no Bosque dos Italianos Guanabara. A Biblioteca possui um acervo de mais de 8 mil livros infanto-juvenis, além de uma gibiteca com 5 mil exemplares, um acervo de livros ambientais no cantinho verde, 17 audiolivros e 20 livros em Braille além uma brinquedoteca com cerca de 400 brinquedos. Nessa ação foram atendidas aproximadamente 9.000 crianças de 03 a 14 anos.

#### 3.3.4. Hortas nas Escolas



Realizada principalmente nas localidades de:

- ✓ Instituição Padre Haroldo Rahm, Rua Dr. João Quirino do Nascimento, 1601;
- ✓ APAS Associação Presbiteriana de Ação Social, Rua Paula Crespaldi Valério 71, Sousas;
- ✓ Escola Maria Pavanatti Favaro, Avenida José Oliveira Carneiro - Jardim São Cristóvão;
- ✓ Instituto Norberto de Souza Pinto, Rua Dr Miguel Penteadado 787 Guanabara;
- ✓ Biblioteca Guilherme da Silva.R. Cb. Oscar Rossin 63- Sousas.

A ação atendeu a um público de 350 crianças e adultos de instituições de ensino e assistenciais.



### 3.3.5. Educação Ambiental com plantio de árvores

Atividades de plantio realizadas nas escolas públicas municipais apontadas pela SME e estaduais que já recebiam apoio do Projeto Guardiões da Natureza com atendimento direto de 1.200 crianças e adolescentes, com apoio do DPJ - Secretaria de Serviços Públicos, que durante o ano doou aproximadamente 600 mudas tendo como objetivo a Educação Ambiental através do manuseio das mudas de árvores pelos alunos e estoque de sementes.



### 3.3.6. "A Mata Atlântica é Aqui"



Segundo dados da ONG SOS Mata Atlântica<sup>47</sup>, entre 2012 e 2013, entorno de 239 Km<sup>2</sup> de remanescentes florestais de Mata Atlântica foram desmatados nos 17 que possuem este bioma, refletindo um aumento de 9% em relação ao período anterior (2011-2012). Nesse sentido, a SVDS vem realizando várias ações com foco na Educação Ambiental das Áreas de Preservação Permanente.



Desde o início do ano de 2014, com a criação da Coordenadoria de Educação Ambiental (DVDS/SVDS), foram intensificados os trabalhos de educação ambiental principalmente referente a questão da água junto a população. Essas atividades são uma resposta à proatividade dos municípios que solicitam ações preventivas e educativas, além de denunciar a poluição e degradação ambiental dos corpos hídricos, áreas verdes e, sobretudo, das Áreas de Preservação Permanentes- APPs.

Dando continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado em 2013 pela SVDS, no ano de 2014 foram visitadas pela CPEA trinta e oito pontos localizados em APPs, sendo a maioria em área urbana. Nos pontos visitados foi possível observar a existência de nascentes degradadas e aterradas. A partir dessas visitas foi elaborado um cronograma de ações em conjunto com a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS e procedimentos para encaminhamento das denúncias quando for constatado a existência de crime ambiental.

Locais de visitados: Bairro São Bernardo; Bairro Satélite Iris; Campo Belo; Córrego Mato Dentro; Córrego Taubaté; Gargantilha e Carlos Gomes; Jardim do Trevo; Jardim Lisa; Jardim Marisa; Jardim Míriam; Jardim São Bento; Joaquim Egídio; Lagoa do Taquaral;

<sup>47</sup> <http://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes>

Nascente do córrego 14 Bis; Parque das águas; Parque Itajaí; Parque Jambeiro; Parque Municipal do Campo Grande; Parque São Bento; Ribeirão das Anhumas; Ribeirão das Pedras; Ribeirão Quilombo; Ribeirão Viracopos; Rio Atibaia; Rio Capivari; Rio Capivari Mirim; Sousas; Vila Olímpia.

As atividades realizadas foram:

✓ **Rio Atibaia:** Os Distritos de Sousas e Joaquim Egídio pertencentes ao Município de Campinas estão localizados dentro da APA Municipal a região é hidrograficamente muito rica, tendo centenas de nascentes e corpos de água. Uma série de ações foram realizadas com instituições dos distritos visando sempre a manutenção e cuidado das APPs, como Caminhadas ecológicas, produção e plantio de mudas nativas, Horta Educativa, mutirão de limpeza das matas ciliares, Eventos comemorativos, Dia da Água, Dia do Índio, Semana do Meio Ambiente, Semana da Árvore, Marcha pela Paz. Reviva o Atibaia, todos com grande mobilização da População local.

✓ **Ribeirão Viracopos:** A associação de moradores do Bairro Planalto de Viracopos Procurou a PMC para tratar de questões socioambientais do local, que possui cerca de 7 bairros. A primeira vistoria foi feita em março de 2013, em conjunto com o BAV e SMSP o local foi totalmente revitalizado. Atendendo a demanda a área foi escolhida pra receber um projeto proveniente do Banco de Áreas Verdes (BAV) com a recuperação de equipamento de praça com 14.000 m<sup>2</sup>. Foi formado um grupo de Guardiões da Natureza, que atuarão como multiplicadores ambientais e na mobilização da população, são atendidas crianças da Escola Maria Pavanatti Fávaro e Antônio da Costa Santos além de jovens de grupos de igrejas Católicas e evangélicas, será criado um viveiro educador as margens do Ribeirão em que as mudas serão utilizadas na sua recuperação. As crianças já participaram de atividades no CEA da Biblioteca Infantil, Parque das Águas e agora com a vinda do Parque Ecológico para o Município ampliaremos as atividades junto as associações de bairro e escolas publicas municipais



✓ **Córrego 14 Bis:** Atendendo a Demanda da população foi promovida uma reunião com a comunidade para discussão dos problemas socioambientais da região, há uma ocupação (Jardim Telesp), nas margens do Córrego 14 Bis, cujo nome foi informado no mesmo processo de pertencimento, conhecer para cuidar. Foi apurado que existe uma nascente no local e proposto um plano de um GT de ação intersetorial coordenada pela SANASA com acompanhamento da Secretaria de Relações Institucionais para preservação e recuperação da nascente e do córrego, a fiscalização de crimes ambientais, ações de saúde, e ações de educação ambiental. Foram feitas palestras e atividades na E.M.E.F. Virginia Mendes Antunes de Vasconcelos que fica vizinho a nascente, será feita em outubro uma intervenção intersetorial no local, composta pelas Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência, Orçamento Participativo, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Relações Institucionais e SANASA. A SVDS vistoriou e autuou uma empresa que removeu e movimentou grande quantidade de terra próxima a APP citada. Há uma solicitação para que, se gerado um TAC, este seja compensado no próprio local.

✓ **Córrego Taubaté:** Foi proposto um conjunto de ações locais para a conscientização da população com intuito de minorar este problema. Foi proposto um Mutirão Ambiental de limpeza e promoção a saúde e bem estar, palestras preparatórias, e atividades externas sobre recursos hídricos, lixo, poluição, queimadas, e vetores de doenças. Ainda foi proposto trabalho artístico de grafiteagem em conjunto com a população em todas as ocasiões após a intervenção do BAV.



Com o tema “Sustente a Vida, Preserve a Água”, a Prefeitura de Campinas realizou de 30 de maio a 09 de junho, a Semana do Meio Ambiente – Semeia 2014 – em diferentes regiões da cidade. Os 11 dias de atividades programadas para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, foram idealizados para atingir público de todas as idades.

Través do site <http://bit.do/semεια2014>, ou direto nos locais das mais de 70 atividades espalhadas por todo o município, aproximadamente 30.000 pessoas participaram das atividades voltadas para a cultura e meio ambiente. Essas atividades contaram com o apoio de institucional e/ou logístico de quase todas as secretarias da Prefeitura de Campinas, fazendo da SEMEIA não somente um sucesso de público, mas também de integração e cooperação institucional.



**DR. MUNDI**  
E O NOSSO PLANETA ÁGUA

Dr. MUNDI, um cientista ambiental chega com sua super máquina de trans-pensamento em seu laboratório móvel com a missão de salvar o nosso PLANETA ÁGUA!  
(Espectáculo indicado para maiores de 5 anos)

**SEMEIA 2014**  
SEMANA DO MEIO AMBIENTE  
sustente a vida, preserve a água

**DIAS 07 E 08 DE JUNHO**  
Sábado e Domingo  
Teatro: 10h 11h 14h 15h 16h

**PARQUE PORTUGAL**  
Lagoa do Taquaral  
Portaria 5  
Campinas/SP

Entre as atividades mais concorridas destacamos as caminhadas, os passeios ciclísticos, as apresentações de teatro e cinema com temática ambiental, a feira de cultura e arte, a visita e trilha à Mata Santa Genebra, as palestras, a visita à Estação Ambiental e à APA Campinas, além de apresentações musicais com mais de 20 bandas. Também foi realizado durante a SEMEIA 2014 o 1º *Workshop* "Subsídios para Elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH de Campinas", marcando o início da elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, coordenado pela CPGA/SVDS.



Através do trabalho conjunto com as Secretarias Municipais de Cultura, Educação, Assistência, Saúde e Administração, a SVDS desenvolveu ações de Educação Ambiental transdisciplinarmente, atendendo as demandas da população identificadas e mobilizadas pelas secretarias parceiras.



Praça Beira Rio em Sousas



Atividade educação ambiental em Barão Geraldo



Teatro com temática Ambiental espetáculos durante toda SEMEIA 2014



### 3.3.8. Estação Ambiental de Joaquim Egídio



Foram desenvolvidas diversas atividades educativas ambientais na região da APA de Campinas como, por exemplo, atendimento a escolas públicas municipais e estaduais, ONGs, associações de moradores e instituições como Fundação Casa. Em 2014 recebemos reforço da Secretaria de Educação com a vinda da Prof<sup>a</sup>. Marcia Toledo.



Dentre as ações desenvolvidas na Estação ambiental, destacamos:

**1º Turma Coletivo Ambiental Jovens:** Grupo voltado para a realização de ações coletivas na região, com foco nas questões socioambientais que é resultado de uma parceria entre a estação ambiental/SVDS-PMC. A formação é destinada a crianças e jovens entre 10 e 18 anos de idade, que passarão a ser multiplicadores em educação ambiental. As oficinas

tiveram duração de três meses, com periodicidade de uma vez por semana, sempre das 14h às 17h. Ao final da formação emitidos certificados de participação de 45 horas.



Formação dos jovens do Coletivo Jovem Educador no dia 04 de dezembro de 2014 na Estação Ambiental de Joaquim Egídio.

Entre as atividades que foram desenvolvidas em 2014 durante o curso estão oficinas de música, dança, reaproveitamento de materiais recicláveis, agricultura sustentável, entre outros.

Foram realizadas também visitas monitoradas para a valorização e conhecimento do entorno e dos saberes locais dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, além de rodas de conversas com temáticas específicas e produção de materiais a partir das atividades realizadas.



Em 2014 formamos 63 jovens e, para 2015, oferecemos 30 vagas por turma. Interessados em participar devem entrar em contato com: Marcia Toledo e Claudia Esmeriz - [estacaoambiental@yahoo.com.br](mailto:estacaoambiental@yahoo.com.br); Telefone: (19) 3298- 6700.

### 3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV

A área do Verde foi criada com o objetivo de planejar as Áreas Verdes do município, desenvolver e implementar políticas públicas voltadas à esses espaços, conjuntamente com outros órgãos afins, otimizar o planejamento municipal relativo às áreas naturais com interface entre o planejamento e as compensações provenientes dos processos de Licenciamento Ambiental.

A Coordenadoria do Verde tem como escopo a conservação da biodiversidade, a conservação, a conexão dos fragmentos de vegetação nativa, criação e manejo de Unidades de Conservação, a recuperação de áreas verdes, a melhoria da qualidade ambiental do município e o aumento do contato da população com as áreas naturais. Para atingir tais objetivos, contamos como uma de nossas principais ferramentas o Banco de Áreas Verdes (BAV) que promove a recuperação de áreas verdes por meio do planejamento e destinação dos plantios compensatórios e ações socioambientais com instalação de equipamentos públicos de lazer em áreas públicas. À Coordenadoria do verde cabe planejar, coordenar, monitorar e orientar todos os procedimentos para consolidação dos Plantios compensatórios decorrentes do licenciamento Ambiental.

#### 3.4.1. Banco de Áreas Verdes - BAV



Após a finalização do licenciamento ambiental com interferência em áreas verdes (corte de árvore isolada, supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente, entre outros), os Termos de Compromissos Ambientais - TCAs firmados no Departamento de Licenciamento Ambiental são remetidos à Coordenadoria do Verde para indicação de

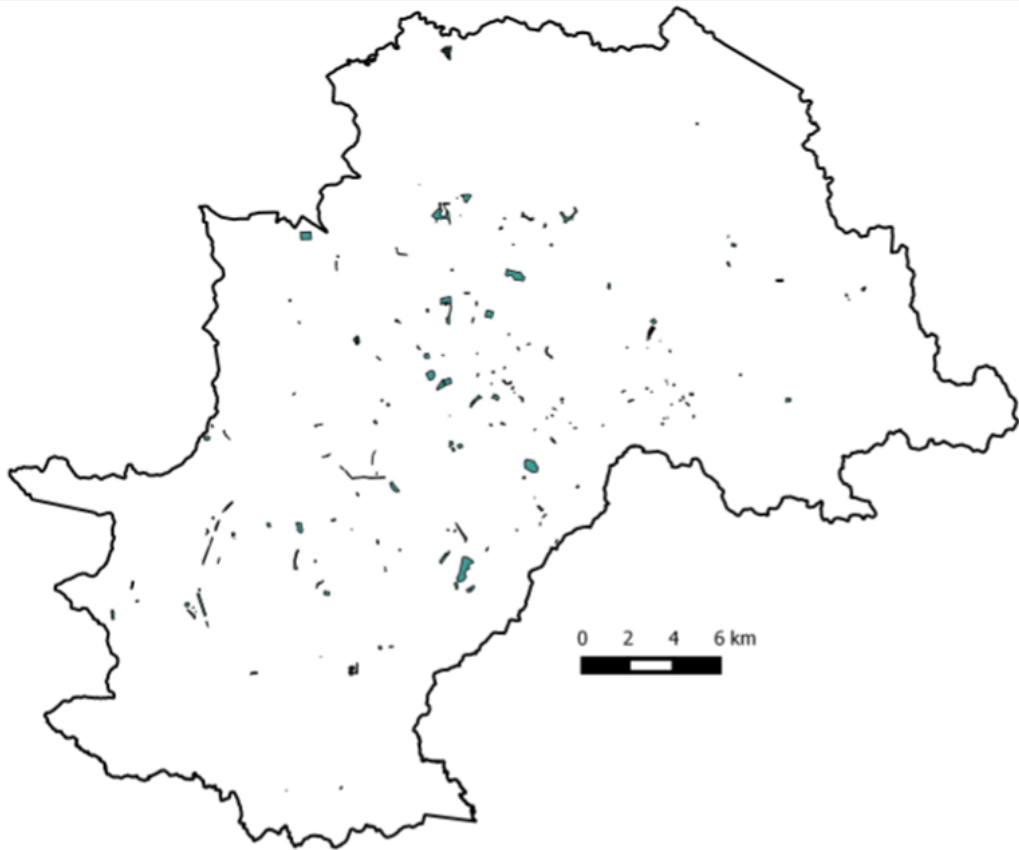
área, controle, acompanhamento e recebimento final das compensações ambientais previstas.

O BAV também direciona plantios decorrentes dos Termos de Conservação e Recuperação Ambiental (TCRAs) emitidos pelo licenciamento ambiental estadual e também direciona e acompanha plantios decorrentes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

No ano de 2014, foram emitidas 38 anuências para efetivação dos TCAs decorrentes do Licenciamento Ambiental. Com essas anuências para TCAs indicamos o transplântio de 33 indivíduos arbóreos e foram plantadas por volta de 68 mil árvores. Para o acompanhamento dos plantios, realizamos 112 vistorias técnicas e avaliamos e aprovamos 38 projetos de recuperação ambiental.

Anuências para plantios	38 documentos
Transplantios	33 árvores
Plantios	68 mil árvores

Os plantios compensatórios destinados pelo BAV promove a recuperação ambiental de áreas anteriormente degradadas, em diversas áreas do município, como pode ser observado na figura baixo.



Áreas com plantios compensatórios anuídas pelo BAV

Apenas para citar alguns exemplos, com a destinação dos TCA e TAC promovemos:

- ✓ Revitalização de uma Praça Pública na Vila Aurocan, através da instalação de um *playground* e de uma Academia pra Terceira Idade.
- ✓ Doação dos postes de iluminação instalados na revitalização da Pedreira do Chapadão.
- ✓ Doação de ATI (Academia de Terceira Idade) instalada na praça pública Sílvio Romeiro.
- ✓ Plantio de 12 mil mudas de árvores em Áreas de Preservação Permanente do Loteamento São Conrado.
- ✓ Início de um Projeto de revitalização na Avenida Baden Powell.
- ✓ Início de um Projeto de recuperação ambiental na Praça Planalto Viracopos.
- ✓ Revitalização da Lagoa do Parque Jambeiro, com o desassoreamento da lagoa, limpeza das suas margens e de toda a área da Praça, plantio de mudas de árvores nativas.
- ✓ Recuperação ambiental e criação de uma Praça no Jardim Conceição de Sosas.



✓ Compensação Ambiental do Banco Santander, com plantio de 25.377 mudas de árvores nativas.



De forma geral temos que para que os plantios sejam efetuados há necessidade de triagem e reserva de áreas, análise e aprovação de projeto, vistorias e organização no Banco de Dados da Área Verde. Para esses encaminhamentos elaboramos uma série de documentos: Destaca-se que no ano de 2014, o BAV emitiu os seguintes documentos:

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Anuência de Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	38
Laudo Técnico de Vistoria	112
Termo de Aprovação de projetos de recuperação ambiental	38
Parecer Técnico Ambiental (PTA)	23
Termo de Encerramento de Compromisso Ambiental	4
Inscrição de área particular no BAV	09
Solicitação de área pública	230

#### 3.4.2. Solicitação de Áreas

Foi estabelecido o procedimento adequado para a liberação de áreas com maior celeridade, como áreas disponíveis para plantios, para cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental, por meio de requisição ao órgão competente de cadastro na Prefeitura Municipal de Campinas. Dessa forma, agilizou-se o procedimento para a escolha, reserva da área e retorno das informações com dinamização da disponibilização de áreas, criando-se efetivamente um banco de áreas verdes, tendo sido requisitadas 198 novas áreas para plantios.

#### 3.4.3. Banco de Dados

Aprimorando os procedimentos internos do BAV, no ano de 2014 promovemos a definição das constantes e organização da planilha de registros e controles dos TCAs e TACs; discussões entre o corpo técnico do licenciamento Ambiental e do Banco de Áreas Verdes para padronização de informações dos TCAs e TACs; Padronização nos registros dos Termos de Ajustamento de Conduta; Publicação de Termos de Referência para regramento das apresentações de projetos de recuperação ambiental; Publicação de Ordem de Serviço indicando os documentos que são emitidos pelo BAV, entre outras atividades.

#### 3.4.4. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID)

Em 2014 promovemos o sistema de identificação digital das árvores plantadas no município de Campinas via Termos de Compromisso Ambiental (TCAs). O sistema funciona por meio de aplicativos disponíveis para aparelhos digitais (*tablets, smartphones*) conectados à *internet*, denominados *QR Code*. Por meio da identificação pode-se obter todas as informações referentes à árvore plantada, como o nome popular, nome científico, localização geográfica, informações gerais, tendo também um cunho de educação ambiental.

O objetivo é inventariar as árvores do município de Campinas, promover informação e educação ambiental aos munícipes e dar acesso célere às informações ao setor de fiscalização e técnicos da SVDS. O SID também funciona como uma forma de vistoria digital dos plantios, permitindo celeridade e precisão nas vistorias técnicas.



#### 3.4.5. Termos de Ajustamento de Conduta - TAC

À Coordenadoria do Verde cabe a ponderação, elaboração e acompanhamento, dos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, direcionados pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, em sede de medidas de responsabilização por danos ambientais na urbe.



Existem no Banco de Dados do BAV, 64 TACs. No ano de 2014 destinamos 8, que estão em fase de implementação; 5 já foram cumpridos; 10 estão em análise, sendo que todos estes já com minutas dos TACs elaboradas.

### 3.4.6. Unidades de Conservação - UCs



#### 3.4.6.1. Área de Proteção Ambiental de Campinas

O Termo de referência referente ao Plano de Manejo da APA de Campinas foi amplamente discutido e elaborado, entre SVDS, SEPLAN e CONGEAPA em reuniões temáticas. Foi aprovado pelo Pleno do CONGEAPA e foram realizados todos os ajustes após análises e o processo está em fase final de contratação, tendo passado pela análise jurídica e readequação do projeto Básico, encontra-se atualmente em fase de avaliação pelo Departamento Central de Compras (SMA), o processo que trata o assunto pode ser acompanhado pelo protocolo 2014/10/ 34789.

#### 3.4.6.2. Área de Proteção Ambiental do Campo Grande

Foi finalizado o Termo de Referência, para a contratação da elaboração do Plano de Manejo da APA do Campo Grande. Avaliado pela Comissão Permanente de Licitações do Departamento Central de Compras, realizados ajustes pela SVDS, encontra-se em fase final do processo de elaboração do edital. O processo referente a essa contratação pode ser acompanhado pelo protocolo nº 2014/10/15063.

#### 3.4.6.3. Parque Natural Municipal dos Jatobás e Parque Natural Municipal do Campo Grande

Estão disponíveis no Plano de Trabalho do PROAMB, aprovado pelo Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Município, recursos para a elaboração dos Planos de Manejo

do Parque Natural Municipal dos Jatobás, Parque Natural Municipal do Campo Grande e Área de Proteção Ambiental do Campo Grande, com a previsão de R\$ 240.000,00 para cada Plano.

Em 2014 foi finalizado o Termo de Referência, para a contratação da elaboração do Plano de Manejo dos Parques que será realizado conjuntamente, para promoção de uma gestão em mosaico e também otimizar o uso de recursos.

O Termo de Referência encontra-se na fase de avaliação pela Comissão Permanente de Licitações do Departamento Central de Compras. O processo referente a essa contratação pode ser acompanhado pelo protocolo 2014/10/38255.

Ambos encontram-se em fase de revalidação dos memoriais descritivos dos Parques, elaborado em conjunto com a SEPLAN.

#### *3.4.6.4. Grupo de Trabalho Técnico para Realizar Estudo Visando Avaliar as Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental no Distrito de Barão Geraldo – GT-Barão*



O Grupo de Trabalho Técnico - Barão Geraldo<sup>48</sup> foi criado por meio da Portaria nº 80.172/2013, oportunidade em que Prefeito Municipal de Campinas nomeou servidores da SVDS e técnicos de outras instituições para compor o órgão colegiado que tem por função precípua realizar estudos visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo.

O grupo se reuniu durante o ano e, em abril de 2014, foi entregue o Plano de Trabalho para a Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O Plano foi apresentado ao Sr. Prefeito e atualmente encontra-se em fase de aguardo do posicionamento da câmara de compensação do Estado de São Paulo. Os recursos

<sup>48</sup> Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gt-barao.php>

solicitados viabilizam o aprofundamento dos estudos técnicos para a conservação das áreas já selecionadas.

O GT Barão Geraldo se alia às funções do Grupo de Estudos para a Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental no Município de Campinas, nos termos do Decreto nº 16.713, de 22 de julho de 2009 e o art. 56 do Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, que visa recuperar e melhorar as condições ambientais da área de abrangência do PLGU/BG, assegurando a proteção de amostras significativas dos ecossistemas ainda existentes, em harmonia com as paisagens existentes (naturais e construídas), contemplando a criação de novas áreas verdes, de corredores de vegetação para interligar os fragmentos de matas ciliares, e áreas que ofereçam abrigo e alimento à fauna local.

#### *3.4.6.5. Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares*

Promover a recuperação das nascentes e matas ciliares é uma prerrogativa da gestão integrada dos recursos territoriais. Na malha hídrica Campineira, a aplicação eficiente de recursos em projetos de restauração florestal é uma iniciativa capaz de compor uma complexa rede de corredores e fragmentos florestais que contribuirão com a manutenção dos Recursos Hídricos e conseqüentemente dos Serviços Ambientais.

Campinas possui aproximadamente 2.498 nascentes e 12.134 hectares de área ciliar densamente protegida pela APA de Campinas. Ainda assim, Campinas dispõem de aproximadamente 2.075 nascentes e 8.726 hectares de área ciliar degradados e portanto é urgente realizar ações de recuperação. É imprescindível que, diante da crise hídrica que se passa atualmente, as APP, em especial as nascentes, sejam protegidas e/ou recuperadas.

Neste sentido, a Prefeitura de Campinas, por intermédio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, alça mão do Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares/PRNAC. Este projeto objetiva diagnosticar a qualidade ambiental dos limites legais das APP e a partir dele priorizar e promover a recuperação, proteção e manejo das nascentes e áreas ciliares.

Como resultado desse programa, pretende-se recuperar áreas de preservação permanente de cursos hídricos e nascentes, mesmo que intermitentes, localizadas em área rural ou urbana, de propriedades privadas ou públicas; eliminar os fatores de degradação; aumentar

a biodiversidade do município, fomentando a criação dos corredores ecológicos e aliar a recuperação de APP com técnicas agroecológicas. Além disso, o Programa permeia os Planos Municipais de Recursos Hídricos, do Verde e da Mata Atlântica.

O PRNAC é uma estratégia coordenada pela SVDS que já dispõem de R\$ 800 mil em recursos do fundo PROAMB, para sua licitação. O Programa está em fase de concepção e elaboração do Projeto Básico que norteará a licitação, contratação e implementação das atividades vinculados ao Programa.

#### 3.4.7. Plano Municipal do Verde - PMV

O Plano Municipal do Verde (PMV) buscará consolidar as ações de conservação e recuperação das Áreas Verdes de Campinas, de modo a garantir suas funções ecológicas e sociais, assegurando uma distribuição equalizada, e visando a melhoria dos ecossistemas, da sustentabilidade ambiental e qualidade de vida da população.

O PMV caracteriza-se então, como um instrumento estratégico que definirá os programas e ações para os próximos 20 anos, necessário para efetivar e consolidar o Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação – SAV-UC, utilizando-se de instrumentos que o município já dispõe (legislação, projetos em andamento, Banco de Áreas Verdes, Licenciamento Ambiental, etc.), e que vão além das atividades de recuperação ambiental e manejo, abrangendo também esforços na criação de novos mecanismos para fortalecer as ações de educação ambiental, ocupação dos espaços públicos, readequações à estrutura organizacional, estabelecimento coletivo de protocolos de ação com os diversos setores do governo, estimativa dos custos e identificação de fontes financiadoras.

Para isso, a elaboração do PMV será realizada de forma interdisciplinar com as diversas áreas da gestão pública, estabelecida por meio de Grupo de Trabalho, nomeado pela Portaria nº 83418/2014, com ativa participação popular, tanto para contribuições quanto para a validação do processo, bem como disporá de uma metodologia própria,

A proposta de trabalho prevê um diagnóstico; prognóstico, realização de audiências públicas e elaboração do projeto de lei, com respectivo encaminhamento.

O Plano Municipal do Verde (PMV) teve seus trabalhos iniciados em julho de 2014. Em fase de elaboração do diagnóstico realizamos a problematização do Sistema de Áreas Verdes e

Unidades de Conservação, propostos nos Planos Locais de gestão urbana, realizamos a revalidação do mapeamento de áreas verdes, e estamos realizando vistorias, com fins de classificar as Áreas Verdes por suas categorias, bem como para avaliar a quantidade e qualidade das Áreas Verdes de Campinas.

O protocolo que trata do Plano Municipal do verde pode ser assunto acompanhado nº 2014/10/ 53389.

#### 4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL – DPBEA



O Departamento de Proteção e Bem Estar Animal (DPBEA) foi criado através da Lei Complementar nº 59, de 27 de dezembro de 2014. Por ter sido planejado com características de área meio e fim, começou a implementar suas atividades e processos de trabalho no final do mês de março de 2014, ocupando o prédio do Centro de Controle de Zoonoses em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

No mês de novembro, com a criação da UVZ (Unidade de Vigilância em Zoonoses) e a saída das equipes da Secretaria de Saúde do prédio, o Departamento de Proteção e Bem Estar Animal assumiu a gestão do espaço. Portanto, a completa implantação do Departamento se deu de fato em novembro de 2014.

Vencida a etapa de assunção das instalações do antigo prédio do Centro de Controle de Zoonoses, entendemos que se iniciou a implantação do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal, propriamente dita, que continua com o treinamento dos funcionários, melhoria dos projetos de trabalho, dentre outras atividades que atendam ao “novo olhar” do DPBEA. Rotinas de biossegurança estão sendo estabelecidas, assim como protocolos de conduta internos, de forma a sistematizar as rotinas de trabalho e prevenir incidentes, com por exemplo casos de raiva, fuga de animais agressivos, dentre outras. Os plantões aos finais de semana estão sendo reestruturados principalmente no que tange o tratamento

médico veterinário dos animais sobre a guarda da municipalidade, assim como atendimento de situações emergências.

Nesse período, o Departamento participou também de outras atividades envolvendo outros Departamentos da SVDS, assim como Guarda Municipal, COHAB e Câmara dos Vereadores, além de participar das reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas.

#### 4.1. Área Meio e Planejamento

No que tange a área meio as atividades do DPBEA em 2014 foram direcionadas a condução de políticas públicas buscando a proteção e o bem estar animal, além do gerenciamento dos resultados previstos no Fundo Ambiental PROAMB 2013 e 2014.

Para a estruturação do novo Departamento, o Fundo Ambiental Proamb é determinante nas despesas de investimentos de estruturação das políticas, programas e projetos relacionados a fauna doméstica e silvestre.

#### 4.2. Resultados previstos no Fundo Ambiental PROAMB 2013 e 2014, para o DPBEA

##### **a) Reforma das instalações do DPBEA, antigo CCZ (PROAMB 2013).**

O processo encontra-se na Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), em fase final de projeto elétrico das reformas do DPBEA. Após a finalização dessa etapa, a SVDS se responsabilizará pelo levantamento dos custos para então iniciar-se o processo licitatório. Após, estima-se o período de três meses para que a reforma se inicie.

##### **b) Sistema de cadastramento de animais do município de Campinas e Portal do DPBEA (PROAMB 2014).**

O Portal foi lançado no dia 1 de agosto de 2014 em evento no Gabinete do Senhor Prefeito, oportunidade em que foi dada posse aos Conselheiros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas.



Lançamento do Portal Animal no gabinete do Prefeito Jonas Donizette

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24017>

O então chamado "Portal Animal" encontra-se em atividade desde então, informando sobre animais selvagens, eventos e selecionando algumas notícias de interesse, além de auxiliar na doação de animais e localizar animais e donos perdidos. A manutenção do site é realizada por funcionários do próprio DPBEA.

O Sistema de cadastramento também foi finalizado e encontra-se neste momento em fase final de teste. Após a fase de teste, será iniciada a sua utilização pelo cadastramento de todos os animais da Associação dos Amigos dos Animais de Campinas (AAAC) e aqueles que forem castrados ou passarem pelo DPBEA no ano de 2015.

O sistema ainda fornece um "Certificado de Cadastramento Animal", além de informações médicas destes.

A expectativa é a de se cadastrar pelo menos 25% da população de animais domésticos estimada (150.000 animais) ao ano.

**c) Controle populacional – Castração de Animais domésticos (cães e gatos) do município de Campinas (PROAMB, 2014).**

A castração por intermédio de unidades móveis (contrato PROAMB já assinado) iniciará em fevereiro de 2015 sua atividade pelo bairro Campo Grande.

Neste momento o projeto está na fase de planejamento e treinamento dos funcionários que irão casa a casa no bairro para levantar a população canina e felina domiciliada, convencer as pessoas a castrarem seus animais, e já cadastrarem os animais daqueles proprietários que se recusarem a participar do Programa de Castração.

**d) Doação de animais através de feiras itinerantes, compra de tenda, módulos de canil (PROAMB, 2014).**

O processo licitatório foi finalizado com sucesso, sendo que as tendas e os canis já foram adquiridos e entregues pelos respectivos fornecedores.

O DPBEA já estruturou feiras aos finais de semana, com incremento de agenda para 2015, oportunidade em que se pretende realizar pelo menos 2 feiras simultâneas durante a semana e aos sábados e domingos no período da manhã.

**e) Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014).**

O Projeto Básico para o convênio junto a Associação Mata Ciliar está em fase final de elaboração. Posteriormente seguirá para a Câmara dos Vereadores e, uma vez aprovada o Convênio será mantido por verbas do PROAMB.

**f) Compra de alojamento para cães em canis da região (PROAMB, 2014).**

O DPBEA promove tratativas junto a Associação dos Amigos dos Animais de Campinas (AAAC) para a celebração de Convênio para o alojamento de animais. Com a aprovação do texto do Convênio, este seguirá para a Câmara dos Vereadores para avaliação.



#### 4.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS.

- Participação nas oficinas de trabalho que deram origem a Política Municipal de Educação Ambiental (sancionada pelo chefe do executivo municipal), onde o tema de proteção e bem estar dos animais domésticos e selvagens foi incluído.
- Participação nos estudos sobre a política de educomunicação e educação ambiental não formal da SVDS (resultado PROAMB).
- Participação no Projeto De Corredor de Fauna, em conjunto com grupo técnico da SVDS.
- Participação na elaboração do Plano do Verde.
- Participação nos estudos preliminares da Construção de um CRAS municipal.
- Participação na Junta Administrativa do Departamento de Licenciamento Ambiental.

#### 4.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública.

- Projeto de parceria com a GM PET, visando a atuação em conjunto nos casos que envolvam maus tratos a animais domiciliados.
- Projeto de parceria junto a VISA Noroeste para o tratamento dos chamados colaboradores (ainda na fase de tratativas).
- Projeto junto a COHAB para integrar os animais aos condomínios para onde as pessoas irão se mudar, prevenindo o abandono destes.
- Elaboração do Estatuto dos Animais em conjunto com a Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais da Prefeitura Municipal de Campinas e sociedade civil. Processo em fase final de análise.



Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais Discutindo o Estatuto dos Animais de Campinas.

#### 4.4. Participação do DPBEA em projetos conjuntos externos a Prefeitura Municipal de Campinas.

- Projeto de estudo de Vírus das Famílias *Paramixoviridae* e *Coronaviridae* animais da fauna silvestre brasileira. Projeto em colaboração com o Laboratório de Virologia Animal da UNICAMP. Projeto já provido de recursos com repasse de equipamentos para o DPBEA (Freezer -80 graus, capela para extração de DNA dentre outros insumos). Os materiais que estão sendo coletados já estão sendo processados.
- Projeto de estudo da presença de parasitas do Gênero *Leishmania* nos animais selvagens em vida livre nos Distritos de Sousas e Joaquim Egídeo. Projeto em colaboração com o Laboratório de Parasitologia Animal da UNICAMP.
- Projeto de estudo dos fungos patogênicos associados a fauna selvagem do município de Campinas. Projeto em parceria com Universidade Paulista UNIP. Projeto elaborado com aporte de equipamentos e materiais para o laboratório do DPBEA, dependendo da organização do espaço do laboratório para se iniciado.
- Projeto de Estudo da Presença de Parasitas do Gênero *Ehrlichia* em cães cativos no município de Campinas. Projeto em Parceria com a UNIP Campinas. Projeto elaborado

com aporte de equipamentos e materiais para o laboratório do DPBEA, já em andamento, com resultados preliminares, previsão de término em dezembro de 2015.

- Projeto de Estudo da Dinâmica Populacional de Capivaras em vida livre no Parque Portugal de Campinas após processo de vasectomia de machos e castração de fêmeas. Projeto em conjunto com a UNIP – Campinas e Secretaria de Serviços Públicos. Projeto elaborado e enviado para aprovação junto a Secretaria de Estado do meio Ambiente.
- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre o DPBEA e o Centro de Monitoramento Animal (CEMA), ligado ao Setor de Meio Ambiente da Prefeitura do Campus da UNICAMP. O Termo em destaque foi elaborado em conjunto com o CEMA, tramitou e foi aprovado pelo Setor Jurídico da UNICAMP, está sendo encaminhado para a SVDS, para posterior tramitação na Prefeitura Municipal de Campinas.

#### 4.5. Área fim – atividades do DPBEA

As atividades relacionadas a área fim, relacionada a gestão, do DPBEA tiveram início a partir da assunção do manejo dos animais alojados nas dependências do antigo prédio do CCZ, desta feita, frente ao olhar do bem estar e proteção animal.

Após uma readequação preliminar das rotinas de serviço e um processo de integração da equipe (com auxílio da Escola de Governo), procurou-se qualificar o atendimento aos munícipes e aos animais, a saber:

- Melhoria da atenção aos animais instituindo rotinas de adestramento, ressocialização e passeios diários.



Funcionário do DPBEA em atividade de adestramento e ressocialização de um Rotweiler considerado de temperamento extremamente agressivo.

- Atendimento presencial as demandas originadas pelo telefone através da visita e orientação, auxílio na doação animal, dentre outras atividades.
- Qualificação do serviço de doação de animais, através de entrevistas criteriosas dos interessados, em alguns casos visitas a estes, de forma a se minimizar a devolução de animais.



Doação de animal recuperado no DPBEA.

- Qualificação das atividades de manejo direto dos animais, evitando-se a utilização de métodos de contenção desproporcionais.
- Readequação da rotina de limpeza dos canis de forma a oferecer mais conforto aos animais.

- Readequação dos equipamentos internos dos canis de forma a oferecer um maior conforto térmico aos animais.
- Atendimento médico veterinário a todos os casos que envolvam atropelamento de animais.
- Encaminhamento daqueles casos que envolvam procedimentos cirúrgicos complexos ao Hospital Veterinário da UNIP Campinas, ou para clínicas veterinárias conveniadas com ONGs de proteção animal do município.
- Atendimento (alojamento e cuidados médico veterinário) parcial a fêmeas prenhes abandonadas.
- Atendimento (alojamento e cuidados médico veterinário) a animais enfermos abandonados.
- Atendimento (alojamento e cuidados médico veterinários) a grandes animais (cavalo, bovinos, suínos) abandonados em vias públicas do município.
- Início do diagnóstico dos casos de “acumuladores de animais” e tratativas com a Secretaria Municipal de Saúde para a formação de um grupo de apoio psicológico a estas pessoas.
- Castração dos animais doados pelo DPBEA, assim como em alguns casos eletivos (este resultado tem dificultado a doação, uma vez que temos tido problemas com os profissionais médico veterinários para tal atividade).
- Microchipagem dos animais doados pelo DPBEA e anotação no Sistema de Cadastramento Arquimedes.

<b>AÇÕES</b>	<b>Abr il</b>	<b>Maio</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
<b>Atendimento a pequenos animais</b>										
Atendimento Clínico	4	5	5	5	25	31	12	15	17	119
Atendimento animais agressivos	10	15	6	9	3	12	0	2	5	62
Atendimento atropelamentos	22	15	17	12	19	25	4	4	6	124
Doente em via pública	20	11	17	15	14	12	1	2	5	97
Outros ferimentos	16	23	7	7	7	14	13	2	1	90
Cirurgias							5	12	7	24
									<b>Total</b>	<b>516</b>
<b>Outros atendimentos</b>										
Maus tratos - pequenos animais	30	42	40	22	66	81	14	18	15	328
Invasor/susp zoonoses/errante	8	3	9	8	9	12	1	2	15	67
Observação - raiva	0	5	10	0	2	1	2	9	8	37
									<b>Total</b>	<b>432</b>
<b>Atendimentos grandes animais</b>										
Incômodos							4	4	5	13
Soltos em vias públicas							2	2	4	8
Outros							2	2	2	6
									<b>Total</b>	<b>27</b>
<b>Movimentação pequenos animais</b>										
Entrada de cães	28	35	29	29	28	20	20	34	17	240
Saída de cães	15	14	42	15	17	16	26	16	9	170
Óbito de cães	3	3	4	2	1	2	1	4	1	21
									<b>Total</b>	<b>431</b>

## 5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA



A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental tem por competência organizar e coordenar a fiscalização ambiental para o controle e monitoramento das potenciais fontes de poluição existentes em todo o território do Município, em conjunto com outros serviços de fiscalização da Administração Municipal e de outros órgãos estaduais e federais, exercer o poder de polícia administrativa e gerenciar a imposição de penalidades; propor, executar e participar de planos e projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental. Além disso, dada a transversalidade das ações participa, juntamente com os órgãos competentes, dos governos Estadual e Federal no controle, vigilância e fiscalização da produção, armazenamento, transporte, comercialização, uso e destino final de substâncias, bem como do uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco, efetivo ou potencial, para a qualidade de vida e do meio ambiente.

Como medida de gestão, elabora e mantém atualizados os cadastros e regimentos relativos a controle ambiental, bem como divulga para a comunidade, por meio de relatórios anuais, as ações de fiscalização e resultados do controle e monitoramento realizados pela Coordenadoria, inclusive no site da Prefeitura Municipal de Campinas.

Esta Coordenadoria tem, portanto, funções precípua de controle corretivo e preventivo, em razão do importante incremento em sua área de atuação, através da publicação da Lei Complementar 59/2013, que criou a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e o Setor de Fiscalização Preventiva e Corretiva.

## 5.1. Fiscalização Corretiva

A fiscalização ambiental corretiva é a atribuição principal da Coordenadoria, demandando esforços de todos os funcionários para proporcionar um atendimento rápido e eficaz às solicitações apresentadas pela sociedade, atuando prioritariamente nas seguintes áreas:

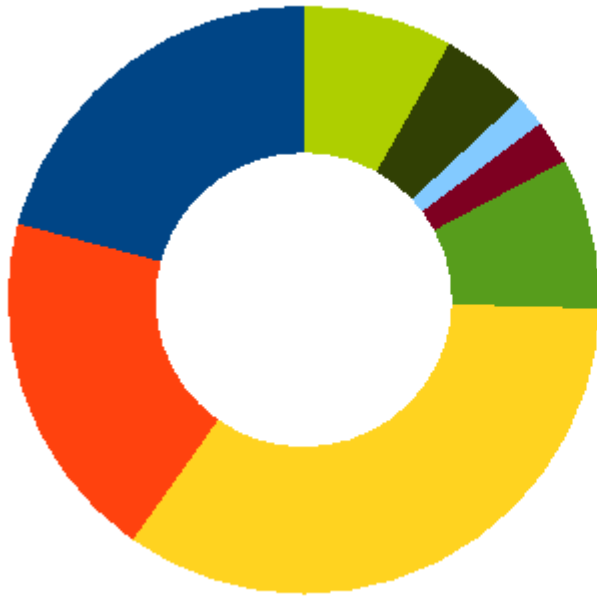
- ✓ Atendimento das demandas da população através de solicitação de protocolados e de 156.
- ✓ Atendimento das demandas dos Departamentos de Licenciamento Ambiental, Verde e Proteção e Bem-Estar Animal.
- ✓ Atendimento de demandas de outras Secretarias e Autarquias como Serviços Públicos, Urbanismo, Planejamento, Infraestrutura, Defesa Civil e SANASA.
- ✓ Atendimento de demandas externas, como Câmara de Vereadores, Promotoria de Justiça, Ouvidoria Pública, CETESB.
- ✓ Aplicação da legislação ambiental através de autos de inspeção, advertência, multa, embargo e interdição.

### 5.1.1. Vistorias

No ano de 2014 foi realizado um total de **2.127** atendimentos, assim divididos:

Tipo de atendimento	Quantidade
Vistorias de protocolos	443
Denúncias recebidas pelo 156	412
Atendimentos da Coordenadoria	730
Atendimentos Emergenciais	177
Junta Administrativa de Recursos – JAR	51
Áreas Contaminadas	37
Operação Verão	103
Operação Estiagem	174





- Vistorias de protocolos
- Denúncias recebidas pelo 156
- Atendimentos da Coordenadoria
- Atendimentos Emergenciais
- Junta Administrativa de Recursos - JAR
- Áreas Contaminadas
- Operação Verão
- Operação Estiagem



Supressão de Vegetação sem prévia autorização



Descarte irregular de entulho em áreas verdes



Vistoria e empresas para obtenção de licenciamento ambiental, principalmente visando equacionamento imediato de eventual dano ambiental



Vistoria em movimentações de terra irregulares

### 5.1.2. Autos de Infração

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplica as penalidades de advertência, multa simples, multa diária, embargo e interdição, visando coibir práticas lesivas ao meio ambiente, amparada pela Lei Complementar 49/2013 e pelo Decreto Municipal nº18.306/2014,

No ano de 2014 foram aplicadas as seguintes penalidades, num total de 644:

Autos de Infração	Total
Advertência	549
Multa Simples	87
Multa Diária	8
Embargo	3
Interdição	1
<b>TOTAL</b>	<b>644</b>

Os autos de infração aplicados referem-se a ações que violaram as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como as exigências técnicas constantes das licenças ambientais.

As principais infrações autuadas foram supressão de vegetação, operação sem as devidas licenças ambientais e movimentação irregular de terra.

Apresentamos abaixo os dados de aplicação e arrecadação dos Autos de Multa Simples e Diária:

Autos de Infração – Imposição Penalidade de Multa	
Multas Emitidas	R\$ 1.393.302,37
Total arrecadado até 15/01/2015	R\$ 184.466,30

<b>BALANÇO</b>		
87	Autos de Multa	100,00%
40	Pagos	46,00%
33	Em análise	37,50%
9	Dívida Ativa	10,00%
6	Recursos Deferidos	6,50%

A aplicação de penalidades pela Coordenadoria segue o rito estabelecido no Decreto Municipal nº 18.306/2014 que determina a criação da Junta Administrativa de Recursos – JAR para apreciação dos recursos impetrados contra estes autos. A Coordenadoria participa desta avaliação através de um membro suplente.

### 5.1.3. Infraestruturas Básicas para Telecomunicações

A Secretaria do Verde realizou em 2014 um trabalho para regularização das infraestruturas básicas para implantação de aparelhos de telecomunicação – Estações Rádio Base (ERB), instaladas sem as devidas licenças ambientais.

A participação da CFA neste mutirão se deu através da aplicação da penalidade de Advertência em todas as ERB instaladas na cidade, totalizando 535 autuações.

A advertência tem como exigência técnica a regularização destas instalações frente ao Licenciamento Ambiental.

### 5.2. Fiscalização Preventiva

Um dos objetivos desta Coordenadoria é investir em fiscalização preventiva, impedindo a ocorrência de danos ambientais e diminuindo necessidade de aplicação das medidas punitivas.

Este tipo de fiscalização visa informar a sociedade sobre a necessidade de preservar o meio ambiente assim como integrar a fiscalização ambiental com os outros setores da Secretaria e da Prefeitura.

A atuação preventiva tem ocorrido prioritariamente nas seguintes áreas:

- ✓ Operação Verão
- ✓ Operação Estiagem
- ✓ Operação Perigo Aviário
- ✓ Áreas Contaminadas
- ✓ Parceria com a Guarda Municipal de Campinas

### 5.2.1. Operação Verão

Esta ação é coordenada pela Defesa Civil e conta também com a participação das Secretarias de Saúde e Serviços Públicos e da Guarda Municipal de Campinas.

A Operação Verão teve sua primeira etapa iniciada em outubro de 2013 com finalização em abril de 2014, com o objetivo principal de verificar a qualidade dos córregos de Campinas, propondo ações de limpeza e desassoreamento, visando impedir inundações.

A segunda etapa da operação iniciou-se no mês de novembro de 2014, devendo se estender até abril de 2015.

Este ano a CFA vistoriou 103 pontos em córregos da cidade, encaminhando relatórios para a Secretaria de Serviços Públicos para a realização das ações de desassoreamento.





Vistoria em possíveis pontos de alagamento

### 5.2.2. Operação Estiagem

A CFA participa, em conjunto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio.

Esta Operação também realiza trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, através da entrega de folders do projeto.

Iniciada em abril, estendendo-se até o mês de outubro, tem como objetivo principal monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar.

A fiscalização esteve em 76 pontos de descarte de resíduos, encaminhando para a Secretaria de Serviços Públicos as informações necessárias para limpeza destas áreas, e em 98 pontos de incêndio.



Ação conjunta para controle de incêndios

### 5.2.3. Operação Perigo Aviário

Em conjunto com a Defesa Civil a CFA monitora semanalmente os arredores dos aeroportos de Viracopos e dos Amarais, identificando pontos de descarte de resíduos que possam atrair aves.

O trabalho iniciou-se em novembro de 2013 e deverá prosseguir em todo ano de 2014.

Ao identificar pontos de descarte a CFA informa a Secretaria de Serviços públicos para providências cabíveis.



Monitoramento em torno do Aeroporto Internacional de Viracopos, visando evitar acúmulo de lixo e proliferação de fauna

### 5.2.4. Áreas Contaminadas

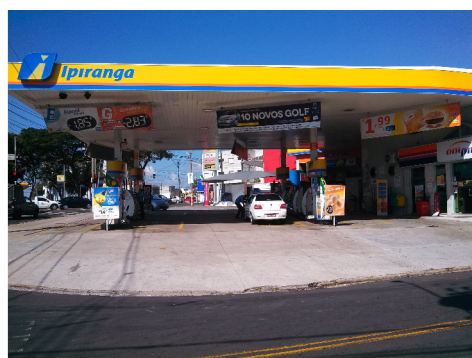
A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA realizou, entre maio e julho de 2014, 37 vistorias em áreas contaminadas identificadas pela CETESB, totalizando 27,82% destas áreas no município de Campinas.

As áreas vistoriadas estão divididas em:

- ✓ Indústria – 6 áreas, correspondendo a 16,2% da amostra;
- ✓ Postos de combustíveis – 31 áreas, correspondendo a 83,8% da amostra.

Foram encontradas as seguintes inconformidades:

- ✓ Licença de operação vencida: 11
- ✓ Área não encontrada: 1
- ✓ Número incorreto: 1
- ✓ Posto desativado com vias de construção de novo empreendimento: 1



Amostras de áreas vistorias pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – empresa e posto de combustível

Em um universo de 37 áreas encontramos 14 inconformidades, correspondendo a 38% da amostra.

Estas inconformidades se dividem em leves – 13 casos e graves – 1 caso. A Secretaria encaminhou ofício à CETESB relatando o caso.

#### 5.2.5. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas

A Guarda Municipal (GMC) possui em seu corpo técnico uma guarnição dedicada ao meio ambiente.

Em parceria com esta equipe a CFA realiza vistoras em áreas de invasão, areeiros e pontos de captação de água clandestinos, aplicando, além das medidas de polícia administrativa, as de caráter penal.





Ação integrada com a Guarda Municipal em áreas de extração de areia irregulares

### 5.3. Outras participações

A fiscalização ambiental é um tema transversal na Secretaria e na Sociedade. Além das atividades descritas, participamos também dos seguintes grupos:

1. Conselho Gestor do PROAMB.
2. Cidades Resilientes.
3. Município Verde Azul.
4. Sala de Situação da Dengue
5. Plano Municipal do Verde
6. Plano Municipal de Recursos Hídricos
7. Água de Reúso



Ações integradas para prevenção e controle da dengue

# Conclusão

O esforço institucional em apresentar resultados satisfatórios e condizentes com a tônica de desenvolvimento sustentável, prioridade da Gestão Jonas Donizette, é a palavra de ordem permanente em nossas ações rotineiras.

Felizmente contamos com um corpo técnico de excelência e em franca ampliação, que acredita em sua missão, que segue um comando político-institucional claro e objetivo, com dedicação ao trabalho em grupo equiparável a equipes de grandes corporações privadas. Esta equipe é treinada e incentivada a atender ao público e interagir com os Conselhos Municipais, participar de fóruns de debate promovidos pelos órgãos de controle externo e demais segmentos da sociedade.

Pudemos verificar que o brocardo de “quem planta colhe” se efetiva com todo o investimento estrutural e jurídico, resultando em aumento de ações, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Os avanços atuais em termos de ações da nova SVDS são perceptíveis. Mas temos a consciência de que será necessário fazer cada vez mais. Com os desafios da Gestão Ambiental moderna e conscientes de que os de Campinas são enormes, entendemos que a Cidade pode e deve perseguir o norte de ser a “Capital da Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável”, esse relatório será atualizado e divulgado a cada semestre dessa gestão, oportunidade em que convidamos as pessoas envolvidas e preocupadas, que quiserem colaborar com críticas, sugestões e demandas a acessar nosso site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>) e utilizar o e-mail [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br) para a constante melhoria de nossas ações nos próximos semestres. Desde já, nós e as gerações futuras agradecemos!

*Rogério Menezes*

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável

**E-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br)**

**Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>**

**Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)**